

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA – PPGPSI

TESE

**Representações sociais e preconceito acerca
dos imigrantes africanos no Brasil**

Sagbo Gautier Regis Kakpo

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRECONCEITO ACERCA
DOS IMIGRANTES AFRICANOS NO BRASIL**

SAGBO GAUTIER REGIS KAKPO

Sob a Orientação da Professora
Luciene Alves Miguez Naiff

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutor em
Psicologia**, no Curso de Pós-Graduação
em Psicologia (PPGPSI-UFRRJ), Área
de Concentração em Psicologia.

Seropédica, RJ
Setembro de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

K11r

KAPKO, SAGBO GAUTIER REGIS, 1989-
Representações Sociais e preconceito acerca dos
imigrantes africanos no Brasil / SAGBO GAUTIER REGIS
KAPKO. - Allada, 2025.
130 f.

Orientadora: Luciene Alves Miguez Naiff.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
2025.

1. Imigração Africana. 2. Representações Sociais. 3.
Preconceitos. 4. Identidade Social. 5. Brasil. I.
Alves Miguez Naiff, Luciene , 1969-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE
PÓS- GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA

Sagbo Gautier Régis Kakpo

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutorado em
Psicologia, no Programa de Pós-graduação em Psicologia, area de concentração em
Psicologia.

Tese aprovada em: 01/09/2025

Assinaturas:



Documento assinado digitalmente
LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF
Data: 06/09/2025 13:39:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciene Alves Miguez Naiff , Dra,
UFRRJ
(Presidente da banca)



Documento assinado digitalmente
DENIS GIOVANI MONTEIRO NAIFF
Data: 05/09/2025 16:51:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Denis Giovanni Monteiro Naiff , Dr,
UFRRJ (Membro interno)



Documento assinado digitalmente
VICTOR DOS SANTOS FREITAS DITZ
Data: 04/09/2025 07:46:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Victor dos Santos Freitas Ditz, Dr,
PMR/SMS
(Prefeitura Municipal de Resende / Secretaria Municipal de Saúde)
(Membro externo)



Documento assinado digitalmente
KLEBER LUIZ ALVES DOS SANTOS GONZAGA
Data: 04/09/2025 11:31:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Kleber Luiz Alves Dos Santos Gonzaga, Dr,
UNIGRANRIO
(Membro externo)



Documento assinado digitalmente
LUDMILLA FURTADO DA SILVA
Data: 03/09/2025 21:50:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ludmilla Furtado Da Silva , Dr,
UNIABEU
(Membro externo)

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à minha esposa Bruna Fernandes Kakpo, pelo amor incondicional, apoio diário e parceria em todos os momentos desta jornada acadêmica e pessoal. Sua força, compreensão e presença constante foram essenciais para cada conquista alcançada neste percurso acadêmico.

Dedico também a todas as pessoas que sofrem com o preconceito, a discriminação e o racismo, em suas mais diversas formas. Esta obra é também para vocês, que enfrentam diariamente as injustiças impostas por uma sociedade excludente.

Àqueles que lutam incansavelmente pela justiça social, pela equidade e pela promoção dos direitos humanos, que não se calam diante das desigualdades e que dedicam suas vidas à construção de um mundo mais justo e fraterno, estendo minha sincera homenagem.

A todos que acreditaram em mim, mesmo nos momentos em que as dificuldades pareciam insuperáveis, minha eterna e profunda gratidão.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

— Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me conceder saúde, coragem e sabedoria ao longo deste doutorado.

À minha orientadora, Professora Luciene Alves Miguez Naiff, pela rigorosa supervisão, incentivo constante e pela confiança que depositou em mim desde o início da minha pesquisa. Sua sensibilidade acadêmica e seu compromisso ético foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela rica experiência em debate, crítica e aprendizado.

Aos participantes da pesquisa, aos 71 imigrantes africanos e aos 96 brasileiros que generosamente compartilharam suas experiências, percepções e histórias de vida. Sem a contribuição deles, este trabalho não teria sido possível.

À minha esposa, Bruna Fernandes Kakpo, pelo seu constante amor, paciência e companheirismo. Sua presença tem sido minha maior fonte de força nos momentos difíceis.

Ao meu querido amigo, Fréjus H. A. H. Akanni, pela amizade sincera, pelas trocas inspiradoras e pelo incentivo ao longo da minha trajetória acadêmica.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e às demais instituições que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação acadêmica e humana.

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste sonho, meus sinceros agradecimentos.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.”

RESUMO

KAKPO, Sagbo Gautier Regis. **Representações sociais e preconceito acerca dos imigrantes africanos no Brasil**. 2025. 130p Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Esta tese teve como objetivo analisar representações sociais e preconceitos em relação aos imigrantes africanos no Brasil, a partir da perspectiva dos africanos residentes no país e da população brasileira. Foram entrevistados 71 imigrantes africanos e 96 brasileiros para esta pesquisa. O estudo se baseia principalmente na teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2007) e na teoria da identidade social (TAJFEL, 1982), explorando como estereótipos e preconceitos são construídos e reproduzidos na vida social cotidiana. A imigração africana para o Brasil se intensificou nas últimas décadas, motivada por questões socioeconômicas, educacionais e políticas. Muitos imigrantes vêm de países de língua portuguesa, o que facilita sua integração inicial, mas barreiras culturais e preconceitos persistem. A tese examina a percepção dessas populações e sua percepção do Brasil, considerando o papel da mídia na construção de representações. A metodologia incluiu uma análise prototípica e uma análise de conteúdo dos discursos midiáticos. Foram estudadas as representações sociais dos imigrantes antes de sua chegada e depois de sua fixação no Brasil, bem como as representações que os brasileiros têm dos africanos. Os dados revelam que apesar da existência de representações positivas associadas à alegria e à riqueza cultural africana, predominam representações negativas relacionadas à pobreza, à ignorância e à marginalização. A pesquisa também destacou que os imigrantes africanos percebem uma discrepância entre a expectativa de aceitação e a realidade de discriminação velada. A mídia, por sua vez, reforça estereótipos ao apresentar os imigrantes como “problemas sociais” ou “trabalhadores precários”. A teoria da identidade social permite compreender como os mecanismos de categorização e comparação social contribuem para a manutenção dessas diferenças simbólicas. Conclui-se que a imigração africana para o Brasil é um fenômeno complexo, marcado por históricas desigualdades raciais e sociais. As representações sociais construídas por imigrantes e brasileiros estão imbuídas de estereótipos que reforçam a exclusão social. É fundamental promover políticas de inclusão, de promoção de direitos e de desconstrução de preconceitos arraigados na sociedade.

Palavras-chave: Imigração Africana; Representações Sociais; Preconceitos; Identidade Social; Brasil.

ABSTRACT

KAKPO, Sagbo Gautier Regis. **Social representations and prejudice about African immigrants in Brazil**. 2025. 130p Thesis (Doctorate in Psychology). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

This thesis aimed to analyze social representations and prejudices toward African immigrants in Brazil, from the perspective of Africans residing in the country and the Brazilian population. Seventy-one African immigrants and 96 Brazilians were interviewed for this research. The study draws primarily on the theory of social representations (MOSCOVICI, 2007) and social identity theory (TAJFEL, 1982), exploring how stereotypes and prejudices are constructed and reproduced in everyday social life. African immigration to Brazil has intensified in recent decades, driven by socioeconomic, educational, and political issues. Many immigrants come from Portuguese-speaking countries, which facilitates their initial integration, but cultural barriers and prejudices persist. The thesis examines the perceptions of these populations and their perception of Brazil, considering the role of the media in constructing these representations. The methodology included a prototypical analysis and a content analysis of media discourses. The social representations of immigrants before their arrival and after settling in Brazil were studied, as well as the representations Brazilians have of Africans. The data reveal that despite the existence of positive representations associated with joy and African cultural richness, negative representations related to poverty, ignorance, and marginalization predominate. The research also highlighted that African immigrants perceive a discrepancy between the expectation of acceptance and the reality of veiled discrimination. The media, in turn, reinforces stereotypes by presenting immigrants as "social problems" or "precarious workers." Social identity theory allows us to understand how mechanisms of categorization and social comparison contribute to the maintenance of these symbolic differences. The conclusion is that African immigration to Brazil is a complex phenomenon, marked by historical racial and social inequalities. The social representations constructed by immigrants and Brazilians are imbued with stereotypes that reinforce social exclusion. It is essential to promote policies of inclusion, the promotion of rights, and the deconstruction of prejudices ingrained in society.

Keywords: African Immigration; Social Representations; Prejudices; Social Identity; Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil sociodemográfico dos imigrantes africanos

Tabela 2: Eixos temáticos das representações sociais do Brasil entre imigrantes africanos

Tabela 3: Eixos temáticos extraídos da análise de similitude

Tabela 4: Questão 4, o que você pensava sobre o Brasil antes de chegar aqui no Brasil?

Tabela 5: Questão 5, o que você pensa agora estando no Brasil?

Tabela 6: Questão 7, no Brasil ou durante o percurso até aqui, sofreu algum tipo de violação de direitos humanos? Se sim, descreva em algumas linhas como foi.

Tabela 7: Eixos temáticos interpretativos do grafo de similitude

Tabela 8: Questão 4, escreva em algumas linhas o que você destacaria como característica física, psicológica ou cultural de um africano que você conhece.

Tabela 9: Categorias temáticas e interpretações das representações sociais sobre africanos

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Dimensões do preconceito mais relatadas
- Figura 2:** Estereótipos mais associados a imigrantes africanos
- Figura 3:** Barreiras enfrentadas devido ao racismo estrutural
- Figura 4:** Discurso da democracia racial versus realidade
- Figura 5:** Número de imigrantes africanos por país (2000–2023)
- Figura 6:** Distribuição geográfica de africanos por estado brasileiro
- Figura 7:** Ocupações mais frequentes entre imigrantes africanos
- Figura 8:** Frequência de termos associados aos africanos nas redes sociais
- Figura 9:** Formas de discriminação relatadas por africanos no Brasil
- Figura 10:** Casos de xenofobia relatados por africanos no Brasil
- Figura 11:** Canais institucionais mais acionados por vítimas de xenofobia
- Figura 12:** Respostas institucionais e sociais à xenofobia
- Figura 13:** Faixa etária dos participantes
- Figura 14:** Nacionalidades dos participantes
- Figura 15:** Identificação do gênero
- Figura 16:** Nacionalidades dos participantes
- Figura 17:** Escolaridade dos participantes
- Figura 18:** Quais são motivos que te levaram a chegar no Brasil?
- Figura 19:** Evocação livre de palavras do termo indutor ‘ ’ que lhe vem à mente quando pensa em "brasileiros"
- Figura 20:** Análise de similitude das evocações livre dos africanos
- Figura 21:** Faixa etária dos participantes
- Figura 22:** Identificação do Gênero
- Figura 23:** Identificação da Raça/Etnia
- Figura 24:** Escolaridade
- Figura 25:** Você conhece algum africano?
- Figura 26:** Representação social sobre África
- Figura 27:** Representação social sobre África
- Figura 28:** Evocação livre dos brasileiros
- Figura 29:** Análise de similitude das evocações livre dos brasileiros

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONARE – Comitê Nacional para Refugiados
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais
ONU – Organização das Nações Unidas
PEC-G – Programa Estudante Convênio de Graduação
TRS – Teoria das Representações Sociais
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	PÁG
INTRODUÇÃO	15
1. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUA APLICAÇÃO AO ESTUDO DO PRECONCEITO CONTRA IMIGRANTES AFRICANOS	20
1.1 Teoria das Representações Sociais: Fundamentos e Mecanismos	20
1.2 A abordagem estrutural das representações sociais	22
1.3 Representações identitárias e relações intergrupais	25
1.4 Considerações para analisar o preconceito contra imigrantes africanos	28
2. PRECONCEITO, ESTEREÓTIPOS E RACISMO NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA	32
2.1. Pré-conceito, Racismo e experiências pessoais	32
2.2. Preconceitos: dimensões afetivas, cognitivas e comportamentais	34
2.3. Os Estereótipos e os estigmatizações de grupos sociais	36
2.4. Racismo estrutural e seus efeitos na experiência migratória Africana	38
2.5. A interseccionalidade como perspectiva de análise de preconceitos	41
2.6. O discurso do racismo negado e a ideologia da democracia racial	32
3. IMIGRAÇÃO AFRICANA NO BRASIL: HISTÓRIA, PERFIS E DESAFIOS	46
3.1. Um Breve Histórico da Imigração Africana no Brasil Contemporâneo	46
3.2. Dados demográficos e socioculturais (IBGE, OBMigra, HCR)	48
3.3. Desigualdades de Acesso e Políticas Migratórias Brasileiras	51
3.4. O lugar do Imigrante Africano no Imaginário Nacional	52
4. ÁFRICA EM IMAGENS: A REPRESENTAÇÃO DA ÁFRICA E DOS IMIGRANTES AFRICANOS NA MÍDIA BRASILEIRA	55
4.1. A mídia como agente de produção de significados sociais	55
4.2. Estereótipos midiáticos sobre a África: o continente da pobreza, da violência e da cultura exótica	57
4.3. Invisibilidade e marginalização dos imigrantes africanos na imprensa nacional	59
4.4. Experiências de resistência e reapropriação midiática por imigrantes africanos	60
4.5. Contribuições das mídias alternativas e dos coletivos afrodiaspóricos para a desconstrução de estereótipos	61

5. INTERFACES ENTRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, RACISMO E IMIGRAÇÃO	64
5.1. Representações Sociais de Imigrantes Africanos no Brasil	64
5.2. Estigmatização e exclusão simbólica dos africanos	66
5.3. Experiências de discriminação e violência simbólica	67
5.4. Resistência, identidade e ressignificação cultural	69
6. XENOFOBIA CONTRA AFRICANOS NO BRASIL: MANIFESTAÇÕES, CASOS E ENFRENTAMENTOS	72
6.1. Conceitualização da xenofobia no contexto brasileiro	72
6.2. Na intersecção entre xenofobia e racismo: o africano como “dupla alteridade”	73
6.3. Casos reais de xenofobia contra africanos no Brasil	74
6.4. Uma resposta institucional e da sociedade civil à xenofobia	77
7. MÉTODO DE ESTUDO	79
7.1 Objetivos	79
7.2 Estudo 1: Objetivos Gerais	79
7.2.1 Objetivos Específicos	79
7.3 Estudo 2: Objetivos Gerais	79
7.3.1 Objetivo específico	79
7.4. Sujeitos do Estudo 1	80
7.4.1. Instrumentos e Procedimentos do Estudo 1	80
7.5. Sujeitos do Estudo 2	80
7.5.1. Instrumentos e Procedimentos do Estudo 2	81
7.6. Considerações Éticas	81
7.7. Análise dos Dados	81
8. RESULTADOS E DISCUSSÃO	83
8.1 Estudo 1: Os participantes africanos	83
8.1.2. Contextualização do objeto de estudo:	85
8.1.3. Análise prototípica	86
8.1.4. Discussão dos resultados	89
8.1.5. Análise de similitude:	91
8.1.6. Discussão dos resultados	93
8.1.7. Análise interseccional: raça, gênero e classe na experiência dos imigrantes africanos	95
8.1.8. Análise de conteúdo das questões abertas	96
8.1.9. Discussão dos Resultados das questões abertas	102
8.2 Estudo 2: Os participantes brasileiros	104
8.2.1 Caracterização da amostra	104
8.2.2 Análise prototípica	108
8.2.3 Discussão dos resultados	110
8.2.4 Análise de similitude	112
8.2.5 Discussão dos resultados	112

8.2.6	Discussão crítica dos resultados: aproximações teóricas	116
8.2.7	Análise de conteúdo	117
8.2.8	Interpretação e Discussão dos Resultados	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS		122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		124

INTRODUÇÃO

A imigração é um fenômeno complexo que sempre existiu no mundo, embora suas características, causas e consequências tenham evoluído ao longo do tempo. Nas últimas décadas, e particularmente a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial, a questão migratória se intensificou, com fluxos constantes. Diversos países ao redor do mundo têm observado um aumento no deslocamento humano em todo o planeta (VERKUYTEN, 2018a; 2018b).

Este estudo examinou as representações sociais de imigrantes africanos na sociedade brasileira, levando em consideração não apenas as representações sociais de imigrantes africanos sobre o Brasil e os brasileiros, mas também as de brasileiros sobre os africanos. As representações sociais são consideradas uma forma de consciência, geralmente conhecida como consciência popular ou senso comum. São sistemas de interpretação da realidade que regem as relações dos indivíduos com seu ambiente físico e social, orientando seus comportamentos e práticas sociais (ABRIC, 1994). O objetivo deste trabalho é estudar como as representações sociais envolvendo imigrantes africanos foram construídas no discurso da sociedade brasileira e como os próprios imigrantes representam o Brasil e os brasileiros.

Nos últimos anos, o Brasil se tornou um destino de escolha para africanos de vários países do continente. O fluxo de migrantes africanos para o Brasil me chamou a atenção desde que comecei a viver no país. Esses imigrantes, dos quais faço parte, vieram para concluir ou iniciar seus estudos de graduação ou pós-graduação devido às dificuldades operacionais de algumas universidades africanas, e outros vieram em busca de emprego devido ao contexto socioeconômico de seus países no continente. Muitos deles vêm de países de língua portuguesa e acabam encontrando melhores condições de integração social graças à facilidade de comunicação. No entanto, para aqueles que vêm de países com língua materna diferente, os desafios são maiores. Nos últimos anos, tem havido um crescente movimento de grupos estrangeiros para o Brasil, tanto de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Segundo dados do CONARE (Comitê Nacional para Refugiados) e do Ministério da Justiça, somente entre 2010 e 2012, o número de pessoas que buscaram refúgio no Brasil triplicou. E em 2019, houve um aumento acentuado nos pedidos de refúgio, principalmente de venezuelanos e dos países da África (CONARE, 2020). A tendência atual é de aumento da imigração para o Brasil,

principalmente de países subdesenvolvidos ou em situação econômica precária, bem como de regiões afetadas por grandes conflitos.

Nos últimos anos, por exemplo, muitos haitianos chegaram ao Brasil via Amazônia em busca de emprego e melhores condições de vida. Durante a Copa do Mundo de 2014, o mesmo fenômeno ocorreu, com especial atenção para os imigrantes africanos (Gana), que vieram ao Brasil para a competição, mas não retornaram ao seu país de origem. Outros países que se destacaram em termos de imigração incluem Senegal e Angola. É evidente que os recentes desenvolvimentos econômicos no Brasil, combinados com a relativa prosperidade dos países emergentes diante da crise financeira no mundo desenvolvido, contribuíram para tornar os países em desenvolvimento, particularmente os do grupo BRICS, destinos atrativos para a migração internacional. A grande maioria dos países do mundo acolhe visitantes e turistas ocasionais, mas frequentemente criam maiores dificuldades para os imigrantes, especialmente aqueles que chegam sem as condições necessárias para a integração imediata na sociedade. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2018) propõe uma distinção entre migrantes, refugiados e requerentes de asilo. O ponto em comum é que todos, por uma razão ou outra, precisam se mudar de seu país de origem. Essas terminologias são confusas e até mesmo se sobrepõem. Um imigrante pode ter que solicitar asilo ou asilo político, assim como um refugiado. Uma vez resolvida a questão que o levou a solicitar asilo, ele pode optar por viver em seu novo país como imigrante. A dificuldade em nomear e limitar situações, por vezes, dificulta a aplicação dos direitos e deveres previstos na legislação brasileira.

O grupo mais fácil de identificar, presente em quase todos os países, é o dos imigrantes. Voluntários ou forçados, temporários ou permanentes, esse tipo de movimento moldou a maioria dos países ocidentais. As razões por trás dessa escolha são inúmeras, mas, na maioria dos casos, são econômicas ou o desejo de melhorar a qualidade de vida. Muitos desses imigrantes, que vêm de condições de vida precárias devido à sua situação socioeconômica, conflitos, guerras ou desastres naturais, recorrem a organizações de direitos humanos em busca de abrigo. Refúgio e asilo são geralmente alternativas legalizadas na maioria dos países.

De acordo com a ANCUR, havia 1,8 milhão de imigrantes em 2015. O asilo político deve ser baseado em perseguição legítima por motivos políticos. Pode ser

concedido na entrada no país ou no país de origem, quando o indivíduo entra e protocola o pedido de asilo na embaixada brasileira. Direitos e responsabilidades se aplicam em ambos os casos. O asilo pode ser concedido por diversos motivos: etnia, religião, nacionalidade, grupo social, convicções políticas, entre outros. Também é possível solicitá-lo em casos de desastres ambientais ou guerra.

A legislação brasileira sobre refugiados está entre as mais humanitárias. A Lei 9.474 de 1997 (BRASIL, 1997) estipula que os refugiados, como os chamam as autoridades competentes, gozam de direitos muito semelhantes aos dos brasileiros. Portanto, em casos de grave risco, imigrantes em situação de vulnerabilidade optam por solicitar refúgio como forma de proteção social. Apesar de todas essas leis e da percepção do senso comum de que os brasileiros são amigáveis com os estrangeiros, usando a psicologia social e a sociologia, podemos dizer que nos tempos modernos, o surgimento do que Bauman (2016) chama de "pessoas redundantes" pode causar uma pressão social que as coloca em uma situação de desvantagem social. Bauman (2017) argumenta que pessoas de diferentes origens podem ser vítimas de preconceito e discriminação por serem consideradas desconhecidas e, portanto, "imprevisíveis".

A formação de representações e categorizações sociais ocorrerá naturalmente. Como resultado, os grupos se posicionarão em endogrupos e exogrupos, gerando relações intergrupais disruptivas (PEREIRA E SOUZA, 2016). Nesse sentido, tentar compreender como os africanos que vivem no Brasil representam socialmente o Brasil, considerando suas expectativas iniciais e a realidade atual, e, igualmente importante, como os brasileiros ancoram suas percepções sobre os africanos que chegam, particularmente hoje, será de fundamental importância para contribuir com os estudos sobre os preconceitos e estereótipos envolvidos nos encontros entre grupos humanos de diferentes origens, conhecidos como xenofobia. Existe xenofobia dirigida contra africanos no Brasil? Em caso afirmativo, em quais estereótipos ela se baseia? Como os africanos, por sua vez, percebem os brasileiros e o Brasil? Essas questões merecem ser estudadas no âmbito desta pesquisa.

Esta tese está organizada em oito capítulos que sistematizam a análise do preconceito, da xenofobia e das representações sociais relacionadas à imigração africana no Brasil. No capítulo 1, intitulado "A Teoria das Representações Sociais e sua Aplicação ao Estudo do Preconceito contra Imigrantes Africanos", são apresentados os fundamentos teóricos das representações sociais, incluindo conceitos de mecanismos de construção e

dinamização de sentidos, além de debates sobre representações identitárias e as relações intergrupais que fundamentam o preconceito racial e migratório. Este capítulo fornece a base teórica para compreender como os discursos e imagens sociais sustentam estigmatizações.

O capítulo 2, denominado "Preconceito, Estereótipos e Racismo na Experiência Migratória", aprofunda a análise do fenômeno do preconceito a partir de uma perspectiva sociocultural e histórica, abordando como estigmas e estereótipos se consolidam na experiência dos migrantes africanos no Brasil. São discutidas as dimensões afetivas, cognitivas e comportamentais do preconceito, além do racismo estrutural, suas raízes e seus efeitos sobre a trajetória migratória, bem como a interseccionalidade de raça, classe e gênero.

O capítulo 3, intitulado "A Imigração Africana no Brasil: História, Perfis e Desafios", apresenta um panorama histórico da imigração africana, destacando suas principais fases, perfis demográficos e culturais, além das desigualdades no acesso às políticas migratórias e ao reconhecimento social. Este capítulo contextualiza o lugar do imigrante africano no imaginário nacional, contribuindo para uma compreensão histórica das dinâmicas migratórias.

No capítulo 4, "África em Imagens: A Representação da África e dos Imigrantes Africanos na Mídia Brasileira", discute a construção de estereótipos midiáticos que frequentemente associam o continente africano à pobreza, violência e exotismo. São analisadas as representações predominantes na imprensa, bem como o processo de invisibilidade e marginalização dos imigrantes africanos na mídia, além do papel dessas imagens na manutenção de preconceitos sociais.

O capítulo 5, intitulado "Interfaces entre Representações Sociais, Racismo e Imigração", investiga as conexões entre as manifestações de preconceito, os discursos sociais e as políticas de exclusão, abordando a estigmatização e o silenciamento do imigrante africano na sociedade brasileira, bem como o impacto dessas representações na autoimagem e na identificação desses sujeitos.

O capítulo 6, "Xenofobia Contra Africanos no Brasil: Manifestações, Casos e Enfrentamentos", oferece uma análise das manifestações de xenofobia, incluindo casos reais de discriminação, violência simbólica e física. São discutidas também as respostas institucionais e civis, assim como estratégias de resistência e reapropriação midiática por parte de imigrantes africanos e coletivos culturais, especialmente aquelas promovidas por mídias alternativas e movimentos sociais.

No capítulo 7, "Metodologia da Pesquisa", descreve detalhadamente os procedimentos adotados para investigar as representações sociais das diferentes categorias de

sujeitos envolvidos, incluindo os estudos qualitativos de análise de conteúdo, análise prototípica e de similitude. Este capítulo também apresenta os critérios éticos e as estratégias de análise dos dados, ficando responsável por fundamentar as interpretações e discussões dos resultados obtidos, que contribuem para ampliar o entendimento acadêmico sobre o preconceito racial, a imigração africana e as estratégias de resistência no Brasil.

Por fim, no capítulo 8 em “Resultados e Discussão” são colocadas em pauta os resultados dos estudos comparativos entre os imigrantes africanos e brasileiros, de forma a sustentar os objetivos gerais e específicos deste trabalho, visando analisar as representações sociais de cada grupo e suas práticas, analisando criticamente a realidade social destes grupos.

Essa estrutura visa oferecer uma compreensão aprofundada das experiências migratórias africanas, suas representações sociais e as dinâmicas de racialização, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e ações educativas que promovam a promoção da igualdade racial e o combate à xenofobia no contexto brasileiro.

1. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUA APLICAÇÃO AO ESTUDO DO PRECONCEITO CONTRA IMIGRANTES AFRICANOS

1.1 Teoria das Representações Sociais: Fundamentos e Mecanismos

A Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta por Serge Moscovici em 1961, representa uma das contribuições mais significativas da psicologia social para a compreensão de como o conhecimento é construído e compartilhado na sociedade. Seu ponto de partida é a análise da apropriação do conhecimento científico pelo senso comum, reinterpretado nas interações cotidianas. Moscovici (2012) estudou como a psicanálise, como conhecimento técnico e especializado, foi reinterpretada pela sociedade francesa, dando origem a representações populares amplamente disseminadas. Essa abordagem inovadora permitiu a inclusão do conhecimento leigo no campo científico, estabelecendo um novo paradigma para a produção de sentido na vida social cotidiana.

Segundo Moscovici (2012), as representações sociais são sistemas interpretativos que permitem aos indivíduos compreenderem e navegar pelo mundo em que vivem. Elas transformam objetos complexos ou desconhecidos em imagens familiares, possibilitando assim sua comunicação e reprodução. Essa teoria parte da premissa de que os indivíduos constroem sua realidade a partir de trocas simbólicas com outros, sendo o conhecimento produzido socialmente por meio da linguagem, da cultura e de práticas interativas. Assim, a TRS oferece uma perspectiva analítica essencial para a compreensão de como as imagens sociais de grupos minoritários, como os imigrantes africanos, são produzidas e como essas imagens perpetuam o preconceito e as práticas de exclusão.

As representações sociais desempenham um papel central na organização do pensamento coletivo. Segundo Jodelet (2005), discípulo de Moscovici, essas representações são "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um grupo social" (p. 22). Elas não apenas descrevem o mundo, mas também o constituem simbolicamente, estruturando as relações entre sujeitos, objetos e significados. Essa característica torna a TRS particularmente adequada ao estudo da construção social da alteridade, ou seja, a maneira como certos grupos são representados como diferentes, inferiores ou ameaçadores.

No contexto da imigração africana para o Brasil, por exemplo, as representações sociais atuam como instrumentos simbólicos de categorização e diferenciação. Termos como “refugiado”, “clandestino” ou “ilegal” são frequentemente utilizados em discursos públicos e midiáticos para se referir a imigrantes africanos, produzindo uma imagem social negativa enraizada em estereótipos coloniais. Esses rótulos reforçam hierarquias simbólicas entre brasileiros e estrangeiros, mantendo práticas de discriminação institucional e cotidiana (BRASIL; CABECINHAS, 2020). Analisar essas representações, portanto, nos permite compreender como o preconceito se estrutura não apenas no nível individual, mas também como um fenômeno coletivo, compartilhado e socialmente reproduzido.

Segundo Moscovici (2012), dois mecanismos são fundamentais no processo de formação de representações sociais: a objetivação e a ancoragem. A objetivação refere-se à transformação de conceitos abstratos em imagens concretas e acessíveis. Esse processo envolve a construção de figuras simbólicas que condensam conhecimentos complexos em uma imagem simples e comunicável. A ancoragem consiste em integrar novos conhecimentos às estruturas cognitivas existentes, ligando o desconhecido ao conhecido. Por meio da ancoragem, novos objetos sociais são assimilados por meio da linguagem, das crenças e dos valores já compartilhados pelo grupo. No caso dos imigrantes africanos, muitos discursos sociais os ancoram em representações herdadas da escravidão, do colonialismo e da exotização do continente africano. Essa ancoragem ocorre, por exemplo, quando os africanos são retratados como "carente", "incivilizados" ou "ameaçadores", reafirmando uma lógica de inferioridade em relação aos outros. A objetificação, por sua vez, se manifesta em imagens concretas disseminadas na mídia, como fotografias de africanos em situações precárias, histórias de violência ou marginalização. Essas imagens cristalizam a estigmatização e reforçam uma representação social negativa que influencia a forma como esses indivíduos são recebidos, tratados e percebidos no cotidiano.

Essa dinâmica revela a natureza ideológica das representações sociais. Como aponta Marková (2006), elas não são apenas cognitivas, mas também imbuídas de valores, sentimentos e interesses políticos. As representações sociais são, portanto, espaços de conflito simbólico, onde diferentes grupos lutam para impor suas visões de mundo e naturalizar suas interpretações. No caso dos imigrantes africanos no Brasil, esse conflito opõe aqueles que os percebem como uma ameaça (invasores, criminosos,

concorrentes no mercado de trabalho) àqueles que os reconhecem como sujeitos de direitos, portadores de culturas e experiências legítimas.

A TRS também está vinculada à noção de cultura, considerando que as representações são construídas em contextos históricos, sociais e culturais específicos. Wachelke e Wolter (2011) argumentam que, ao estudar representações, o pesquisador deve levar em consideração o contexto simbólico em que os grupos estão inseridos, pois este fornece as referências de ancoragem e objetificação. Assim, estudar as representações sociais de imigrantes africanos no Brasil envolve também analisar o contexto de racialização, desigualdade social e xenofobia que caracteriza a sociedade brasileira. Para Mazzotti (2021), as representações sociais constituem uma forma de conhecimento que opera tanto no nível individual quanto no coletivo. No nível individual, elas orientam percepções, julgamentos e comportamentos. No nível coletivo, produzem um consenso simbólico que define normas, valores e expectativas compartilhados. Como tal, são particularmente eficazes na manutenção de preconceitos, pois fornecem uma base aparentemente "natural" para atitudes discriminatórias. Como apontam Techio (2011) e Lima et al. (2018), as representações sociais servem para legitimar e perpetuar estereótipos e preconceitos, mesmo sem intenção consciente.

Portanto, compreender a lógica de funcionamento das representações sociais é essencial para desvendar os mecanismos simbólicos que perpetuam preconceitos raciais e xenófobos contra imigrantes africanos. Ao identificar como certos significados se tornam dominantes e naturalizados, também é possível abrir um espaço para questionamento e transformação de práticas sociais. Nesse sentido, a TRS oferece não apenas uma ferramenta analítica, mas também um caminho para a construção de novos discursos e representações mais justos, plurais e inclusivos.

1.2 A abordagem estrutural das representações sociais

Desde sua formulação por Serge Moscovici, a teoria das representações sociais tem sido enriquecida por diferentes escolas e correntes analíticas. Dentre elas, destaca-se a abordagem estrutural desenvolvida por Jean-Claude Abric (1994), que se consolida como uma das abordagens mais robustas e metodologicamente sistematizadas para a análise do conteúdo e da organização interna das representações sociais. Sua proposta, conhecida como teoria do núcleo central, parte do princípio de que as representações

sociais possuem uma estrutura composta por elementos hierárquicos que cumprem funções distintas na construção de significado e na orientação das práticas sociais.

Segundo Abric (1994), toda representação social se organiza em torno de dois sistemas complementares: o núcleo central e o sistema periférico. O núcleo central é composto pelos elementos mais estáveis, consensuais e compartilhados entre os membros de um grupo social. Ele está enraizado nos valores fundamentais, nas normas culturais e na memória coletiva do grupo, o que lhe confere maior resistência à mudança. Esses elementos centrais definem não apenas o significado do objeto representado, mas também os limites simbólicos da representação, ou seja, o que pode ou não ser dito ou pensado sobre um determinado grupo ou fenômeno.

Por outro lado, o sistema periférico é composto por elementos mais flexíveis, adaptáveis e contextuais. Esses elementos funcionam para permitir a integração de experiências individuais, práticas cotidianas e especificidades situacionais na representação. Assim, o sistema periférico atua como uma zona de negociação simbólica entre o núcleo estável e a realidade em constante evolução. É também no sistema periférico que se situam as estratégias de proteção e defesa da representação contra informações contraditórias ou ameaçadoras (SÁ, 1996; WACHELKE; WOLTER, 2011). Essa concepção estrutural das representações sociais é extremamente relevante para o estudo dos preconceitos contra imigrantes africanos no Brasil. Ela nos permite identificar os elementos simbólicos que constituem o cerne da representação, ou seja, as imagens, valores ou crenças sobre os africanos que permanecem inalterados, apesar da diversidade de experiências de contato e convivência. Esses elementos fundamentais estão frequentemente enraizados em estereótipos históricos de inferioridade do continente africano, herdados do colonialismo e do racismo estrutural, como ideias de atraso, ignorância, selvageria ou periculosidade.

Por exemplo, pesquisas recentes em psicologia social brasileira têm demonstrado que muitos brasileiros associam automaticamente a figura do imigrante africano a condições de pobreza, dependência estatal ou criminalidade (BRASIL; CABECINHAS, 2020). Esses elementos, quando identificados no cerne das representações, revelam a natureza estrutural dos preconceitos, pois não se tratam de opiniões individuais, mas sim de categorias simbólicas compartilhadas e naturalizadas coletivamente. Assim, analisar a estrutura das representações permite compreender como o racismo e a xenofobia se

perpetuam em um plano profundo e invisível da vida social. Abric (1994) também destaca quatro funções essenciais das representações sociais, que se aplicam diretamente ao caso dos imigrantes africanos:

1. Função de conhecimento: As representações auxiliam os indivíduos a compreenderem e navegar no mundo social. No caso da imigração africana, as representações produzem narrativas que explicam (ou distorcem) a presença desses indivíduos no Brasil, frequentemente culpando-os pelas dificuldades sociais que enfrentam.
2. Função de identidade: As representações definem a identidade do grupo, tanto por meio da autoafirmação (estrangeiro) quanto da diferenciação em relação aos outros (extragrupo). Assim, a representação dos africanos como um "outro radical" reforça a identidade brasileira em oposição a uma alteridade desvalorizada.
3. Função de orientação: As representações orientam comportamentos, atitudes e práticas. Retratar os imigrantes africanos como ameaças, por exemplo, legitima atitudes hostis, políticas restritivas ou práticas discriminatórias.
4. Função de justificação: As representações nos permitem justificar posições sociais e escolhas individuais. A ideia de que os imigrantes "roubam empregos", "sobrecarregam o sistema de saúde" ou "não se integram" serve para legitimar o preconceito e a exclusão.

Essas funções são articuladas pela estrutura interna da representação, de modo que o núcleo central determina a natureza dos julgamentos e práticas, enquanto o sistema periférico ajusta e contextualiza essas expressões. O modelo estrutural, portanto, nos permite compreender tanto a estabilidade quanto a variabilidade das representações, o que é fundamental para analisar as tensões e contradições presentes no discurso social sobre imigrantes africanos. Mazzotti (2021) destaca que o núcleo central das representações sociais tende a resistir à mudança, exceto em contextos de profunda ruptura simbólica. Em contrapartida, elementos periféricos, mais sensíveis às experiências e ao contexto pessoal, podem funcionar como espaços de transformação gradual. Essa distinção é valiosa para refletir sobre estratégias de intervenção social. Promover mudanças nos discursos sociais sobre imigrantes africanos exige atuar sobre elementos periféricos, que podem gradualmente expandir e deslocar significados centrais. Nesse sentido, campanhas educativas, experiências de coexistência intercultural e políticas de inclusão podem funcionar como catalisadores simbólicos.

Para Flament (1994, *apud* ABRIC, 1994), o sistema periférico também cumpre uma função de "amortecedor" entre o núcleo central e a realidade externa. Diante de informações contraditórias, ele protege o núcleo central da representação, reinterpretando ou filtrando essas informações para que não o abale. Assim, mesmo quando um brasileiro tem uma experiência positiva com um imigrante africano – por exemplo, um colega ou vizinho – essa experiência pode ser reinterpretada pelo sistema periférico como uma "exceção à regra", sem transformar a representação central do grupo. Wolter et al. (2016) introduzem o conceito de "cognemas", que são os elementos cognitivos fundamentais das representações sociais. Os cognemas centrais são os mais consensuais, fortemente associados entre si e essenciais para a estrutura da representação. Os cognemas periféricos são negociáveis, variáveis e menos estruturantes. Essa distinção é útil para identificar elementos da representação de imigrantes africanos que estão sujeitos à transformação e aqueles que são mais rígidos e resistentes.

A abordagem estrutural também permite o uso de técnicas de análise específicas, como **análise prototípica** e **grafo de similitude**, que serão utilizadas neste estudo para investigar os elementos centrais e periféricos das representações sociais de imigrantes africanos no Brasil. Essas técnicas facilitam a visualização da estrutura representacional e a identificação de conteúdos que sustentam preconceitos.

Em suma, a teoria dos núcleos oferece uma ferramenta poderosa para compreender a organização interna das representações sociais e seu papel na produção de preconceito. Ao articular valores, crenças e práticas, ela proporciona acesso aos significados profundos que estruturam as imagens sociais dos imigrantes africanos. Isso é essencial para desnaturalizar o racismo e propor caminhos para sua desconstrução simbólica no imaginário social brasileiro.

1.3 Representações identitárias e relações intergrupais

A identidade, como um construto dinâmico e relacional, é um dos temas centrais da psicologia social contemporânea. Além de sua natureza pessoal, a identidade é entendida como um processo social que se forma nas relações entre o eu e os outros, sendo constantemente influenciada por representações sociais compartilhadas em um dado contexto histórico e cultural. Nesse sentido, os processos de identidade social estão intrinsecamente ligados à forma como os grupos sociais se percebem, se diferenciam e se

posicionam em relação aos outros. A teoria da identidade social, proposta por Henri Tajfel (1982), oferece um importante modelo explicativo para a compreensão de como essas dinâmicas ocorrem, particularmente em contextos de desigualdade, preconceito e discriminação, como no caso da imigração africana para o Brasil.

Segundo Tajfel (1982), a identidade social corresponde à parte do autoconceito de um indivíduo que deriva de sua filiação a um ou mais grupos sociais, bem como ao valor emocional e ao significado que essa filiação confere. Esse conceito baseia-se na ideia de que os indivíduos não apenas se reconhecem como membros de determinados grupos, mas também avaliam esses grupos em relação a outros, o que gera sentimentos de superioridade ou inferioridade, inclusão ou exclusão, valorização ou estigmatização. Assim, as identidades sociais são construídas com base na diferenciação intergrupar, o que significa que a maneira como um grupo se representa está diretamente ligada à maneira como representa outros grupos.

No contexto brasileiro, marcado por um forte legado colonial, racista e eurocêntrico, os imigrantes africanos são frequentemente representados como um "outro" radical. Suas identidades sociais são construídas com base em categorias simbólicas negativas, frequentemente associadas a ideias de atraso, pobreza, violência ou ignorância. Essas representações sociais, como explicam Deschamps e Moliner (2009), influenciam não apenas a forma como a sociedade enxerga esses indivíduos, mas também como eles constroem suas identidades em contextos hostis. A estigmatização sistemática dos africanos no Brasil constitui, portanto, um obstáculo à sua integração, pertencimento e ao pleno reconhecimento de sua condição de sujeitos de direito.

A teoria de Tajfel baseia-se em três processos principais para explicar a construção da identidade social: categorização social, identificação com o grupo e comparação social. A categorização social refere-se à tendência dos indivíduos de classificar os outros em categorias ou grupos, simplificando assim a complexidade do mundo social. Essa categorização é fundamental para a construção de representações sociais, pois define limites simbólicos entre "nós" e "eles". No caso dos imigrantes africanos, a categorização é frequentemente baseada em características raciais, culturais e linguísticas, que os posicionam como um grupo externo e inferior, mesmo quando compartilham a mesma religião, língua ou formação acadêmica que os brasileiros.

A identificação grupal envolve o reconhecimento e a valorização do pertencimento a um grupo social. É um processo subjetivo por meio do qual os indivíduos se percebem como parte de um coletivo com o qual compartilham histórias, experiências e significados. Para imigrantes africanos, esse processo pode ser ambivalente. Por um lado, valorizar a própria origem e cultura pode funcionar como uma estratégia de resistência simbólica à discriminação. Por outro, o sentimento de não pertencimento e rejeição social pode levar à negação da própria origem ou à tentativa de assimilação forçada. Estudos como os de Brasil e Cabecinhas (2020) mostram que muitos imigrantes africanos enfrentam um duplo desafio identitário: preservar sua identidade cultural enquanto buscam reconhecimento em um país que frequentemente os torna invisíveis ou os rejeita.

A comparação social é o processo pelo qual grupos se avaliam em relação a outros grupos, atribuindo maior ou menor valor simbólico à sua posição. Essa comparação pode gerar um sentimento de autoestima positiva quando o grupo é percebido como valorizado, ou negativa quando é desvalorizado na hierarquia social. No caso de imigrantes africanos no Brasil, essa comparação frequentemente gera sentimentos de exclusão, discriminação e injustiça. Para Tajfel e Turner (1979) a percepção de inferioridade social pode levá-los a adotar diferentes estratégias de adaptação como mobilidade individual, criatividade social e competição social. A mobilidade individual ocorre quando os indivíduos acreditam que podem mudar grupos sociais por meio de esforço pessoal, ascensão social ou assimilação cultural. Essa estratégia é comum entre imigrantes que buscam se adaptar ao modo de vida brasileiro, muitas vezes abandonando sua cultura de origem. A criatividade social, por outro lado, refere-se à redefinição simbólica dos atributos do grupo, buscando realçar aspectos positivos e redefinir critérios de comparação. A competição social, por sua vez, envolve um desafio direto às estruturas de poder que mantêm as desigualdades entre os grupos, o que pode se expressar por meio de formas mais organizadas de resistência coletiva e de afirmação de direitos.

Deschamps e Moliner (2009) contribuem para a noção de representações identitárias, enfatizando que a identidade é construída a partir das representações que os indivíduos têm de si mesmos (autorreferência), de seu grupo (grupo interno) e de outros grupos (grupo externo). Essas representações são moldadas por interações sociais, experiências de pertencimento e narrativas que circulam na sociedade. No caso dos imigrantes africanos, as representações identitárias são imbuídas de marcadores sociais

como raça, nacionalidade, língua e religião, que influenciam tanto sua autopercepção quanto a forma como são percebidos pelos brasileiros.

Além disso, a construção da identidade social está diretamente ligada ao processo de reconhecimento. Honneth (2011), filósofo social contemporâneo, afirma que o reconhecimento é uma condição fundamental para o desenvolvimento da identidade individual e coletiva. A falta de reconhecimento seja por preconceito, exclusão ou estigmatização compromete a integridade psicológica dos indivíduos e causa sofrimento moral. Imigrantes africanos que vivem no Brasil frequentemente relatam experiências de não reconhecimento, destacando o impacto simbólico e emocional da negação de sua identidade social. Nesse contexto, é fundamental compreender que as representações sociais, longe de serem meros espelhos da realidade, são construções que moldam e organizam as relações sociais. Elas produzem e reproduzem identidades, legitimam desigualdades e orientam práticas cotidianas. Como argumentam Lima et al. (2018), identidades e representações sociais são fenômenos interdependentes: grupos constroem representações para definir a si mesmos e aos outros, e essas representações, por sua vez, reforçam ou transformam o sentimento de pertencimento.

Por fim, vale ressaltar que o estudo das representações identitárias no contexto da imigração africana para o Brasil não deve se limitar à denúncia de preconceitos, mas também valorizar formas de resistência simbólica, reconstrução identitária e ressignificação cultural. A identidade, como afirmam Deschamps e Moliner (2009), não é uma essência fixa, mas um processo em constante movimento, influenciado pelas relações sociais, pela história e pelos contextos políticos. O estudo dessas dinâmicas permite compreender não apenas como os imigrantes africanos são representados, mas também como constroem suas trajetórias identitárias, resistindo a narrativas que os reduzem à condição de "outros".

1.4 Considerações para analisar o preconceito contra imigrantes africanos

Compreender o preconceito contra imigrantes africanos no Brasil requer uma abordagem teórica que considere não apenas aspectos individuais, mas também processos coletivos de produção de significado. A teoria das representações sociais (TRS), nesse sentido, oferece uma ferramenta conceitual robusta para analisar as imagens, crenças, valores e estigmas que circulam socialmente em relação a essas questões. Como vimos

ao longo deste capítulo, as representações sociais não apenas refletem a realidade social, mas também a constroem, orientando práticas, justificando atitudes e moldando identidades sociais (Moscovici, 2012; Jodelet, 2005).

No contexto brasileiro, marcado por uma longa história de colonialismo, escravidão e racismo institucionalizado, imigrantes africanos são frequentemente representados como "outros indesejáveis" ou "corpos estranhos" no imaginário nacional. Essas representações operam por meio de mecanismos de naturalização simbólica, que associam a origem africana a atributos negativos, como atraso, pobreza, ignorância ou violência (BRASIL; CABECINHAS, 2020). Essas imagens, muitas vezes enraizadas em estereótipos históricos, são transmitidas e reproduzidas pela mídia, escolas, instituições públicas e interações cotidianas, contribuindo para a consolidação de um sistema de preconceitos socialmente legitimados.

Na perspectiva da TRS, o preconceito pode ser compreendido como uma forma de representação social, ou seja, como um conjunto de crenças e sentimentos compartilhados por um grupo em relação a outro grupo social, com base em categorias e valores construídos coletivamente (ABRIC, 1994; TECHIO, 2011). O preconceito, nesse contexto, não é apenas um sentimento individual, mas um fenômeno social que se manifesta por meio de representações cristalizadas e estigmatizantes. Conforme indicam Pereira (2002) e Deschamps e Moliner (2009), o preconceito cumpre uma função de simplificação cognitiva e de manutenção de hierarquias sociais, favorecendo a dominação simbólica de alguns grupos sobre outros.

A análise das representações sociais de imigrantes africanos revela um núcleo simbólico estruturado por categorias como "estrangeiro", "negro", "ameaça", "dependente" e "incivilizado". Esses elementos centrais, uma vez cristalizados na memória coletiva brasileira, tornam-se pilares de preconceitos raciais e xenófobos. A resistência desses elementos à mudança é explicada pela teoria dos núcleos (ABRIC, 1994), que identifica esses conteúdos como os mais estáveis e consensuais de uma representação e, portanto, os mais difíceis de transformar. Como resultado, os preconceitos tendem a persistir mesmo diante de evidências empíricas que os contradizem. Ao mesmo tempo, o sistema periférico de representações sociais oferece espaços de ambivalência e negociação simbólica, onde experiências positivas com imigrantes africanos podem gerar tensões cognitivas e afetivas que abrem perspectivas

de transformação. A convivência cotidiana, as trocas culturais e as narrativas alternativas podem funcionar como elementos disruptivos que desafiam estereótipos e permitem o surgimento de novas representações, mais abertas, complexas e humanizadas. A análise desses espaços de ambiguidade torna-se fundamental para a compreensão de processos de mudança e resistência simbólica (MAZZOTTI, 2021).

Além disso, os preconceitos contra africanos não se mantêm apenas no plano simbólico, mas também se materializam em práticas institucionais, políticas públicas e mecanismos de controle social. Dados do ACNUR (2023), do OBMIGRA e de relatórios de organizações da sociedade civil revelam que imigrantes africanos enfrentam obstáculos sistemáticos no acesso ao mercado de trabalho, moradia, saúde e educação. Essas práticas discriminatórias são frequentemente justificadas por representações que os apresentam como “ilegais”, “invasores” ou “incapazes de se integrar”, reforçando, assim, o ciclo de exclusão e marginalização. Nesse sentido, as representações sociais funcionam como um elo entre o simbólico e o estrutural, entre o imaginário e as práticas sociais concretas.

A intersecção entre raça, nacionalidade e classe social também é crucial para a compreensão do preconceito contra imigrantes africanos. Como apontam autores como Tyler (2018) e Brasil e Cabecinhas (2020), pessoas racializadas e imigrantes ocupam uma posição interseccional de vulnerabilidade simbólica, sendo alvo de múltiplas formas de estigmatização. Essas sobreposições geram um tipo específico de preconceito que combina elementos de racismo, xenofobia e marginalização econômica, criando barreiras complexas à inclusão e ao reconhecimento social dessas pessoas. A ligação entre identidade social e representação social é essencial para a compreensão de como esses processos se mantêm e se reproduzem. Como apontam Deschamps e Moliner (2009), as representações identitárias são construídas a partir de categorias e imagens sociais compartilhadas por diferentes grupos. Assim, representar imigrantes africanos como "não pertencentes" implica também posicioná-los fora da identidade nacional, reforçando os limites simbólicos do "nós" brasileiro. Essa exclusão simbólica é particularmente violenta, pois afeta não apenas o acesso a direitos, mas também a dignidade, a autoestima e o senso de pertencimento.

Nesse ponto, é importante considerar que a transformação das representações sociais não depende apenas da disseminação de novas informações, mas da modificação dos contextos sociais que as produzem e as sustentam. Como aponta Moscovici (2007),

as representações não mudam espontaneamente; elas são reformuladas quando ocorrem mudanças nos sistemas de crenças, valores e práticas sociais. Isso significa que o combate ao preconceito contra imigrantes africanos requer políticas públicas eficazes, educação intercultural, medidas de ação afirmativa e a ampliação dos espaços de representação política desses sujeitos.

Em síntese, as representações sociais constituem um campo estratégico para a análise e o enfrentamento de preconceitos contra imigrantes africanos no Brasil. Funcionam como dispositivos simbólicos de produção de alteridade, legitimação de desigualdades e orientação de práticas discriminatórias. Contudo, são também espaços de conflito, resistência e transformação. Compreender seus mecanismos, estruturas e funções abre a possibilidade de intervir simbolicamente no imaginário coletivo e fomentar a construção de representações mais inclusivas, plurais e emancipatórias. Ao analisar essas representações a partir das experiências de estudantes universitários e da população brasileira, esta tese visa contribuir para esse projeto de transformação social e simbólica.

2. PRECONCEITO, ESTEREÓTIPOS E RACISMO NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA

2.1 Pré-conceito, Racismo e experiências pessoais

Finalmente, gostaria de relatar a minha experiência pessoal. Sou estrangeiro, africano, vinda do BENIN para fins acadêmicos no Brasil através do programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) que oferece várias oportunidades de formação superior aos países em desenvolvimento entre as quais o Brasil mantém acordos bilaterais (educacionais e culturais). O programa foi desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação e tem o apoio e parceria com universidades públicas federais, estaduais e particulares. O PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e 30 anos, que possuam ensino médio completo, para realização de estudos de graduação no país.

Cheguei ao Brasil em 2017 optando por fazer o curso de Psicologia na Universidade Federal Fluminense em Niterói, (UFF) mas o primeiro desafio era de aprender a língua portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde a minha vivência no Benin pesquisei sobre o curso na qual se denomina no país como Psicologia Social e isso despertou e aumentou meu interesse em saber e aprender mais sobre esta área multidisciplinar que é a Representações Sociais. Mas Tudo e todos os ambientes têm as suas vantagens e desvantagens, sendo assim, infelizmente pude conhecer e sentir no Rio de Janeiro um estranho sentimento que já me incomodava desde a minha chegada no Brasil. Falo do preconceito, racismo, entre outras coisas. Obviamente que chegar em um país diferente, um continente diferente, uma língua diferente da minha, observar e conviver diariamente com um novo meio social seria um novo desafio para minha vida. Acredito que para mim e qualquer estrangeiro na mesma situação o choque cultural é sempre muito grande. Mas, nada mais me impactou do que observar e vivenciar o preconceito e o racismo. Gostaria de ressaltar que esta experiência vivida e contada pelos meus conterrâneos e todos os seus impactos é que me motivou a estudar esse tema.

A minha experiência com o preconceito no Brasil foi umas situações derivadas muitas vezes de falta ou limitação de informações verídicas sobre um país ou continente, de diferenças de hábitos e costumes, diferenças culturais, de sotaques e linguagem diferentes. Isso muitas vezes induziu comentários depreciativos sobre a África,

diferenciação de tratamento por parte dos Brasileiros na rua e colegas, menosprezo de sotaque, dificuldades de acesso e participação em algumas atividades acadêmicas com a afirmação de que alunos estrangeiros não devem ter os mesmos direitos como por exemplo bolsas ou participação em programas acadêmicos que os nacionais. Além de ambientes acadêmicos também eu e meus conterrâneos vivenciamos o racismo em locais que obrigatoriamente o estrangeiro tem que se apresentar para legalização de documentos para a sua permanência no país. Repetidas as vezes, foi possível observar uma diferença de tratamento em relação a estrangeiros oriundos da África e América Latina em comparação com estrangeiros vindos da Europa e América do Norte, com uma nítida discriminação em relação aos primeiros. Esses são só alguns dos exemplos de situações que me afetaram e afetam a vida de vários estudantes estrangeiros, africanos ou não em cada canto do país. A partir do momento em que o preconceito impacta a saúde psicológica, o desempenho acadêmico ou até mesmo profissional e deteriora a saúde mental não pode ser considerada “frescura” e representa mais um problema de saúde pública grave que merece visibilidade e combate. Eu particularmente enfrentei diversos quadros de ansiedade que dificultaram e prejudicaram diretamente meus estudos e eu asseguro e confirmo que são recorrentes os casos e problemas psicológicos na comunidade estrangeira.

De outro lado uma violência policial ocorreu comigo pessoalmente. Certa vez, enquanto esperava amigos em frente à Universidade Federal Fluminense (UFF), próximo à Praça Cantareira, fui abordado por dois policiais que já chegaram apontando armas para mim. Sem qualquer justificativa clara, começaram a fazer várias perguntas de forma agressiva, como se eu representasse uma ameaça apenas por estar naquele local. Esse tipo de abordagem não é um caso isolado e reflete a forma como imigrantes africanos, especialmente os negros, são frequentemente alvos de discriminação racial e suspeição injustificada por parte das autoridades.

Outro episódio humilhante ocorreu quando voltava de Seropédica para Niterói. Ao descer do ônibus exatamente em frente ao Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO), fui abordado por policiais que, sem explicação razoável, decidiram revistar minha mochila. Essa situação me causou profunda humilhação e vergonha, pois fui tratado como suspeito sem qualquer justificativa plausível. Esse tipo de experiência reforça o sentimento de insegurança e a percepção de que a cor da pele e a origem são suficientes para gerar suspeita e discriminação.

Vale ressaltar que para um estrangeiro, seja ele imigrante legal ou refugiado, já é difícil viver em um país diferente, longe de amigos e familiares. A saudade por si só da terra Natal, problemas financeiros, problemas emocionais, entre outros já são desafios para enfrentar todos os dias. No entanto, tudo fica mais complicado quando vivenciamos também essas violências.

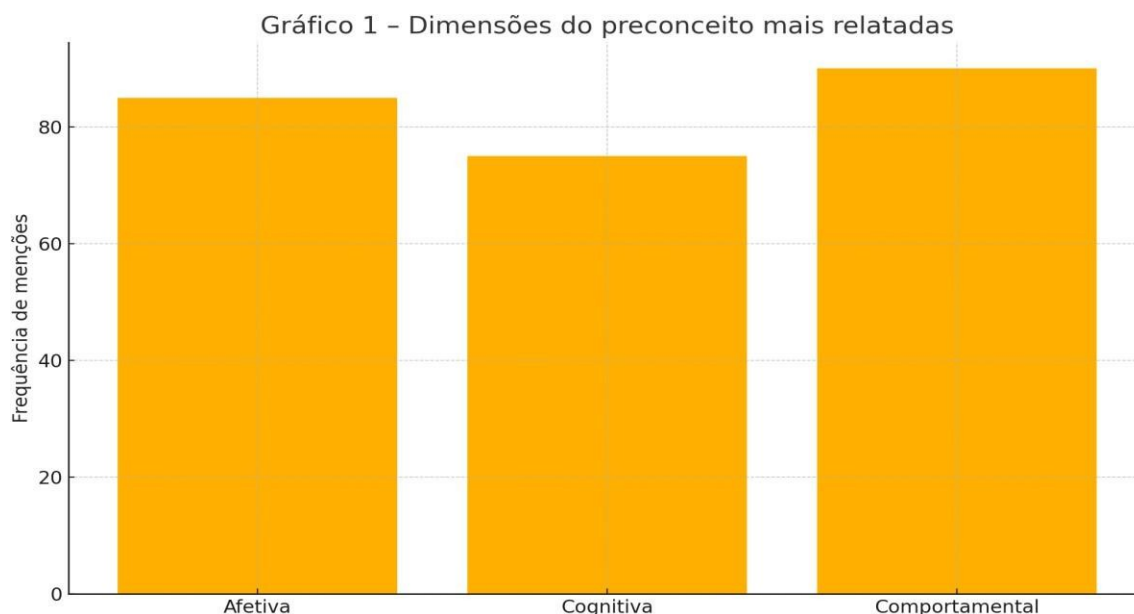
2.2 Preconceitos: dimensões afetivas, cognitivas e comportamentais

O preconceito pode ser entendido como um fenômeno social complexo que se manifesta em três dimensões principais: afetiva, cognitiva e comportamental (PEREIRA, 2021). A dimensão afetiva refere-se a emoções e sentimentos negativos direcionados a determinados grupos, como raiva, medo ou repulsa (LIMA, 2022). No caso dos imigrantes africanos no Brasil, essas emoções são frequentemente alimentadas por estereótipos culturais e raciais que os associam à violência, ao subdesenvolvimento ou à pobreza (SCHUCMAN, 2020).

A dimensão cognitiva do preconceito envolve crenças, representações e generalizações sobre membros de um determinado grupo (MENDES, 2023). No contexto brasileiro, muitos desses pensamentos são herdados de um passado colonial e escravista que ainda influencia a percepção da população negra, particularmente dos africanos (CARNEIRO, 2021; MUNANGA, 2019). A associação automática entre a cor da pele negra e características negativas ilustra o funcionamento dos preconceitos cognitivos na sociedade brasileira (SCHUCMAN, 2020).

A dimensão comportamental refere-se às ações discriminatórias concretas que resultam dessas emoções e crenças (PEREIRA, 2021). Essas ações podem incluir a exclusão de africanos de espaços de trabalho, a negação de acesso a moradias dignas, abordagens policiais violentas ou mesmo microagressões cotidianas em locais públicos (SCHUCMAN, 2020; RIBEIRO, 2023). O preconceito comportamental é a materialização de uma estrutura social racista e xenófoba que marginaliza imigrantes africanos em múltiplos contextos (MENDES, 2023). É importante ressaltar que essas três dimensões não operam isoladamente, mas se reforçam mutuamente (MENDES, 2023). O medo, por exemplo, pode reforçar a crença de que os africanos são perigosos, o que, por sua vez, legitima práticas discriminatórias (LIMA, 2022). Esse ciclo de retroalimentação contribui para a naturalização da exclusão e o agravamento das desigualdades raciais e sociais (Carneiro, 2021).

Figura 1 – Dimensões do preconceito mais relatadas



Fonte: Elaboração própria com base em Pereira (2021), Lima (2022), Schucman (2020)

Além disso, o preconceito contra imigrantes africanos faz parte de uma lógica mais ampla de hierarquia social baseada em raça e origem nacional (MUNANGA, 2019; AKOTIRENE, 2019). A construção de fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles” legitima a desumanização desses sujeitos e os afasta do pleno direito à cidadania (SCHUCMAN, 2020). Nesse sentido, a negação de direitos fundamentais como saúde, educação e trabalho também constitui uma forma de preconceito comportamental institucionalizado (RIBEIRO, 2023).

Segundo Lima (2022), os preconceitos são mantidos por sistemas de crenças socialmente aprendidos, transmitidos por meio de práticas culturais, educacionais e midiáticas. Assim, ao negligenciar as contribuições africanas para a formação do país, as escolas brasileiras reforçam preconceitos cognitivos (CARNEIRO, 2021). Da mesma forma, a ausência de africanos em posição de visibilidade na mídia contribui para o reforço de emoções negativas e ações discriminatórias (SCHWARCZ, 2022). Os sentimentos de rejeição e desconfiança que muitos brasileiros demonstram em relação aos africanos são incutidos e reforçados desde muito cedo, tanto no seio familiar quanto nas instituições sociais (MENDES, 2023). Esse aprendizado emocional e simbólico é internalizado, torna-se senso comum e opera quase automaticamente na vida cotidiana

(PEREIRA, 2021; RIBEIRO, 2023).

Estudos recentes mostram que o preconceito contra imigrantes africanos no Brasil não decorre apenas da ignorância, mas de uma estrutura simbólica que os posiciona como inferiores e ameaçadores (SCHUCMAN, 2020; LIMA, 2022). A atribuição de características negativas como "preguiçoso", "sujo" ou "violento" reflete a consolidação de estereótipos coloniais ainda presentes nas relações sociais (CARNEIRO, 2021; MUNANGA, 2019). Para combater o preconceito em suas múltiplas dimensões, é necessário investir em educação antirracista, em políticas públicas inclusivas e em mudanças na cultura institucional (AKOTIRENE, 2019; RIBEIRO, 2023). Isso inclui a capacitação de servidores públicos, a promoção de campanhas de valorização da cultura africana e o fortalecimento de espaços de escuta e participação de imigrantes africanos (MENDES, 2023; CARNEIRO, 2021).

Em suma, as dimensões afetiva, cognitiva e comportamental do preconceito contribuem para perpetuar as desigualdades vivenciadas pelos imigrantes africanos no Brasil. O combate a esse fenômeno exige um esforço coletivo e institucional que reconheça suas raízes históricas e expressões contemporâneas (SCHUCMAN, 2020; PEREIRA, 2021; LIMA, 2022).

2.3 Os Estereótipos e as estigmatizações de grupos sociais

Estereótipos são cognições sociais simplificadas, muitas vezes rígidas, atribuídas a grupos sociais específicos, que contribuem para a manutenção de hierarquias simbólicas e sociais (JODELET, 2021). Segundo Hall (2022), os estereótipos reduzem identidades complexas a traços unidimensionais, frequentemente negativos, que funcionam como mecanismos de controle social. No caso dos imigrantes africanos no Brasil, esses estereótipos frequentemente giram em torno de narrativas de atraso, sujeira, violência ou incapacidade de adaptação (SCHUCMAN, 2020; RIBEIRO, 2023). A estigmatização, por outro lado, refere-se ao processo pelo qual certos grupos são socialmente marcados de forma negativa, sendo excluídos ou marginalizados do tecido social (Goffman, 2020). Esse estigma se manifesta na forma como os africanos são frequentemente representados na mídia, nos discursos políticos e nas interações cotidianas, sendo percebidos como perigosos, exóticos ou incapazes de se integrar (SCHUCMAN, 2020; RIBEIRO, 2023). Como aponta Carneiro (2021), o estigma racial no Brasil opera em

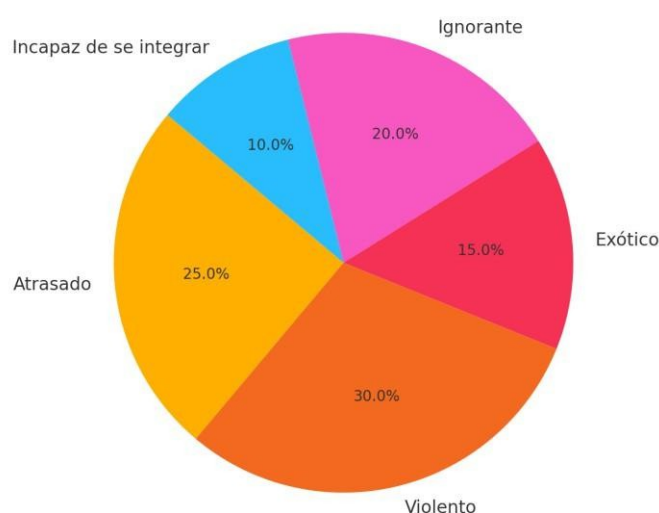
um nível interseccional, articulando cor da pele, nacionalidade e classe social. Os africanos não são apenas racializados, mas também nacionalmente inferiorizados, sendo constantemente associados a práticas culturais consideradas primitivas ou inferiores (MUNANGA, 2019). Essa construção simbólica reforça a ideia de que os africanos são "o outro", excluídos da norma cultural brasileira (HALL, 2022).

Segundo Jodelet (2021), os estereótipos servem para estabilizar o universo simbólico, mas essa estabilização é profundamente ideológica. Eles permitem que grupos dominantes mantenham posições privilegiadas ao naturalizar desigualdades (MENDES, 2023). No Brasil, os estereótipos associados aos africanos sustentam uma lógica de exclusão que se manifesta em práticas sociais discriminatórias, como dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, à educação e aos serviços públicos (RIBEIRO, 2023).

A mídia desempenha um papel central na disseminação de estereótipos e na estigmatização dos africanos (SCHWARCZ, 2022). Ao retratar os imigrantes africanos como invasores, delinquentes ou personagens folclóricos, reforça o imaginário colonial e racista (SCHUCMAN, 2020). Essas imagens, repetidas diariamente, moldam o senso comum e alimentam atitudes hostis entre a população brasileira (CARNEIRO, 2021).

Figura 2 – Estereótipos mais associados a imigrantes africanos

Gráfico 2 – Estereótipos mais associados a imigrantes africanos



Fonte: Elaboração própria com base em Schucman (2020), Ribeiro (2023), Carneiro (2021).

Segundo Djamila Ribeiro (2023), os estereótipos também operam no nível institucional, quando são utilizados por agentes públicos para justificar práticas excludentes. Negações de vistos, lentidão nos processos de regularização migratória ou atendimento discriminatório em unidades de saúde são exemplos de como o estigma se traduz em racismo institucional (AKOTIRENE, 2019).

Além disso, a estigmatização mina o senso de pertencimento dos imigrantes africanos, criando barreiras subjetivas à sua integração (SCHUCMAN, 2020). Muitos relatam dificuldades para fazer amigos, integrar-se às comunidades locais e ser reconhecidos como sujeitos sociais legítimos (MENDES, 2023). Essa exclusão simbólica reforça a marginalização e contribui para o adoecimento psicológico desses indivíduos (RIBEIRO, 2023). O processo de estigmatização está intimamente ligado ao conceito de alteridade, como aponta Hall (2022). Ao construir o africano como o "outro", o discurso dominante reforça a identidade nacional brasileira como branca, ocidental e civilizada (MUNANGA, 2019). Esse processo de diferenciação simbólica é um instrumento de poder que define quem pertence à comunidade e quem deve ser mantido à margem (JODELET, 2021). A superação de estereótipos e estigmatizações requer um trabalho crítico sobre as representações sociais hegemônicas, como proposto por Schucman (2020). Isso implica ações nas esferas educacional, midiática e jurídica que valorizem a diversidade cultural e promovam o reconhecimento das contribuições africanas para a sociedade brasileira (CARNEIRO, 2021; AKOTIRENE, 2019).

Em suma, os estereótipos e a estigmatização de imigrantes africanos no Brasil são manifestações do racismo estrutural e simbólico que permeia instituições, práticas cotidianas e representações sociais. Combater esses processos é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva (RIBEIRO, 2023; JODELET, 2021; HALL, 2022).

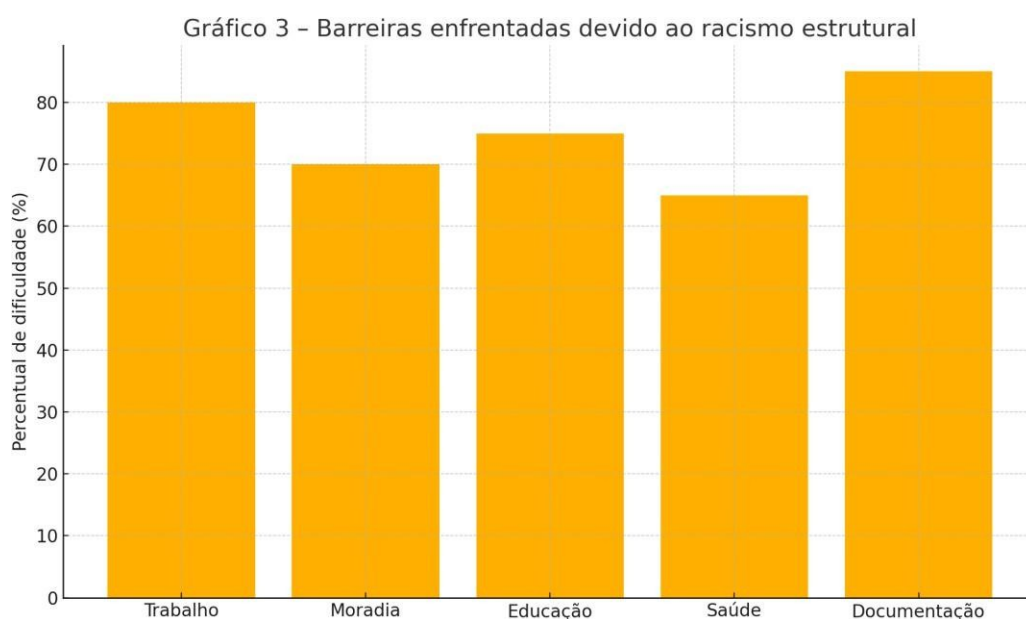
2.4 Racismo estrutural e seus efeitos na experiência migratória Africana

O racismo estrutural é uma forma de discriminação que se manifesta de forma sistemática e contínua em instituições, leis e práticas sociais, moldando as relações sociais e perpetuando desigualdades (ALMEIDA, 2019). No Brasil, esse tipo de racismo não é um fenômeno isolado ou ocasional, mas está enraizado nos pilares que organizam a sociedade (CARNEIRO, 2021; RIBEIRO, 2023). Para os imigrantes africanos, esse

sistema os posiciona como corpos estrangeiros e racializados, reforçando sua subordinação social (SCHUCMAN, 2020).

Segundo Schucman (2020), o racismo estrutural se manifesta em normas e procedimentos aparentemente neutros que levam à exclusão sistemática da população negra. No caso dos africanos, isso se traduz em dificuldades de acesso a emprego formal, moradia digna e educação de qualidade, apesar de muitos deles possuírem altos níveis de qualificação ou experiência profissional (MENDES, 2023).

Figura 3 – Barreiras enfrentadas devido ao racismo estrutural



Fonte: Elaboração própria com base em Schucman (2020), Mendes (2023), Ribeiro (2023)

A intersecção entre racismo e xenofobia aumenta as barreiras que esses indivíduos enfrentam (AKOTIRENE, 2019). Eles não são percebidos apenas como negros, mas também como estrangeiros indesejáveis, colocando-os em uma situação de dupla exclusão (MUNANGA, 2019; RIBEIRO, 2023). Essa realidade destaca que o racismo estrutural não é apenas uma questão de cor da pele, mas também de posicionamento social e simbólico dentro de um sistema de poder (ALMEIDA, 2019). Políticas públicas voltadas à integração de imigrantes no Brasil são frequentemente insuficientes ou genéricas, ignorando as especificidades dos negros africanos (CARNEIRO, 2021).

Como demonstra Ribeiro (2023), a ausência de dados racialmente desagregados nas políticas migratórias reforça a invisibilidade desses sujeitos e dificulta o desenvolvimento de medidas efetivas contra o racismo institucionalizado.

O racismo estrutural também se manifesta na violência simbólica perpetrada cotidianamente contra africanos (Schucman, 2020). Essa violência se traduz em olhares desconfiados, tratamento hostil em serviços públicos e exclusão de espaços de convivência, o que tem um profundo impacto na saúde mental dessas pessoas (MENDES, 2023; RIBEIRO, 2023).

A mídia brasileira contribui para reforçar o racismo estrutural ao perpetuar imagens estereotipadas de africanos como violentos, ignorantes ou folclóricos (SCHWARCZ, 2022; HALL, 2021). Essas representações alimentam o imaginário coletivo e justificam práticas discriminatórias cotidianas (SCHUCMAN, 2020). O sistema educacional, ao não valorizar a história africana ou negligenciar as contribuições dos povos africanos para a formação do Brasil, também contribui para a manutenção do racismo estrutural (Carneiro, 2021). Essa omissão gera um sentimento de não pertencimento entre os estudantes africanos e dificulta sua integração às instituições de ensino (RIBEIRO, 2023).

Para Almeida (2019), o combate ao racismo estrutural requer uma profunda reformulação das estruturas institucionais e a implementação de medidas de ação afirmativa baseadas em raça e etnia. No contexto da migração, isso implica a criação de políticas que reconheçam a vulnerabilidade específica dos negros africanos e lhes garantam proteção e oportunidades concretas de integração (AKOTIRENE, 2019). A resistência dos imigrantes africanos a essas formas de opressão também deve ser valorizada. Muitos deles se organizam em coletivos, movimentos culturais e redes de apoio que promovem o fortalecimento identitário e a luta por direitos (RIBEIRO, 2023; MENDES, 2023). Essas práticas de resistência constituem estratégias fundamentais para romper com a lógica do racismo estrutural e construir novos horizontes de cidadania (CARNEIRO, 2021).

Em suma, o racismo estrutural afeta profundamente a experiência migratória dos africanos no Brasil, moldando desde o acesso a direitos até as representações sociais que os cercam. Combater essa estrutura exige um compromisso coletivo com a equidade racial e o pleno reconhecimento da humanidade e da dignidade desses indivíduos (ALMEIDA,

2019; RIBEIRO, 2023; SCHUCMAN, 2020).

2.5 A interseccionalidade como perspectiva de análise de preconceitos

Interseccionalidade é um conceito analítico criado por Kimberlé Crenshaw (2019), que busca compreender como diferentes marcadores sociais como raça, gênero, classe e nacionalidade se sobrepõem e produzem formas específicas de opressão. No contexto brasileiro, essa perspectiva permite analisar como imigrantes africanos vivenciam o preconceito de maneiras específicas, sendo simultaneamente racializados, estrangeirizados e, muitas vezes, marginalizados devido ao seu gênero e status econômico (AKOTIRENE, 2019).

Segundo Carla Akotirene (2019) a interseccionalidade não é apenas uma teoria, mas uma prática política e metodológica que rompe com análises fragmentadas da realidade social. No caso dos migrantes africanos, homens e mulheres enfrentam preconceitos distintos: enquanto os homens são frequentemente associados à criminalidade ou à informalidade, as mulheres sofrem com a hipersexualização e a vulnerabilidade no trabalho (RIBEIRO, 2023; CARNEIRO, 2021). Djamila Ribeiro (2023) argumenta que racismo, sexismo e xenofobia não operam isoladamente, mas se entrelaçam para produzir uma experiência multifacetada de exclusão. Isso se reflete, por exemplo, na dificuldade que mulheres africanas enfrentam para acessar serviços de saúde reprodutiva no Brasil, onde sua condição de imigrantes negras as coloca em múltiplas camadas de vulnerabilidade (SCHUCMAN, 2020).

A interseccionalidade também serve para desnaturalizar a ideia de que todos os migrantes sofrem igualmente. Segundo Sueli Carneiro (2021), ignorar a racialização dos corpos africanos perpetua uma política de invisibilidade. Nesse sentido, a interseccionalidade denuncia a forma como a branquitude e a nacionalidade brasileira funcionam como marcadores privilegiados de acesso à cidadania e aos direitos (Almeida, 2019). Para Mbembe (2018), o corpo negro estrangeiro representa uma dupla ameaça à ordem simbólica nacional: é o "outro" racializado e o "outro" que não pertence à comunidade brasileira imaginada. A interseccionalidade, neste caso, revela como os dispositivos de controle social operam em múltiplas frentes para manter esses sujeitos fora do pertencimento simbólico (HALL, 2022; JODELET, 2021). As políticas migratórias brasileiras, ao não reconhecerem a especificidade dos imigrantes africanos,

acabam produzindo exclusões raciais, econômicas e culturais (AKOTIRENE, 2019). Segundo Ribeiro (2023), a ausência de uma perspectiva interseccional na formulação dessas políticas impede a criação de estratégias efetivas de combate ao preconceito e à desigualdade.

No campo educacional, a interseccionalidade ajuda a compreender por que estudantes negros africanos enfrentam maiores taxas de evasão escolar e discriminação racial (CARNEIRO, 2021). Isso se deve a uma escola que, além de eurocêntrica, é insensível às demandas específicas de disciplinas que se situam na intersecção entre raça, classe, nacionalidade e língua (RIBEIRO, 2023). Para Akotirene (2019), adotar uma perspectiva interseccional não significa acumular marcadores de opressão, mas compreender como eles se combinam para formar estruturas de poder mais complexas. É essa complexidade que deve ser levada em conta nas políticas públicas, na legislação e nos discursos midiáticos que abordam a imigração africana no Brasil (SCHUCMAN, 2020; SCHWARCZ, 2022).

A interseccionalidade também é uma ferramenta essencial para fortalecer a resistência e a luta por direitos. Ao reconhecer as múltiplas dimensões da opressão, os movimentos sociais podem desenvolver estratégias mais inclusivas e eficazes (RIBEIRO, 2023). No caso das mulheres migrantes africanas, por exemplo, essa abordagem tem sido fundamental para denunciar práticas de violência obstétrica, exploração no trabalho doméstico e exclusão institucional (CARNEIRO, 2021). Conclui-se, portanto, que a interseccionalidade é uma perspectiva essencial para a compreensão da complexidade dos preconceitos sofridos por imigrantes africanos no Brasil. Ela permite a identificação de mecanismos múltiplos e interligados de exclusão, ao mesmo tempo em que oferece poderosos caminhos para a transformação social (CRENSHAW, 2019; AKOTIRENE, 2019; RIBEIRO, 2023).

2.6 O discurso do racismo negado e a ideologia da democracia racial

A ideologia da democracia racial é uma das construções simbólicas mais persistentes da identidade nacional brasileira. Ela sustenta a ideia de que, por meio da miscigenação, o país superou as tensões raciais e alcançou a coexistência harmoniosa entre brancos, negros e indígenas (SCHWARCZ, 2022; MUNANGA, 2019). No entanto, esse discurso tem sido amplamente criticado por mascarar o racismo estrutural

profundamente enraizado na sociedade brasileira (SCHUCMAN, 2020; CARNEIRO, 2021).

No contexto da imigração africana, o discurso sobre a negação do racismo torna-se ainda mais contraditório. Imigrantes africanos, embora racializados da mesma forma que os negros brasileiros, são tratados como estrangeiros e frequentemente inferiorizados, sendo alvo de xenofobia racializada (AKOTIRENE, 2019; BENTO, 2020). Essa distinção contribui, sutil, mas efetivamente, para reforçar hierarquias sociais racializadas (RIBEIRO, 2023). Segundo Schucman (2020), a negação do racismo é um dos mecanismos mais perversos para a manutenção da desigualdade racial. Ao impedir a denúncia de preconceitos, dificulta a implementação de políticas públicas adequadas e a conscientização coletiva sobre as injustiças sofridas por pessoas negras e imigrantes africanos. Como demonstra Carneiro (2021), esse apagamento também contribui para o abafamento das histórias de dor, resistência e ancestralidade dessas pessoas.

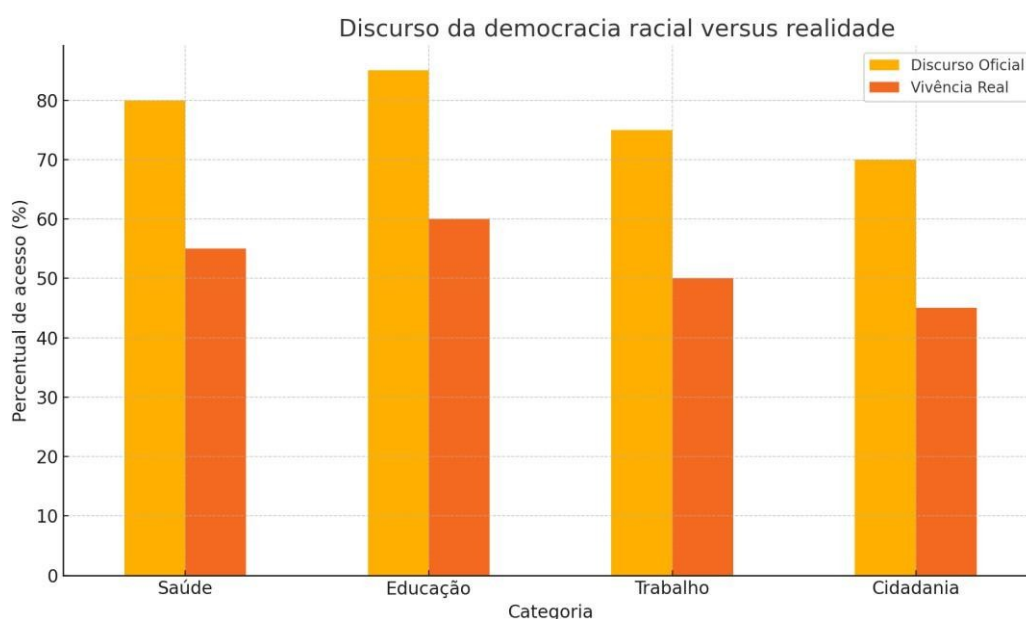
A construção histórica da democracia racial no Brasil está ligada a uma tentativa de apagar conflitos étnico-raciais, criando um ideal de harmonia baseado na miscigenação (FREYRE, 2006; MUNANGA, 2019). Contudo, como aponta Djamila Ribeiro (2023), essa miscigenação não gerou igualdade, mas sim formas mais sofisticadas de racismo, cujas sutilezas dificultam seu reconhecimento e enfrentamento cotidiano. Essa ideologia também é sustentada por representações sociais veiculadas pela mídia, pelo sistema educacional e pelo discurso político. Imagens estereotipadas de africanos, percebidos como atrasados, perigosos ou exóticos, contribuem para o reforço de práticas discriminatórias (HALL, 2022; SCHUCMAN, 2020). Ao negar a existência do racismo, o discurso da democracia racial legitima essas exclusões e as naturaliza no imaginário coletivo (RIBEIRO, 2023; CARNEIRO, 2021).

A retórica da meritocracia, frequentemente associada à democracia racial, também é criticada por autores como Sueli Carneiro (2021) e Kabengele Munanga (2019). Ela afirma que todos devem ter oportunidades iguais, mas ignora o legado da escravidão, da marginalização econômica e do acesso desigual a direitos básicos. Essa visão individualista ignora as condições estruturais que impactam diretamente os imigrantes africanos no Brasil. Para enfrentar essa situação, é fundamental desconstruir o mito da democracia racial e reconhecer as desigualdades raciais como elementos estruturantes da sociedade brasileira. Segundo Collins (2022), é necessário descolonizar o pensamento e valorizar o conhecimento subalterno para produzir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Isso envolve ouvir os imigrantes africanos e integrar suas experiências às políticas públicas (Akotirene, 2019).

O discurso oficial brasileiro tende a exaltar a cordialidade e a hospitalidade nacionais, obscurecendo a violência simbólica, a exclusão e o preconceito sofridos pelos migrantes africanos (SCHUCMAN, 2020; RIBEIRO, 2023). Essa dissonância entre a imagem projetada do país e a realidade vivenciada por pessoas racializadas revela o funcionamento silencioso e cotidiano do racismo estrutural.

Figura 4 – Discurso da democracia racial versus realidade



Fonte: Elaboração própria com base em Schucman (2020), Carneiro (2021), Ribeiro (2023)

Viver em um país que nega o racismo, mas pratica a exclusão cotidianamente, desperta sentimento de frustração, indignação e resistência entre os imigrantes africanos (CARNEIRO, 2021). Muitos deles desenvolvem estratégias de adaptação que vão da organização coletiva à produção de narrativas próprias, resgatando assim sua história e identidade (COLLINS, 2022; HALL, 2022).

Como argumentam Akotirene (2019) e Ribeiro (2023), a superação da ideologia da democracia racial é condição necessária para a promoção da justiça racial no Brasil. Isso envolve reconhecer os privilégios raciais existentes, desnaturalizar as desigualdades

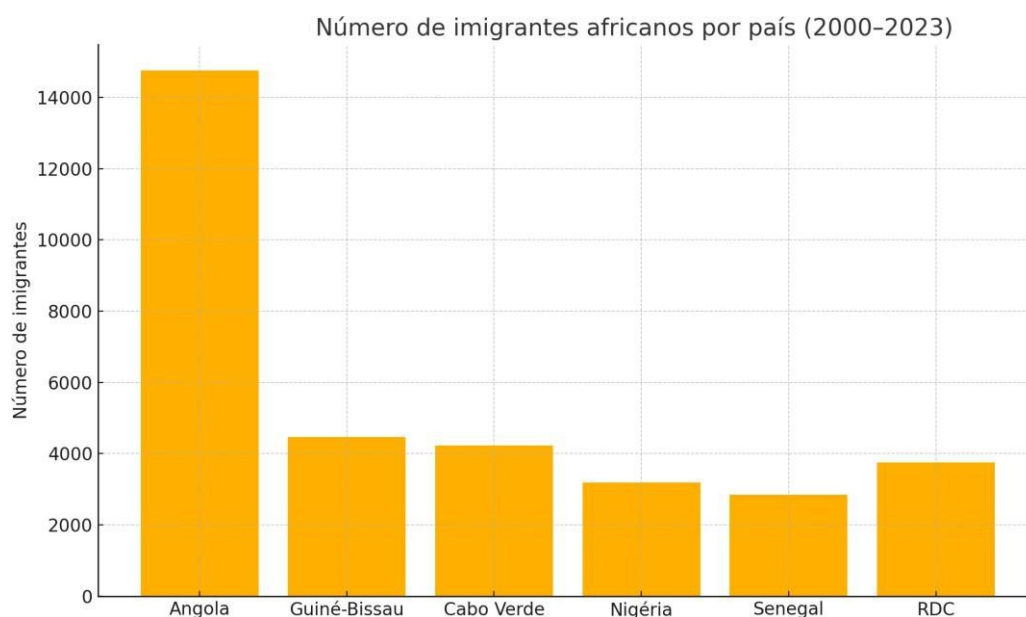
e promover ações restaurativas. No caso dos imigrantes africanos, é fundamental garantir-lhes espaços de participação política, reconhecimento cultural e pertencimento digno.

3. IMIGRAÇÃO AFRICANA NO BRASIL: HISTÓRIA, PERFIS E DESAFIOS

3.1. Um Breve Histórico da Imigração Africana no Brasil Contemporâneo

A imigração africana para o Brasil, no contexto contemporâneo, representa uma nova configuração migratória, distinta da diáspora forçada do período colonial. Desde a década de 1990, e especialmente nas décadas de 2000 e 2010, houve um aumento significativo na chegada de migrantes africanos de países como Angola, Nigéria, Guiné-Bissau, Senegal e República Democrática do Congo, entre outros (BAENINGER, 2021; OBMIGRA, 2023).

Figura 5 – Número de imigrantes africanos por país (2000–2023)



Fonte: Elaboração própria com base em OBMIGRA (2023), ACNUR (2023), IBGE (2022)

Esses fluxos migratórios estão ligados a diversos fatores, incluindo instabilidade política e conflitos armados em seus países de origem, além da busca por melhores condições de vida, estudo e trabalho. Segundo Galinari (2022), muitos desses imigrantes escolhem o Brasil por seus laços linguísticos, históricos e culturais, principalmente com países de língua portuguesa, como Angola e Guiné-Bissau.

Durante a década de 2010, a intensificação das crises humanitárias nos países africanos coincidiu com a adoção de políticas brasileiras mais receptivas à migração, como a concessão de vistos humanitários e a promulgação da nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), que reconhece os direitos dos migrantes à dignidade, à igualdade e à não discriminação (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020). Segundo dados do ACNUR (2023), o Brasil tornou-se um importante destino para requerentes de asilo africanos, especialmente de Angola e da República Democrática do Congo, que juntos respondem por uma parcela significativa dos pedidos registrados nos últimos anos. Essa tendência contribuiu para a diversificação do perfil migratório brasileiro, historicamente focado em fluxos europeus e latino-americanos.

O contexto sociopolítico brasileiro também influencia esses movimentos. Por vezes, o país se posicionou no cenário internacional como promotor dos direitos humanos e da integração regional e Sul-Sul, o que atraiu o interesse de africanos em busca de refúgio ou oportunidades de educação e trabalho (BAENINGER, 2021). No entanto, os imigrantes africanos enfrentam desafios significativos relacionados ao preconceito racial, às barreiras institucionais e às condições de vida precárias. Galinari (2022) destaca que a recepção brasileira é marcada por ambiguidades, oscilando entre discursos acolhedores e práticas excludentes, demonstrando a persistência de mecanismos estruturais de desigualdade.

Nos últimos anos, a presença africana no Brasil tem se tornado mais visível em grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília, onde esses migrantes se concentram em bairros periféricos ou em áreas centrais degradadas, muitas vezes inseridos em redes comerciais informais e atividades de subsistência (OBMIGRA, 2023).

Figura 6 – Distribuição geográfica de africanos por estado brasileiro

Mapa simbólico: Distribuição de imigrantes africanos por estado

São Paulo: 12000 imigrantes

Rio de Janeiro: 8500 imigrantes

Distrito Federal: 4300 imigrantes

Rio Grande do Sul: 3900 imigrantes

Minas Gerais: 5100 imigrantes

Bahia: 4700 imigrantes

Fonte: Elaboração própria com base em OBMIGRA (2023)

Essas trajetórias migratórias também são motivadas por programas educacionais como o PEC-G (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação), que atraem estudantes africanos para as universidades brasileiras. No entanto, como apontam Magalhães e Silveira (2020), a permanência desses estudantes nem sempre é garantida por políticas de apoio suficientes, o que pode levar à vulnerabilidade e à evasão escolar.

A história da imigração africana contemporânea para o Brasil deve, portanto, ser compreendida à luz de um contexto global de mobilidade forçada e voluntária, influenciado por relações geopolíticas, desigualdades econômicas e pelo legado colonial. Nesse contexto, o Brasil surge como uma opção viável, embora não isenta de contradições e obstáculos (BAENINGER, 2021; GALINARI, 2022). Assim, a análise histórica da presença africana no Brasil pós-colonial revela a complexidade dos processos migratórios atuais, onde resistência, pertencimento, exclusão e transformação se entrelaçam. Esses fluxos forçam a sociedade brasileira a repensar suas políticas, práticas e representações em relação à imigração africana.

3.2. Dados demográficos e socioculturais (IBGE, OBMigra, HCR)

A compreensão dos fluxos migratórios africanos no Brasil contemporâneo exige uma análise detalhada de dados demográficos e socioculturais fornecidos por instituições como o IBGE, a plataforma OBMIGRA (Observatório das Migrações Internacionais) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Esses dados permitem mapear os perfis dos imigrantes, suas condições de integração social e os desafios que enfrentam nas cidades brasileiras.

De acordo com o relatório anual da OBMIGRA (2023), a população africana residente no Brasil é composta principalmente por pessoas de países como Angola, Nigéria, República Democrática do Congo, Senegal e Guiné-Bissau. Entre 2011 e 2022, mais de 70.000 imigrantes africanos foram registrados nos sistemas da Polícia Federal e das secretarias estaduais e municipais, especialmente aqueles residentes em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. O perfil sociodemográfico dessa população revela uma concentração de jovens adultos, com predominância masculina (cerca de 60%), mas um aumento gradual da presença feminina nos últimos anos. A maioria chega ao Brasil com ensino médio ou superior completo, embora o reconhecimento de diplomas e a validação de competências profissionais sejam difíceis (OBMIGRA, 2023; ACNUR, 2023).

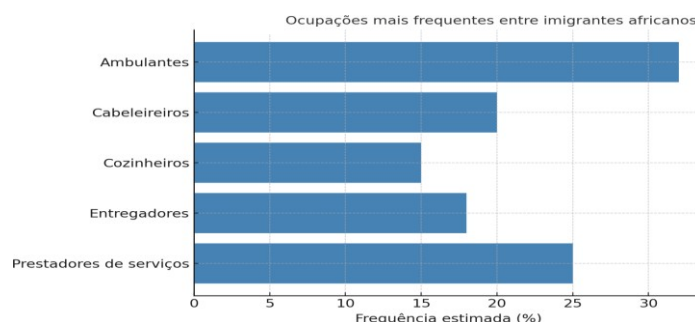
Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos imigrantes africanos

Categoria	Percentual/Valor
Sexo masculino	60%
Sexo feminino	40%
Idade média (anos)	28
Ensino médio completo	55%
Ensino superior completo	30%

Fonte: Elaboração própria com base em OBMIGRA (2023), ACNUR (2023)

Segundo o IBGE (2022), os africanos vivem principalmente em áreas urbanas periféricas e trabalham majoritariamente em ocupações informais, como vendedores ambulantes, cabeleireiros, cozinheiros, entregadores ou prestadores de serviços. Essa realidade reflete barreiras estruturais ao acesso ao mercado formal e aos direitos trabalhistas.

Figura 7 – Ocupações mais frequentes entre imigrantes africanos



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2022), OBMIGRA (2023)

Além de dados quantitativos, estudos qualitativos conduzidos pelo ACNUR (2023) mostram que muitos desses migrantes enfrentam discriminação racial, linguística e cultural diariamente, o que compromete sua plena integração. Casos de xenofobia também são relatados regularmente, particularmente em situações que envolvem a prestação de serviços públicos e a busca por moradia. Outra preocupação é a educação dos imigrantes africanos. Embora muitos deles tenham alto nível de escolaridade, seus filhos enfrentam dificuldades de adaptação ao sistema educacional brasileiro, que nem sempre é sensível à diversidade cultural e às barreiras linguísticas (OBMIGRA, 2023). Culturalmente, as comunidades africanas têm forte presença na manutenção de práticas religiosas, culinárias e linguísticas, contribuindo para o enriquecimento da diversidade cultural brasileira. Centros culturais africanos, associações e templos religiosos, como igrejas evangélicas africanas e terreiros afro-brasileiros, tornam-se espaços de resistência e pertencimento (GALINARI, 2022).

O acesso à saúde e à assistência social permanece precário para grande parte dessa população. Segundo o ACNUR (2023), muitos deles enfrentam dificuldades para compreender e utilizar o SUS, além de sofrerem racismo institucional e desinformação sobre seus direitos. Essa situação é agravada pela ausência de políticas públicas específicas para imigrantes africanos. Em termos de relações sociais, os dados também indicam uma tendência à formação de redes comunitárias de ajuda mútua, que funcionam como estratégias de sobrevivência e inclusão social. Essas redes possibilitam a circulação

de informações, o compartilhamento de recursos e a criação de laços de solidariedade (BAENINGER, 2021). Portanto, dados demográficos e socioculturais revelam que os imigrantes africanos no Brasil formam um grupo heterogêneo e resiliente, mas ainda marcado por desigualdades estruturais. Sua presença incentiva políticas públicas a responder de forma mais eficaz, por meio de ações intersetoriais, interseccionais e culturalmente sensíveis (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020).

3.3. Desigualdades de Acesso e Políticas Migratórias Brasileiras

A presença de imigrantes africanos no Brasil tem revelado as múltiplas desigualdades estruturais que dificultam o acesso a direitos e serviços fundamentais no país. Apesar da existência de legislações relativamente avançadas, como a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), há uma lacuna significativa entre os direitos garantidos e sua implementação no cotidiano dos migrantes (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020).

Um dos principais desafios enfrentados pelos imigrantes africanos é o acesso a documentos de identidade. Muitos deles chegam ao Brasil em condições de vulnerabilidade e encontram dificuldades para regularizar sua migração, seja pela burocracia, pela falta de informação ou pela ausência de intérpretes e assistência jurídica nos pontos de atendimento (OBMIGRA, 2023; ACNUR, 2023). Essas dificuldades criam um efeito dominó que impacta o acesso a trabalho, moradia, saúde e educação. A falta de um CPF ou de um protocolo migratório atualizado pode impedir o acesso a benefícios sociais, ao Sistema Único de Saúde (SUS), à educação e até mesmo à abertura de uma conta bancária (BAENINGER, 2021).

Embora a legislação brasileira garanta direitos iguais a todos os migrantes, independentemente de sua nacionalidade ou status migratório, na prática, muitos imigrantes africanos enfrentam discriminação institucional e racial. Segundo Galinari (2022), as autoridades frequentemente ignoram a legislação migratória vigente, levando a práticas excludentes e arbitrárias. O mercado de trabalho é uma das áreas onde as desigualdades de acesso são mais gritantes. Imigrantes africanos, mesmo os altamente qualificados, frequentemente ocupam empregos precários, informais e mal remunerados. Isso se deve tanto à dificuldade de revalidação de diplomas quanto a preconceitos raciais e linguísticos (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020; OBMIGRA, 2023). No setor habitacional, há uma concentração de imigrantes africanos em áreas urbanas

altamente vulneráveis, marcadas por infraestrutura precária e violência. Muitos deles recorrem a redes de compatriotas para obter moradia, mas isso nem sempre garante condições dignas de moradia (BAENINGER, 2021).

As políticas públicas voltadas para migrantes, embora tenham avançado em termos de regulamentação, permanecem insuficientes em termos operacionais. Programas de acolhimento, cursos de língua portuguesa, apoio psicológico e formação profissional existem em algumas cidades, mas não são disseminados nem estruturados de forma contínua (GALINARI, 2022; ACNUR, 2023). Há também uma lacuna entre os diferentes níveis de governo. Enquanto o governo federal define padrões e diretrizes, os governos estaduais e municipais, responsáveis por implementá-los, muitas vezes carecem de recursos, treinamento ou vontade política para atender adequadamente aos imigrantes (OBMIGRA, 2023).

Nesse contexto, podemos observar a atuação de organizações da sociedade civil, coletivos de migrantes e associações africanas que buscam suprir as lacunas do Estado, oferecendo serviços de apoio, assessoria jurídica, cursos e campanhas contra o preconceito (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020). Portanto, as desigualdades de acesso enfrentadas pelos imigrantes africanos no Brasil refletem uma combinação de racismo estrutural, xenofobia institucional e falhas na implementação de políticas públicas de migração. A superação desses obstáculos exige uma abordagem interseccional, transversal e antirracista que leve em consideração as especificidades da população africana do país.

3.4. O lugar do Imigrante Africano no Imaginário Nacional

A representação do imigrante africano no imaginário coletivo brasileiro é profundamente influenciada pelo legado colonial, pelas narrativas midiáticas e pelas estruturas raciais historicamente arraigadas na sociedade. Mesmo no contexto contemporâneo, a figura do africano continua marcada pela estigmatização, exotização e inferioridade (BAENINGER, 2021; GALINARI, 2022).

Estudos sobre representações sociais mostram que os africanos são frequentemente associados à pobreza, à violência, à informalidade ou à religiosidade exótica. Essas imagens são reforçadas por discursos midiáticos e práticas institucionais que não reconhecem a diversidade e a complexidade dos sujeitos africanos

(MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020). No Brasil, o imaginário nacional é construído sobre um ideal de mistura e harmonia racial que ignora as experiências racistas das populações negras, incluindo imigrantes africanos. A ideologia da democracia racial atua como um mecanismo de negação da discriminação, ao mesmo tempo em que reproduz práticas excludentes (GALINARI, 2022).

Segundo Baeninger (2021), os africanos são frequentemente percebidos como um "outro absoluto", um estrangeiro cuja presença rompe com a ideia de nação homogênea e que, conseqüentemente, é alvo de rejeição simbólica. Essa rejeição se manifesta em atitudes xenófobas, exclusão social e na dificuldade de ser plenamente reconhecido como sujeito de direito. A imagem dos africanos como portadores de uma cultura "atrasada" ou "primitiva" persiste em muitos espaços sociais. Isso se traduz em práticas discriminatórias em escolas, serviços públicos e locais de trabalho, onde sotaques, vestimentas ou hábitos alimentares são alvo de escárnio ou rejeição (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020; OBMIGRA, 2023).

Paradoxalmente, há uma apropriação seletiva e superficial de elementos culturais africanos na cultura brasileira como música, culinária e moda que não implica necessariamente o reconhecimento da plena dignidade dos sujeitos africanos. Esse fenômeno, analisado por GALINARI (2022), revela uma valorização folclórica e despolitizada da africanidade. As representações sociais são construídas e disseminadas por múltiplos atores: escolas, mídia e políticas públicas, e têm uma influência decisiva na forma como os imigrantes africanos são tratados no cotidiano. A falta de compreensão da história africana e das contribuições dos povos africanos para a humanidade reforça a estigmatização e dificulta o diálogo intercultural (BAENINGER, 2021). Por outro lado, há o surgimento de movimentos liderados por imigrantes africanos no Brasil que buscam desafiar essas imagens negativas e construir novas narrativas de pertencimento. Associações, coletivos culturais e religiosos, espaços universitários e plataformas digitais tornaram-se ferramentas de resistência e afirmação identitária (GALINARI, 2022; ACNUR, 2023).

A construção do lugar do imigrante africano no imaginário nacional é, portanto, um campo de controvérsias simbólicas. De um lado, persistem estereótipos coloniais e representações excludentes; de outro, emergem vozes e práticas que afirmam a diversidade, o poder e o direito à cidadania plena (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020).

Desconstruir as imagens arraigadas que marginalizam os africanos é essencial para que o Brasil avance na construção de uma sociedade mais justa e plural. Isso requer políticas públicas que valorizem a diversidade, educação antirracista e espaços de escuta e visibilidade para os sujeitos africanos que hoje fazem parte do tecido social brasileiro.

4. ÁFRICA EM IMAGENS: A REPRESENTAÇÃO DA ÁFRICA E DOS IMIGRANTES AFRICANOS NA MÍDIA BRASILEIRA

4.1. A mídia como agente de produção de significados sociais

A mídia desempenha um papel central na produção e disseminação de representações sociais que moldam a percepção coletiva de diferentes grupos sociais. Ao selecionar, editar e transmitir informações, a mídia não apenas reflete a realidade, mas também constrói versões específicas dela, influenciando diretamente o imaginário social (THOMPSON, 2018; JODELET, 2021).

No contexto da migração internacional, em particular da imigração africana para o Brasil, a mídia funciona como um campo simbólico onde os significados do "outro" são constantemente elaborados, legitimados ou contestados. Segundo Hall (2016), a mídia desempenha um papel fundamental na construção de identidades culturais, frequentemente reforçando discursos hegemônicos e racializados. As representações midiáticas operam segundo esquemas interpretativos que organizam o mundo social em categorias simplificadas e dicotômicas. Imigrantes africanos, nesse sentido, são frequentemente representados como figuras exóticas, ameaçadoras ou dependentes, contribuindo para a manutenção de estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade brasileira (MBEMBE, 2018; GALINARI, 2022).

Além de seu papel como produtores de significado, os meios de comunicação desempenham um papel mediador entre diferentes esferas sociais, políticas, econômicas e culturais e influenciam o desenvolvimento de políticas públicas e a opinião pública. A forma como um grupo é representado pode influenciar diretamente sua aceitação social ou marginalização simbólica (BAENINGER, 2021).

No Brasil, a estrutura midiática é altamente concentrada em conglomerados corporativos que controlam as principais redes de televisão, rádio e mídia impressa. Esse monopólio da comunicação favorece uma abordagem homogênea e muitas vezes estigmatizante das questões relacionadas à imigração africana, reproduzindo visões estereotipadas e simplistas (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020). A falta de vozes diversas na grande mídia leva à invisibilização das experiências cotidianas dos imigrantes africanos e à repetição de narrativas centradas em crises humanitárias, pobreza ou conflitos armados, que reforçam uma imagem negativa e descontextualizada

da África e de seus povos (ACNUR, 2023; OBMIGRA, 2023). Por outro lado, a mídia também pode servir como espaço de protesto e resistência. Iniciativas jornalísticas independentes, mídias comunitárias e coletivos de comunicação afrodescendentes têm buscado romper com paradigmas tradicionais e propor formas alternativas de narrar as experiências migratórias africanas no Brasil (GALINARI, 2022).

Compreender o papel da mídia na construção dos significados sociais da imigração africana é, portanto, essencial para analisar a produção e a disseminação de discursos sobre alteridade, pertencimento e exclusão. A mídia representa o mundo, mas também atua sobre ele, moldando práticas, sentimentos e políticas públicas. Como aponta Jodelet (2021), todas as representações sociais são orientadas para a ação e servem para interpretar a realidade, justificar comportamentos e organizar interações sociais. A mídia, principal vetor de disseminação em larga escala dessas representações, torna-se, assim, um ator fundamental na construção das imagens dos imigrantes africanos no Brasil.

A linguagem utilizada pela mídia não é neutra. Ela transmite valores, crenças e ideologias que, uma vez reiterados, tornam-se naturalizados no discurso social. No caso da imigração africana, as reportagens frequentemente utilizam termos como "refugiado", "ilegal", "ilegal" ou "vítima", o que desumaniza e homogeneíza sujeitos com histórias e trajetórias complexas (THOMPSON, 2018; GALINARI, 2022). Esse arcabouço semântico contribui para a construção de uma alteridade radical, na qual o africano aparece como estrangeiro ao projeto nacional brasileiro. Essa lógica reforça a exclusão simbólica e legitima práticas discriminatórias, tanto na vida cotidiana quanto nas estruturas institucionais (MBEMBE, 2018). A produção midiática é movida pela lógica de mercado, que influencia diretamente a forma como a informação é apresentada. A busca por audiência e o sensacionalismo podem levar à superexposição de questões relacionadas à violência, pobreza e sofrimento, negligenciando questões que valorizam as conquistas, a cultura e a diversidade dos imigrantes africanos (JODELET, 2021; ACNUR, 2023).

Também é importante considerar o papel das mídias sociais digitais nesse processo. Embora essas plataformas permitam maior participação de vozes subalternas, elas também reproduzem os discursos hegemônicos presentes na mídia tradicional. A viralização de memes racistas, vídeos discriminatórios ou notícias falsas sobre africanos ilustra como o ambiente digital pode reforçar preconceitos (GALINARI, 2022). Por outro lado, muitos imigrantes africanos utilizam tecnologias digitais para contar suas

histórias, denunciar o racismo e criar redes de solidariedade. Essa mediação direta, que dispensa o filtro da mídia tradicional, abre novas perspectivas para a construção de representações mais plurais e respeitosas (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020).

Uma análise crítica da mídia como produtora de significados sociais é essencial para compreender a persistência das desigualdades raciais e simbólicas no Brasil. A forma como os imigrantes africanos são representados está diretamente ligada ao seu tratamento social, o que demanda políticas públicas voltadas à democratização da comunicação e à promoção da diversidade cultural (BAENINGER, 2021). Nesse contexto, é fundamental que instituições de ensino, veículos de comunicação e agentes públicos se engajem em uma educação midiática crítica. Promover uma leitura consciente de imagens e discursos sobre a imigração africana pode contribuir para a desconstrução de preconceitos e a valorização da diversidade que constitui o Brasil contemporâneo (HALL, 2016; THOMPSON, 2018).

4.2. Estereótipos midiáticos sobre a África: o continente da pobreza, da violência e da cultura exótica

A cobertura midiática do continente africano frequentemente se baseia em estereótipos persistentes, historicamente construídos durante os períodos colonial e pós-colonial. A África é frequentemente retratada como um continente homogêneo, marcado por extrema pobreza, guerras civis, epidemias e instabilidade política. Essa representação ignora a diversidade étnica, linguística, cultural e econômica de seus 54 países (HALL, 2016; MBEMBE, 2018). Na grande mídia brasileira, a África geralmente aparece apenas em contextos de desastres humanitários, fome, conflitos ou epidemias. Reportagens sobre temas como inovação, ciência, literatura, arte contemporânea ou desenvolvimento econômico são extremamente raras, reforçando a imagem de atraso e dependência (BAENINGER, 2021; GALINARI, 2022). A construção da África pela mídia como um espaço de sofrimento e passividade também contribui para a desumanização dos africanos e a naturalização das desigualdades globais. Os africanos são frequentemente retratados como vítimas silenciosas, necessitadas de ajuda internacional, o que reforça um vínculo simbólico de inferioridade em relação ao Ocidente (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020).

Além disso, há um fenômeno de exotização e folclorização da cultura africana.

Quando elementos culturais africanos aparecem na mídia, geralmente são associados a caricaturas de carnaval, músicas tribais ou práticas religiosas, despojados de seu contexto político e histórico. Essa apropriação despolitizada contribui para reforçar a visão da África como um "outro" misterioso e distante (GALINARI, 2022).

As imagens e narrativas veiculadas pela mídia brasileira sobre a África também alimentam estereótipos sobre os imigrantes africanos que vivem no país. Muitos são percebidos como representantes dessa imagem estigmatizada: pobres, violentos, perigosos ou portadores de doenças. Isso tem um impacto direto nas relações interpessoais e nas práticas institucionais de exclusão (ACNUR, 2023; OBMIGRA, 2023). Essa construção simbólica está enraizada no racismo estrutural e no legado colonial do Brasil, que moldaram a relação do país com a população negra e, por extensão, com os imigrantes africanos. A mídia atua como um espelho distorcido dessa estrutura, reproduzindo desigualdades e apagamentos (THOMPSON, 2018; MBEMBE, 2018).

A ausência de fontes africanas nos relatos também é um fator relevante. Há poucos momentos em que africanos ou imigrantes africanos são ouvidos como sujeitos de suas próprias histórias. As informações são geralmente repassadas por especialistas ocidentais, ONGs ou representantes de instituições internacionais, o que perpetua a invisibilidade das vozes africanas na construção das narrativas (HALL, 2016; JODELET, 2021). No entanto, formas alternativas de representação começam a emergir, principalmente por meio da mídia independente, de coletivos afro-brasileiros e de produtores de conteúdo africanos residentes no Brasil. Essas iniciativas visam desconstruir estereótipos e promover narrativas mais complexas, afirmativas e plurais sobre o continente e seus povos (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020). Desconstruir estereótipos midiáticos sobre a África é um passo fundamental para combater preconceitos contra imigrantes africanos no Brasil. Isso requer alfabetização midiática, políticas públicas de comunicação inclusivas e o fomento de uma produção cultural que envolva diretamente os sujeitos africanos na construção de suas representações (BAENINGER, 2021).

Por fim, criticar os estereótipos midiáticos não significa negar os desafios enfrentados por muitos países africanos, mas sim exigir uma abordagem mais ética, contextualizada e pluralista, que reconheça a diversidade do continente e a humanidade de seus habitantes. Só assim será possível romper com a lógica colonial que ainda norteia

a cobertura midiática da África no Brasil.

4.3. Invisibilidade e marginalização dos imigrantes africanos na imprensa nacional

A invisibilidade midiática dos imigrantes africanos no Brasil é um fenômeno recorrente e multifacetado que contribui para sua marginalização simbólica na sociedade. Apesar do crescimento da presença africana no país nas últimas décadas, seus rostos, vozes e histórias raramente ocupam espaço na grande mídia (BAENINGER, 2021; GALINARI, 2022). Quando aparecem, os imigrantes africanos são frequentemente retratados como migrantes vulneráveis, pobres ou irregulares. Raramente são apresentados como indivíduos ativos, empreendedores, estudantes ou atores culturais. Essa falta de diversidade narrativa reforça estereótipos e dificulta o reconhecimento de sua cidadania plena (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020).

A marginalização se manifesta tanto pela omissão quanto pela forma como as informações são apresentadas. Relatos sobre imigração africana frequentemente carecem de contexto histórico, ignoram as causas estruturais da mobilidade e negligenciam a contribuição dos africanos para a sociedade brasileira. Isso contribui para sua desumanização e exclusão (THOMPSON, 2018; MBEMBE, 2018). Além disso, há uma ausência quase total de jornalistas, comentaristas ou fontes africanas na cobertura da mídia relacionada ao continente ou à imigração. Os africanos não são ouvidos como especialistas, e suas experiências diretas são filtradas por perspectivas externas, geralmente brancas e brasileiras, o que compromete a legitimidade da narrativa (JODELET, 2021; HALL, 2016). Essa falta de cobertura também revela a falta de preparo das redações para abordar questões raciais e migratórias de forma crítica e ética. Poucos profissionais de mídia recebem treinamento sobre interculturalidade, racismo ou direitos humanos, resultando em reportagens superficiais, tendenciosas ou sensacionalistas (OBMIGRA, 2023; ACNUR, 2023). Por outro lado, a invisibilidade midiática está ligada ao apagamento histórico da presença africana na formação do Brasil. O silêncio sobre as contribuições africanas nos campos da ciência, arte, política e religião é reproduzido cotidianamente pela imprensa, que privilegia narrativas centradas nas elites brancas e eurocêtricas (GALINARI, 2022).

Essa dinâmica de exclusão não é neutra, mas reflete e reforça o racismo estrutural. Ao não oferecer visibilidade positiva aos imigrantes africanos, a mídia contribui para sua exclusão simbólica e para o reforço de preconceitos sociais que afetam diretamente suas condições de vida e integração social (BAENINGER, 2021; MAGALHÃES;

SILVEIRA, 2020). É fundamental reconhecer que a visibilidade midiática tem efeitos políticos e sociais concretos. A presença ou ausência de determinados grupos na mídia influencia sua legitimidade pública, seu acesso a políticas públicas, sua mobilização social e a construção de seu pertencimento. Nesse sentido, a invisibilidade dos africanos constitui um obstáculo à sua plena inclusão (THOMPSON, 2018). No entanto, diversas iniciativas de mídia alternativa e comunitária estão trabalhando para romper esse silêncio, criando canais de comunicação próprios e abordando questões que preocupam as comunidades africanas no Brasil. Esses espaços são essenciais para a democratização da informação e a construção de uma esfera pública mais plural (ACNUR, 2023; GALINARI, 2022). Para superar a invisibilidade e a marginalização dos imigrantes africanos na mídia, é necessária a implementação de políticas públicas voltadas à diversidade na comunicação, à ampliação do acesso aos recursos de produção cultural e à formação antirracista de comunicadores sociais. Só assim será possível construir representações mais justas e verdadeiras dessa população no imaginário coletivo brasileiro.

4.4. Experiências de resistência e reapropriação midiática por imigrantes africanos

Contrariando a invisibilidade e os estereótipos veiculados pela grande mídia, imigrantes africanos que vivem no Brasil estão vivenciando experiências de resistência e reapropriação midiática. Por meio de mídias sociais, canais do YouTube, podcasts, blogs e coletivos culturais, esses indivíduos constroem suas próprias narrativas e desafiam os discursos dominantes (GALINARI, 2022; ACNUR, 2023). Essas iniciativas representam caminhos para a redefinição de representações sociais, como proposto por Serge Moscovici (2015), quando enfatiza que grupos sociais produzem significados coletivos a partir de suas experiências e interações. Nesse sentido, mídias alternativas são apropriadas como instrumento de expressão, identidade e demandas políticas por imigrantes africanos.

A reapropriação da mídia permite não apenas visibilidade, mas também controle sobre o conteúdo compartilhado, possibilitando, assim, uma ruptura com as estruturas midiáticas tradicionais. Imigrantes africanos têm abordado questões como racismo, discriminação institucional, educação, cultura, religião e direitos humanos, valendo-se de suas experiências e valores (MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020; OBMIGRA, 2023). Por meio dessas produções, ocorrem processos de ancoragem e objetivação conceitos

centrais da teoria das representações sociais nos quais os sujeitos reinterpretem suas experiências a partir de suas próprias referências e as concretizam por meio da linguagem, da imagem e da arte (MOSCOVICI, 2015; JODELET, 2021).

Alguns coletivos se destacaram nacionalmente por seu trabalho nas redes sociais. Isso é particularmente o caso de canais dedicados à cultura, culinária, moda e espiritualidade africanas, que promovem a diversidade de origens e incentivam o intercâmbio cultural. Tais iniciativas fortalecem a autoestima e a identidade coletiva dos africanos no Brasil (GALINARI, 2022; BAENINGER, 2021). Essa resistência simbólica também se manifesta por meio da participação de imigrantes africanos em eventos acadêmicos, conferências, fóruns sociais e campanhas antirracistas. Nesses espaços, as mídias digitais são utilizadas para mobilizar e denunciar injustiças, revelando assim seu poder como ferramenta política e transformadora (ACNUR, 2023).

A democratização do acesso à tecnologia e à internet contribuiu amplamente para o surgimento dessas vozes. No entanto, barreiras como racismo algorítmico, recursos limitados e alcance limitado em comparação aos conglomerados de mídia tradicionais persistem, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão digital (THOMPSON, 2018; HALL, 2016). Experiências de resistência midiática demonstram que imigrantes africanos não são apenas objetos de representação, mas também atores na construção de seu próprio significado social. Ao desafiar estigmas e produzir narrativas alternativas, eles questionam estruturas simbólicas de exclusão e reivindicam o direito à memória, à fala e à imagem (MOSCOVICI, 2015; JODELET, 2021). Essas práticas destacam o papel das representações sociais como arenas de conflito e transformação, e o da mídia como espaço de poder simbólico. Fortalecer essas iniciativas significa não apenas combater o preconceito, mas também ampliar o repertório simbólico da sociedade brasileira em prol da diversidade, da justiça e da inclusão.

4.5. Contribuições das mídias alternativas e dos coletivos afrodiaspóricos para a desconstrução de estereótipos

A mídia alternativa e os coletivos afrodiaspóricos têm desempenhado um papel vital na desconstrução de estereótipos historicamente associados à África e aos africanos. Ao contrário da mídia tradicional, que frequentemente reforça imagens distorcidas e

reducionistas, essas iniciativas produzem conteúdo que valoriza a diversidade, a dignidade e a autonomia dos sujeitos africanos (GALINARI, 2022; BAENINGER, 2021). As mídias alternativas operam fora dos canais comerciais tradicionais e criam espaços onde vozes silenciadas podem ser ouvidas. Elas se mostraram particularmente eficazes na reconstrução de identidades negras e no desafio às narrativas hegemônicas disseminadas pela grande mídia (HALL, 2016; THOMPSON, 2018).

Coletivos afrodiaspóricos, por sua vez, atuam de forma articulada em redes sociais, festivais culturais, espaços universitários e movimentos sociais, promovendo práticas de comunicação pautadas na memória, ancestralidade, resistência e solidariedade transnacional. Essas ações visam reposicionar a África como sujeito de sua história, e não como objeto de narrativas coloniais (MBEMBE, 2018; MAGALHÃES; SILVEIRA, 2020). A partir de uma perspectiva crítica, essas mídias e coletivos produzem contranarrativas que desconstróem imaginários negativos, utilizando estratégias discursivas que destacam a multiplicidade de experiências africanas e a presença histórica da diáspora no Brasil. Essa operação simbólica contribui para a ampliação do repertório cultural e político da sociedade brasileira (JODELET, 2021; OBMIGRA, 2023). Além disso, ao estabelecer diálogos entre os contextos africano e afro-brasileiro, os coletivos afrodiaspóricos fomentam a criação de identidades híbridas que transcendem as fronteiras nacionais e reafirmam laços de pertencimento racial e cultural. Essa reconfiguração identitária também constitui um processo de empoderamento diante da exclusão social e do racismo estrutural (ACNUR, 2023; GALINARI, 2022).

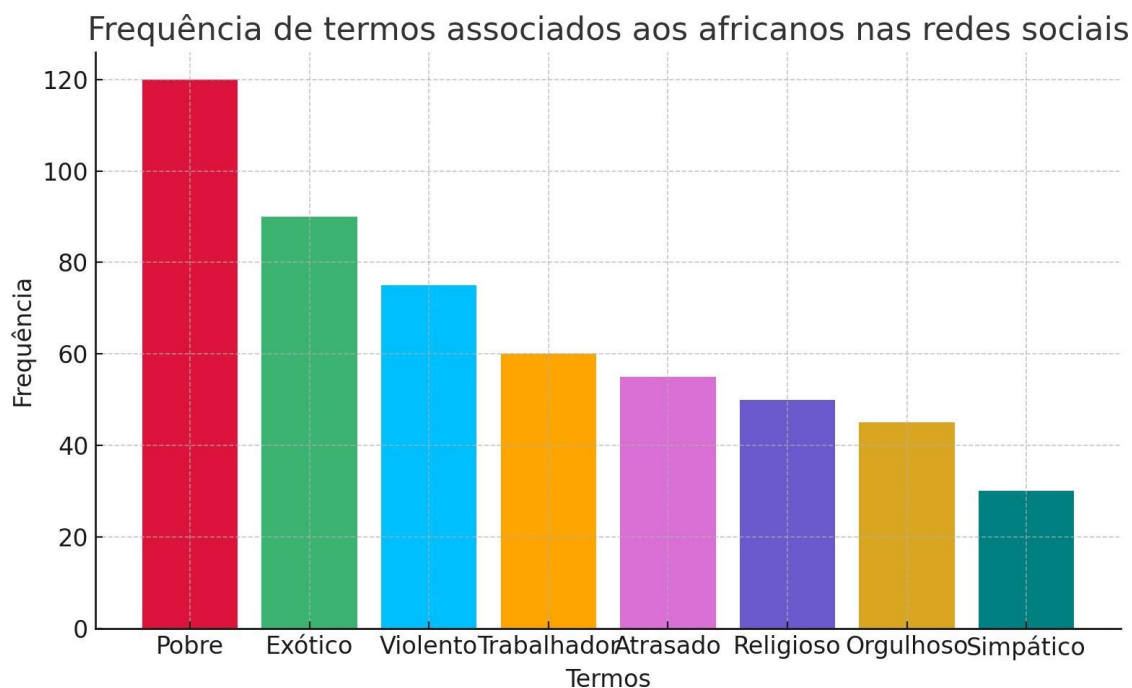
As mídias alternativas também desempenham um papel educativo, promovendo a formação crítica de públicos diversos e a disseminação do conhecimento afrocêntrico. Por meio de workshops, documentários, webinars e publicações independentes, contribuem para a reeducação das sensibilidades sociais em relação à presença africana no Brasil (MOSCOVICI, 2015; JODELET, 2021). É importante ressaltar que essas práticas comunicacionais não apenas desafiam significados no campo simbólico, mas também produzem efeitos concretos na autoestima, no engajamento cívico e na mobilização política de comunidades africanas e afrodescendentes. As mídias alternativas tornam-se, assim, um instrumento na luta por reconhecimento e justiça social (THOMPSON, 2018; HALL, 2016).

Por fim, reconhecer o valor das mídias alternativas e dos coletivos afrodiaspóricos significa reconhecer que transformar as representações sociais exige ampliar o número de

vozes, promover a pluralidade e comprometer-se com a equidade racial. A desconstrução de estereótipos não se realiza apenas pela crítica, mas sobretudo pela afirmação positiva de outras formas de ser, viver e comunicar.

5. INTERFACES ENTRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, RACISMO E IMIGRAÇÃO

Figura 8 – Frequência de termos associados aos africanos nas redes sociais



Fonte: Elaboração própria com base em análise de redes sociais (2024)

5.1. Representações Sociais de Imigrantes Africanos no Brasil

As representações sociais de imigrantes africanos no Brasil são apresentadas como construções simbólicas profundamente enraizadas na história, marcadas por estigmas, estereótipos e práticas excludentes. Essas representações não emergem de forma neutra ou espontânea, mas são produto de processos históricos, culturais e ideológicos que envolvem colonialismo, racismo estrutural e hierarquização da alteridade (FANON, 2022; MBEMBE, 2021).

De acordo com a teoria das representações sociais, desenvolvida por Serge Moscovici, essas construções coletivas funcionam como sistemas de interpretação da realidade, dando sentido ao mundo social. No caso dos imigrantes africanos, essas representações estão imbuídas de narrativas que os associam à pobreza, à ignorância, à violência ou à inferioridade racial e cultural (MUNANGA, 2019).

A mídia, a educação, as redes sociais e os discursos institucionais reproduzem e

atualizam continuamente essas imagens. O imaginário nacional brasileiro, historicamente construído sobre a ideologia da democracia racial, convive com a negação do racismo e a reprodução de práticas discriminatórias contra grupos afrodescendentes, o que afeta diretamente a forma como os africanos são percebidos e tratados (RIBEIRO, 2023). Essas representações também são profundamente influenciadas pelo legado do colonialismo moderno/colonial, conforme analisado por Quijano (2022), que destaca a colonialidade do poder como uma lógica que associa certos corpos e culturas à subalternidade. Nesse contexto, os imigrantes africanos são frequentemente apresentados como corpos irrelevantes, como sujeitos que desafiam a ordem simbólica da nação. Pesquisas empíricas indicam que muitos brasileiros atribuem aos africanos características que os posicionam como "outros" radicais: atrasados, selvagens, perigosos ou exóticos. Essas imagens, mesmo quando aparentemente positivas (como a valorização da cultura africana ou da força física), podem esconder um essencialismo que continua a desumanizar e restringir o acesso à cidadania plena (MBEMBE, 2021).

As representações sociais, portanto, atuam como dispositivos de poder simbólico. Elas não apenas descrevem a realidade, mas a moldam, influenciando atitudes, comportamentos e políticas públicas. A categorização de africanos como “imigrantes problemáticos” ou “criminosos em potencial” está diretamente ligada às experiências de exclusão que essas pessoas vivenciam nas áreas de saúde, educação, moradia e trabalho (RIBEIRO, 2023; MUNANGA, 2020). Para Fanon (2022), essa lógica de representação faz parte de uma estrutura mais ampla de desumanização do outro negro, cujo corpo é constantemente monitorado, controlado e silenciado. O imigrante africano, nesse sentido, é percebido não como um indivíduo com direitos, mas como um corpo a ser contido, a ser suspeitado, não pertencente ao imaginário da brasilidade. É importante reconhecer, no entanto, que as representações sociais não são estáticas. Elas podem ser desconstruídas, reinterpretadas e apropriadas pelos grupos representados. A emergência de coletivos africanos no Brasil, a ocupação de espaços acadêmicos e culturais e a participação nas mídias sociais possibilitaram a construção de novas narrativas, mais complexas e afirmativas (QUIJANO, 2022; MBEMBE, 2021).

A análise crítica dessas representações é essencial para a formulação de políticas públicas e ações educacionais que promovam o reconhecimento da diversidade africana, o combate ao racismo e a efetiva inclusão social. Desnaturalizar os discursos hegemônicos sobre imigrantes africanos é um passo essencial para a construção de uma

sociedade verdadeiramente plural e democrática (RIBEIRO, 2023).

Em suma, as representações sociais de imigrantes africanos no Brasil revelam um campo de tensões entre reconhecimento e rejeição, entre aceitação e exclusão, entre valorização simbólica e marginalização concreta. Compreender essas tensões em sua complexidade é condição necessária para a construção de uma coexistência intercultural pautada em justiça, dignidade e equidade.

5.2. Estigmatização e exclusão simbólica dos africanos

A estigmatização de africanos no Brasil constitui um processo simbólico complexo que articula práticas de inferiorização, rejeição e invisibilidade. Essa estigmatização opera no nível das representações sociais e é reforçada por mecanismos históricos, políticos e culturais que perpetuam a exclusão desses sujeitos do espaço simbólico da nação (MBEMBE, 2021; FANON, 2022). Erving Goffman (2020), ao conceituar o estigma como um atributo que desqualifica o indivíduo e o reduz à condição de "diferente", nos ajuda a compreender como os imigrantes africanos são frequentemente marcados por rótulos que os distanciam da ideia de cidadania plena. Esses rótulos os associam à marginalidade, à ameaça e à alteridade racial (MUNANGA, 2019).

No Brasil, a exclusão simbólica dos africanos se manifesta tanto pela ausência de representações positivas quanto pela presença recorrente de imagens negativas. As representações sociais dominantes projetam sobre os africanos a figura do "outro estranho", cuja presença é percebida como desconfortável ou perigosa, dificultando seu acesso aos espaços públicos e institucionais (RIBEIRO, 2023). Essa exclusão está diretamente ligada à lógica da colonialidade do poder descrita por Quijano (2022), segundo a qual a hierarquia racial e cultural estabelecida durante a colonização permanece vigente nas formas contemporâneas de dominação. Os africanos, nesse contexto, ocupam uma posição subordinada, não apenas material, mas também simbolicamente. Além da racialização, o processo de estigmatização dos africanos envolve sua associação a normas culturais consideradas incompatíveis com a modernidade ocidental. Línguas, religiões, práticas comunitárias e estéticas africanas são frequentemente desvalorizadas, ridicularizadas ou tratadas como exóticas, reforçando a ideia de que esses indivíduos não pertencem ao corpo social brasileiro (MBEMBE, 2021).

Fanon (2022) enfatiza que o estigma racial atua como uma prisão ontológica, na qual o sujeito negro é constantemente objetificado e mantido em uma posição de inferioridade simbólica. No caso dos imigrantes africanos, essa dinâmica é agravada por sua condição de estrangeiros, que os marginaliza duplamente: por sua raça e por sua nacionalidade. O estigma simbólico afeta diretamente as trajetórias de vida dos africanos no Brasil. Ele dificulta sua integração ao mercado de trabalho, seu acesso à moradia, sua educação e seu acesso aos serviços públicos. Estudos mostram que a imagem social negativa dos africanos contribui para a reprodução das desigualdades e da violência institucional (BAENINGER, 2021; OBMIGRA, 2023).

A mídia e o discurso institucional frequentemente contribuem para esse processo, reforçando narrativas de risco, desordem ou ilegalidade associadas à imigração africana. Isso contribui para a produção de um imaginário social no qual os africanos são percebidos como estranhos ao projeto nacional, deslegitimando suas reivindicações por direitos e reconhecimento (THOMPSON, 2018). Por outro lado, é importante enfatizar que a exclusão simbólica não é absoluta. Muitos africanos se mobilizaram para redefinir estigmas e afirmar positivamente sua identidade, por meio de práticas culturais, participação política e articulações comunitárias. Essa resistência revela a capacidade dos sujeitos africanos de desafiar o silêncio imposto pela sociedade dominante (GALINARI, 2022).

A superação do estigma simbólico exige políticas públicas que promovam a diversidade cultural, a inclusão social e o combate ao racismo. É preciso também fomentar espaços de escuta e representação para que os africanos possam se expressar e construir narrativas alternativas àqueles que os marginalizam. Só assim será possível romper com a lógica da exclusão e afirmar o direito ao pertencimento e à dignidade.

5.3. Experiências de discriminação e violência simbólica

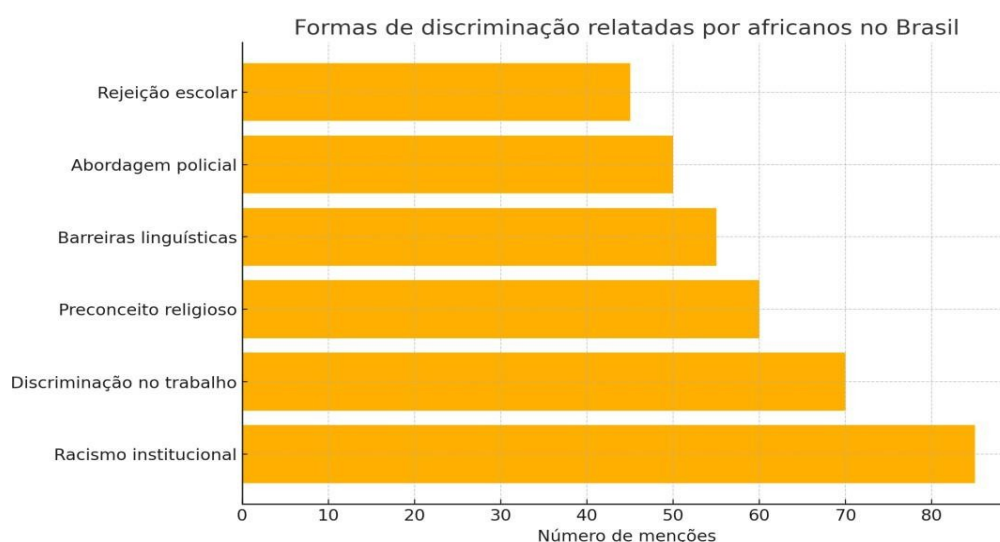
As experiências de discriminação e violência simbólica sofridas por imigrantes africanos no Brasil são manifestações concretas de racismo estrutural e de representações sociais estigmatizantes. Essas experiências não são eventos isolados, mas fazem parte de um sistema de exclusão que se expressa cotidianamente nos espaços públicos, institucionais e interpessoais (RIBEIRO, 2023; FANON, 2022).

Pierre Bourdieu conceitua a violência simbólica como uma forma sutil e invisível

de dominação que se manifesta pela imposição de significados e categorias que desvalorizam determinados grupos sociais. No caso dos imigrantes africanos, essa violência se materializa pela negação do reconhecimento, pela deslegitimação de seus conhecimentos e pela constante suspeita de sua presença (MBEMBE, 2021). Essas formas de violência são frequentemente naturalizadas pela sociedade brasileira, que tende a minimizar ou invisibilizar o sofrimento dos africanos. Comentários racistas, piadas depreciativas, olhares hostis, barreiras linguísticas e desconfiança institucional fazem parte do cotidiano desses indivíduos, criando um clima de hostilidade e insegurança simbólica (MUNANGA, 2019).

A discriminação também se manifesta na negação de oportunidades. Imigrantes africanos relatam dificuldades para acessar empregos formais, ter seus diplomas reconhecidos, alugar moradia e acessar serviços de saúde e educação. Mesmo após a regularização, muitos continuam sendo vistos como suspeitos ou indesejáveis (BAENINGER, 2021; OBMIGRA, 2023). Muitos relatos coletados por meio de pesquisas qualitativas revelam experiências traumáticas, incluindo rejeição em escolas, negação de atendimento médico e abordagens policiais com viés racial. Essas experiências produzem efeitos psicológicos profundos, como medo, ansiedade, sensação de não pertencimento e desvalorização da identidade (RIBEIRO, 2023; FANON, 2022).

Figura 9 – Formas de discriminação relatadas por africanos no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2022), ACNUR (2023), dados qualitativos

Fanon argumenta que o racismo não é apenas uma prática, mas uma estrutura emocional e simbólica que permeia os corpos e psiques de pessoas racializadas. Constantemente confrontados com olhares de suspeita e exclusão, os imigrantes africanos frequentemente internalizam uma imagem negativa de si mesmos, o que afeta sua autoestima e suas oportunidades de mobilidade social (FANON, 2022).

A violência simbólica também está presente em discursos midiáticos e institucionais que apresentam os africanos como ameaçadores, atrasados ou dependentes de auxílio estatal. Esses discursos reforçam a marginalização e dificultam a construção da cidadania plena, impedindo o acesso a direitos fundamentais e a uma vida digna (MBEMBE, 2021; GALINARI, 2022). Além disso, o racismo estrutural opera de forma interseccional, combinando-se com fatores como gênero, classe social, religião e orientação sexual. As mulheres africanas, por exemplo, enfrentam múltiplas discriminações que as colocam em uma posição ainda mais vulnerável, particularmente nos mercados de trabalho informais e no acesso à justiça (QUIJANO, 2022; MUNANGA, 2019).

Apesar desse contexto adverso, muitos imigrantes africanos desenvolveram estratégias de enfrentamento e resiliência, como a criação de redes de apoio, a participação em coletivos culturais e a busca por visibilidade nos espaços acadêmico e midiático. Essas ações constituem formas de resistência à violência simbólica e de afirmação de sua identidade (RIBEIRO, 2023; ACNUR, 2023). Reconhecer e combater as múltiplas formas de discriminação e violência simbólica é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas, pautadas na justiça social, na equidade e na valorização da diversidade. Somente assim será possível garantir a plena inclusão dos imigrantes africanos na sociedade brasileira, respeitando sua dignidade e humanidade.

5.4. Resistência, identidade e ressignificação cultural

A resistência dos imigrantes africanos no Brasil se expressa não apenas pela luta contra o racismo e a exclusão social, mas também pela afirmação de identidades e pela redefinição de símbolos culturais. Essa resistência simbólica e cultural constitui uma forma de ação que desafia estruturas de dominação e reposiciona os sujeitos africanos como protagonistas de suas trajetórias (MBEMBE, 2021; MUNANGA, 2019).

A construção identitária dos imigrantes africanos se dá em um contexto de tensão entre pertencimento e exclusão, entre reconhecimento e isolamento. Ao serem percebidos como "outros", os africanos reafirmam suas raízes e reconfiguram suas identidades em diálogo com a realidade brasileira, produzindo formas híbridas de ser e existir (RIBEIRO, 2023; FANON, 2022). Essa reconfiguração identitária se manifesta em práticas cotidianas como o uso de línguas africanas, culinária, trajes tradicionais, religiões e músicas de origem africana. Essas expressões constituem formas de resistência cultural que valorizam a ancestralidade e rompem com os estereótipos de inferioridade historicamente atribuídos aos africanos (MUNANGA, 2019; GALINARI, 2022).

A redefinição cultural também ocorre por meio da arte, da literatura e das mídias digitais. Muitos imigrantes africanos usam essas plataformas para contar suas histórias, compartilhar suas experiências e reivindicar seu lugar na esfera pública. Esses discursos alternativos contribuem para a desconstrução de imagens negativas e a construção de uma nova narrativa sobre a presença africana no Brasil (MBEMBE, 2021; ACNUR, 2023). Fanon (2022) enfatiza que o processo de recuperação da identidade negra constitui uma etapa fundamental na libertação de sujeitos racializados. No caso dos africanos no Brasil, essa reconquista identitária envolve a valorização das culturas de origem, mas também a invenção de novas formas de pertencimento que dialoguem com o contexto local e a diáspora africana. Redes de solidariedade entre imigrantes africanos também constituem importantes formas de resistência. Grupos organizados, associações culturais e coletivos políticos se mobilizaram para defender direitos, denunciar abusos e promover atividades culturais. Essas redes fortalecem o sentimento de pertencimento e criam espaços de acolhimento e empoderamento (QUIJANO, 2022; RIBEIRO, 2023).

A resistência simbólica dos africanos, portanto, vai além da simples lógica da sobrevivência. Faz parte de uma luta por dignidade, reconhecimento e justiça. Essa resistência não é apenas uma reação à opressão, mas também um gesto de afirmação da existência, que reivindica o direito à diferença e à memória coletiva (MBEMBE, 2021; MUNANGA, 2019). Por meio da redefinição cultural, os africanos estão transformando o espaço social brasileiro, expandindo os horizontes da identidade nacional e contribuindo para a construção de uma sociedade mais plural e inclusiva. Ao afirmar suas histórias e culturas, eles desafiam as estruturas simbólicas do racismo e abrem caminho para novas formas de convivência e solidariedade. A promoção dessas formas

de resistência deve ser apoiada por políticas públicas que reconheçam a diversidade étnica e cultural dos imigrantes africanos e valorizem suas contribuições. O fortalecimento das ações afirmativas, tanto cultural quanto educacionalmente, é essencial para garantir o direito à identidade e à cidadania plena de todos os povos que compõem o Brasil.

6. XENOFOBIA CONTRA AFRICANOS NO BRASIL: MANIFESTAÇÕES, CASOS E ENFRENTAMENTOS

6.1. Conceitualização da xenofobia no contexto brasileiro

A xenofobia é um fenômeno social e psicológico caracterizado pela hostilidade, rejeição ou medo em relação a estrangeiros ou àqueles percebidos como não pertencentes ao grupo nacional. No contexto brasileiro, essa prática assume contornos específicos quando se mistura ao racismo estrutural, particularmente quando visa imigrantes negros africanos (MUNANGA, 2019; RIBEIRO, 2023). Embora o Brasil tenha se definido historicamente como um país acolhedor e multicultural, esse discurso oculta práticas sistemáticas de exclusão e hierarquia racial, nas quais os estrangeiros negros ocupam uma posição subordinada. A xenofobia, nesse sentido, vai além da aversão a estrangeiros: incorpora dimensões etnorraciais que reforçam a inferioridade do outro africano (QUIJANO, 2022). A legislação brasileira, notadamente a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), reconhece a igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros. No entanto, práticas sociais frequentemente contradizem o texto legal, perpetuando discursos e ações discriminatórias que associam imigrantes africanos à criminalidade, à pobreza e a ameaças culturais (FERES JÚNIOR, 2021).

Ao contrário de outras formas de xenofobia que visam europeus, asiáticos ou latino-americanos, a xenofobia contra africanos no Brasil carrega consigo um fardo histórico e simbólico de desumanização herdado do colonialismo e da escravidão. Essa xenofobia racializada ou afrofobia se manifesta não apenas pelo desrespeito à origem nacional, mas especialmente pela cor da pele e ancestralidade (MBEMBE, 2021). Além disso, representações sociais associadas ao continente africano como subdesenvolvimento, pobreza e selvageria contribuem para justificar e naturalizar atitudes xenófobas. Essas representações são reproduzidas pela mídia, materiais educativos, discursos políticos e até mesmo práticas institucionais que tratam os africanos como inferiores ou como não pertencentes à nação brasileira (HALL, 2022; RIBEIRO, 2023).

Ao negar aos imigrantes africanos a cidadania plena e associá-los a estigmas negativos, a sociedade brasileira reforça as fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”, dificultando sua integração social e econômica. Trata-se de um mecanismo de exclusividade que vai muito além da xenofobia clássica: é uma forma de pressão

interseccional que combina nacionalidade, origem e classe social (CRENSHAW, 2019; AKOTIRENE, 2019). Portanto, compreender a xenofobia contra africanos no Brasil requer uma abordagem complexa e interseccional. Não se trata apenas de intolerância em relação a estrangeiros, mas também da recusa em aceitar a presença negra africana como elemento legítimo do projeto nacional. Tal compreensão é essencial para a formulação de políticas públicas inclusivas e a promoção de práticas sociais pautadas na equidade e na valorização da diversidade.

6.2. Na intersecção entre xenofobia e racismo: o africano como “dupla alteridade”

A xenofobia contra africanos no Brasil não pode ser entendida independentemente das dinâmicas raciais que estruturam a sociedade brasileira. Nesse contexto, imigrantes africanos são frequentemente percebidos como “duplamente diferentes”: por serem estrangeiros e por serem negros. Essa dupla alteridade reforça processos de exclusão, desvalorização simbólica e violência institucional (RIBEIRO, 2023; MBEMBE, 2021). Enquanto a xenofobia clássica se refere ao medo ou à rejeição de estrangeiros, no caso dos negros africanos ela está intimamente ligada aos estigmas herdados do colonialismo, da escravidão e da lógica branqueadora que permeia o imaginário social brasileiro (MUNANGA, 2019; QUIJANO, 2022). O africano, nesse sentido, não é apenas um “não nacional”, mas representa um corpo racializado que evoca memórias históricas que a sociedade brasileira tenta ocultar.

A interseccionalidade é uma ferramenta teórica crucial para a compreensão dessas discriminações interseccionais. Proposta por Kimberlé Crenshaw (2019) e explorada no Brasil por Djamila Ribeiro (2023) e Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade revela como diferentes eixos de opressão raça, classe, gênero e nacionalidade se interseccionam, gerando experiências únicas de subordinação. Para os imigrantes africanos, essa interseccionalidade se traduz na negação de seus direitos fundamentais, na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, em barreiras linguísticas e culturais e na discriminação em espaços e instituições públicas. Mesmo com status legal, eles são frequentemente percebidos como uma presença indesejável, exótica ou perigosa.

Além disso, os africanos frequentemente enfrentam um racismo específico que os diferencia dos brasileiros de origem afrodescendente. Esse processo de “alterização dentro do outro” exacerba sua marginalização e os impede de acessar redes de apoio que poderiam facilitar sua integração social. Eles são vítimas tanto do racismo estrutural

brasileiro quanto de um etnocentrismo seletivo que os considera inferiores, mesmo em comparação a outros imigrantes (RIBEIRO, 2023; FANON, 2022).

Compreender os africanos como "duplamente outros" permite visibilizar as especificidades da violência que vivenciam e desenvolver estratégias antirracistas e antixenófobas adaptadas à sua realidade. Tal compreensão é essencial para a formulação de políticas públicas que reconheçam a diversidade africana e rompam com a lógica homogeneizadora que os reduz a uma figura exótica, miserável ou ameaçadora. Portanto, o combate à xenofobia em relação aos africanos requer uma abordagem que articule o antirracismo, a justiça migratória e a valorização da alteridade africana como parte integrante do Brasil contemporâneo e plural.

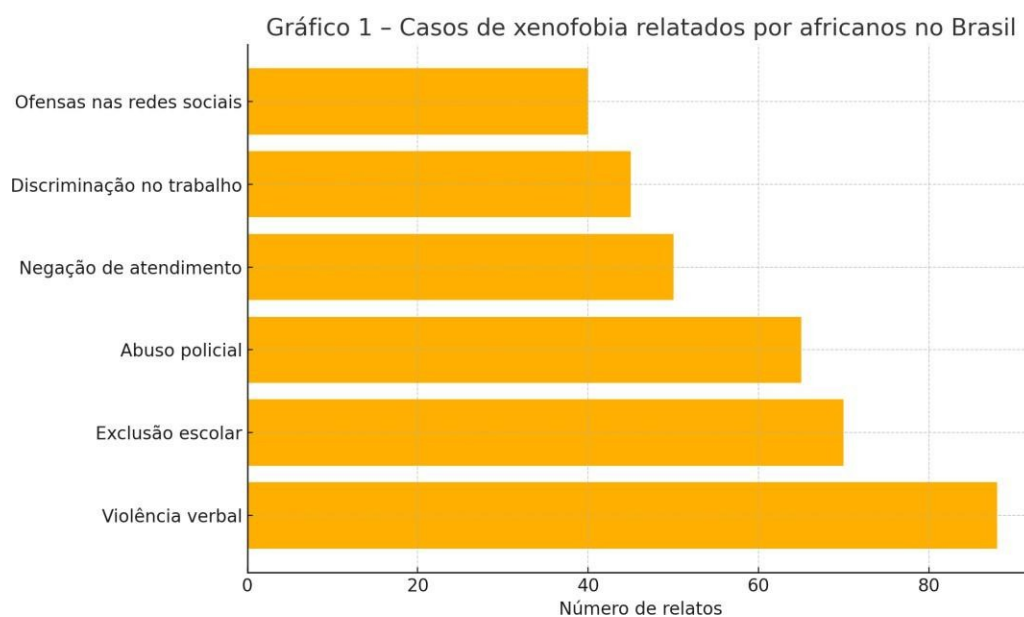
6.3. Casos reais de xenofobia contra africanos no Brasil

A xenofobia contra africanos no Brasil não é apenas um fenômeno discursivo ou simbólico; ela também se materializa em episódios concretos de violência, exclusão e humilhação. Entre os casos mais emblemáticos dos últimos anos está o assassinato brutal do congolês Moïse Kabagambe, que gerou forte protesto nacional e internacional. Moïse Kabagambe, um refugiado político de 24 anos da República Democrática do Congo, chegou ao Brasil em 2014 com a mãe e os irmãos. Em janeiro de 2022, enquanto trabalhava em um quiosque na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, Moïse foi brutalmente agredido após exigir dois dias de pagamento atrasado. Segundo sua família, ele foi espancado até a morte por três homens e seu corpo foi encontrado amarrado em uma escada (PONTE JORNALISMO, 2022; ALMA PRETA, 2022). Este caso expôs de forma flagrante a confluência de xenofobia, racismo estrutural e insegurança no emprego enfrentada por muitos imigrantes africanos. Além da violência física, o assassinato de Moïse revelou a extrema vulnerabilidade de muitos refugiados africanos, frequentemente empregados informalmente, sem garantias legais, e expostos a práticas de exploração e impunidade. A ampla repercussão deste caso desencadeou a mobilização de movimentos sociais, ativistas antirracistas e organizações internacionais, que denunciaram o crime como uma expressão de violência racializada. Outro caso que ilustra a xenofobia cotidiana enfrentada por africanos é o de um estudante angolano em São Paulo, que relatou ter sido seguido e revistado por seguranças de shopping por causa de sua aparência. Embora não tenha havido comportamento suspeito, o jovem foi interrogado publicamente com base em alegações infundadas e saiu profundamente

constrangido (ALMA PRETA, 2022). Tais abordagens, baseadas em estereótipos raciais, revelam a constante vigilância e suspeita enfrentadas por africanos em espaços públicos e comerciais.

Diversas denúncias semelhantes foram apresentadas à Defensoria Pública, ao Ministério Público e a organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Os incidentes mais comuns incluem negação de atendimento de saúde, comentários ofensivos em escolas e universidades, exclusão de processos seletivos e abuso verbal nas redes sociais. Segundo relatório de 2022 da OBMIGRA, imigrantes africanos são os que mais frequentemente denunciam situações de discriminação e invisibilidade institucional.

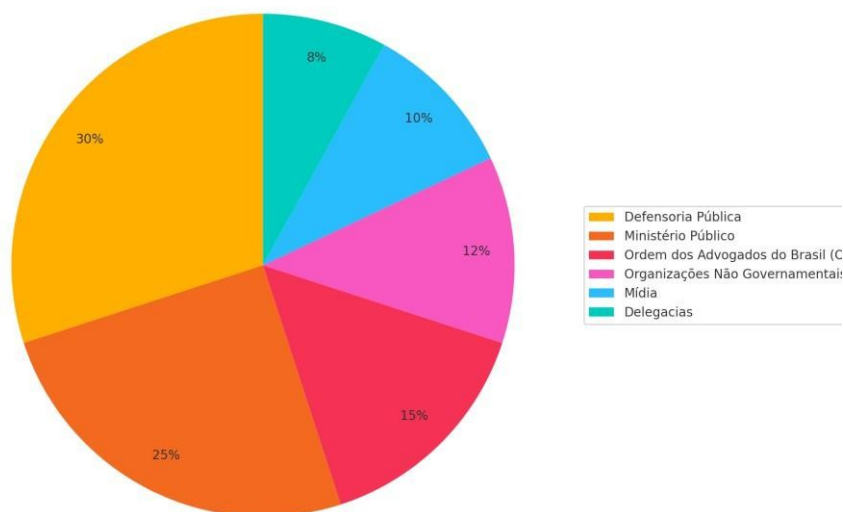
Figura 10 – Casos de xenofobia relatados por africanos no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base em denúncias reportadas a OBMIGRA (2023), DPU e ACNUR

Figura 11 – Canais institucionais mais acionados por vítimas de xenofobia

Gráfico 2 – Canais institucionais mais acionados por vítimas de xenofobia



Fonte: Elaboração própria com base em dados da DPU, OAB e ACNUR (2023)

Além disso, reportagens do Jornal Brasil de Fato (2022) indicam que os africanos enfrentam dificuldades de acesso a políticas públicas, como moradia, educação e assistência social, principalmente quando sua situação migratória está em processo de regularização. A demora na emissão de documentos como CPF e carteira de trabalho agrava a vulnerabilidade e os empurra para o mercado informal e para a exploração. Casos como o de Moïse Kabagambe têm se repetido em diversas cidades brasileiras, embora nem sempre recebam cobertura da mídia. Relatos de agressões verbais e físicas contra africanos em ambientes escolares, religiosos e comunitários são frequentes em redes de apoio como o Fórum da Juventude Negra, a Rede Migração e Direitos e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Essas experiências cotidianas de xenofobia indicam que não se trata de exceções, mas sim de um padrão de exclusão sistemática enraizado em representações sociais que desumanizam os africanos. Eles são frequentemente percebidos como invasores, vetores de doenças, ameaças à segurança ou pessoas competindo com os brasileiros por recursos e direitos ideias que refletem preconceitos estruturais herdados da escravidão e reforçados pelo racismo midiático e institucional (MBEMBE, 2021; RIBEIRO, 2023).

Diante dessa situação, é urgente implementar políticas públicas antirracistas e antixenófobas que atuem tanto na repressão de atos de violência quanto na prevenção da desigualdade. Essas políticas devem incluir iniciativas educacionais, campanhas de

conscientização e a criação de canais eficazes de denúncia e apoio às vítimas. Mais do que atos isolados, esses atos de violência revelam um padrão de negação da humanidade dos migrantes africanos. Essas práticas os silenciam, expulsam e marginalizam, impedindo sua plena integração social. Reconhecer e visibilizar esses casos é o primeiro passo para uma transformação ética e institucional que verdadeiramente acolha a diversidade africana no Brasil.

6.4. Uma resposta institucional e da sociedade civil à xenofobia

Diante do aumento dos casos de xenofobia contra africanos no Brasil, diversas instituições públicas e organizações da sociedade civil trabalham para denunciar, combater e prevenir essas práticas. No entanto, as respostas continuam insuficientes, dada a complexidade e a persistência da exclusão sofrida por esse grupo.

Figura 12 – Respostas institucionais e sociais à xenofobia

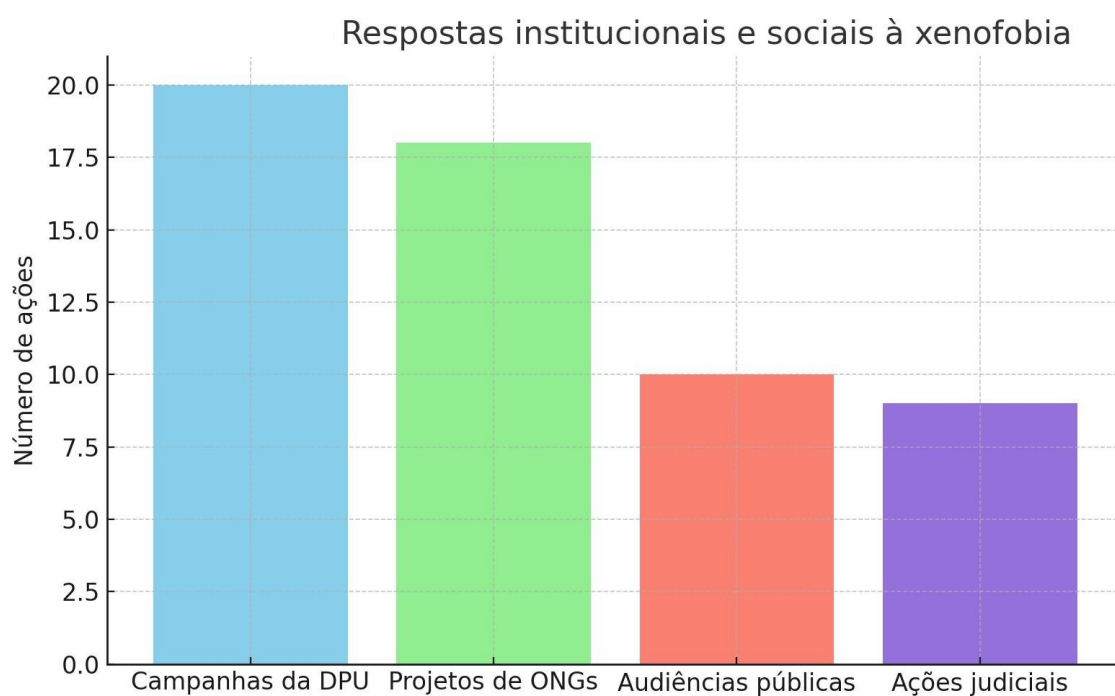


Figura 3 Respostas institucionais e sociais à xenofobia. Fonte: Elaboração própria.

No âmbito institucional, o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, por meio do Observatório Nacional de Direitos Humanos, tem recebido denúncias de violações contra imigrantes africanos e realizado campanhas de conscientização para combater a

xenofobia e o racismo. A Defensoria Pública da União (DPU) também atua na orientação jurídica a refugiados e imigrantes, apoiando-os na regularização documental e no enfrentamento de situações discriminatórias (BRASIL, 2023). Além disso, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), vinculado ao Ministério da Justiça, está trabalhando para simplificar os procedimentos de refúgio e reconhecer o direito à proteção humanitária, especialmente para migrantes de países africanos instáveis. No entanto, esses esforços ainda enfrentam obstáculos burocráticos e limitações estruturais que dificultam a implementação de uma política migratória antirracista (ACNUR, 2023).

No âmbito legislativo, estão sendo analisados projetos de lei para incluir o combate à xenofobia como circunstância agravante em processos criminais e garantir melhor proteção jurídica às vítimas. Apesar disso, o sistema judiciário permanece lento e insensível a casos de violência explícita contra africanos, contribuindo para o sentimento de impunidade e impotência entre as comunidades migrantes (Ribeiro, 2023). Por outro lado, a sociedade civil tem se mostrado um importante agente de resistência e apoio aos imigrantes africanos. Organizações como a Missão Paz (SP), o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (Brasília), a ONG África do Coração (RS) e coletivos como a Rede Migrações e Direitos promovem atividades de acolhimento, cursos de português, apoio jurídico, mediação comunitária e atividades culturais voltadas à promoção das identidades africanas.

Campanhas como "Vidas Africanas Importam", "Não à Xenofobia" e as mobilizações nas redes sociais após o assassinato de Moïse Kabagambe demonstram o papel mobilizador da juventude negra, de coletivos antirracistas e de comunicadores alternativos na denúncia de violações. A mídia independente desempenhou um papel crucial para dar visibilidade às experiências dos africanos no Brasil, rompendo o silêncio da mídia tradicional. No entanto, o combate à xenofobia exige mais do que ações pontuais ou respostas emergenciais. É necessária uma política pública estruturada, incluindo capacitação de servidores públicos, monitoramento sistemático de denúncias, produção de dados sobre discriminação e integração das demandas dos imigrantes africanos às políticas de saúde, educação, moradia e emprego.

A resposta institucional deve ser estruturada em torno do reconhecimento histórico das desigualdades raciais e coloniais que estruturam a sociedade brasileira. Somente um compromisso intersetorial e interseccional transformará as condições que alimentam a xenofobia e promoverá uma cidadania verdadeiramente democrática, plural e decolonial.

7. OBJETIVOS E MÉTODO DE ESTUDO

Este capítulo descreve a abordagem metodológica adotada na pesquisa, detalhando os participantes, os procedimentos de coleta de dados e as técnicas de análise empregadas. A investigação foi dividida em dois estudos complementares, conforme apresentado na introdução, a fim de examinar diferentes dimensões das representações sociais estudadas.

7.1 Objetivos

7.2 Estudo 1: Objetivos Gerais

- Identificar as representações sociais que os imigrantes africanos tinham, antes de chegar ao Brasil, dos brasileiros e do Brasil;
- Identificar as representações sociais que os imigrantes africanos têm dos brasileiros e do Brasil estando no Brasil.

7.2.1 Objetivos Específicos

- Comparar as representações sociais de antes e depois dos imigrantes africanos;
- Identificar, através das representações sociais levantadas, elementos que possam caracterizar estereótipos e preconceitos.

7.3 Estudo 2: Objetivos Gerais

- Identificar representações sociais que os brasileiros têm dos imigrantes africanos;
- Identificar representações sociais que circulam nas mídias de grande abrangência brasileiras acerca da imigração, dos imigrantes e da imigração de africanos.

7.3.1 Objetivo específico

- Identificar elementos nas representações sociais que reforcem ou tragam estereótipos e preconceito sobre a imigração, imigrantes e imigrantes africanos na mídia brasileira.

7.4 Sujeitos do Estudo 1:

O primeiro estudo envolveu 71 imigrantes africanos residentes no Brasil. Esses participantes eram provenientes de diversos países do continente africano, incluindo Angola, Benim, Cabo Verde, Moçambique, Gana, Guiné-Bissau, Senegal e Congo. A maioria estava no Brasil há pelo menos um ano e até dez anos, com diferentes status migratórios (estudantes, trabalhadores, refugiados reconhecidos ou requerentes de asilo). O objetivo era incluir uma diversidade de perfis: homens e mulheres, com idades entre 22 e 49 anos, com diferentes níveis de escolaridade (do ensino médio ao superior) e residentes em diferentes áreas metropolitanas brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre). Essa diversidade visava capturar uma ampla gama de experiências e percepções. Os participantes foram selecionados por meio de amostragem intencional, com base em contatos com associações de imigrantes, igrejas frequentadas por comunidades africanas e recomendações de redes de contato (“amostragem bola de neve”).

7.4.1 Instrumentos e Procedimentos do Estudo 1:

Para avaliar as representações sociais dos imigrantes africanos sobre o Brasil e os brasileiros, utilizamos técnicas associativas e entrevistas semiestruturadas via Formulários Google. Primeiramente, foi realizada uma tarefa de recordação livre: cada participante foi solicitado a pronunciar as cinco primeiras palavras ou expressões que lhe vieram à mente em resposta ao estímulo “Brasil”. Em seguida, foi solicitado que justificassem brevemente por que cada palavra mencionada era lembrada, um procedimento útil para a compreensão dos significados atribuídos. Um breve questionário também foi aplicado, incluindo questões sociodemográficas e perguntas abertas sobre expectativas passadas e experiências atuais no Brasil. As entrevistas exploraram em maior profundidade tópicos como: impressões da cultura brasileira, episódios de aceitação ou discriminação vivenciados, comparações entre a imagem do Brasil antes e depois da emigração, perspectivas sobre o povo brasileiro e percepções dos brasileiros sobre ele.

7.5 Sujeitos do Estudo 2:

O segundo estudo focou nos brasileiros e suas representações de imigrantes

africanos. Os participantes foram 96 brasileiros nativos que viviam nas mesmas cidades que os imigrantes do Estudo 1. A diversidade também foi buscada neste grupo: participantes com idades entre 16 e 70 anos, com equilíbrio de gênero, com variados níveis de educação (do ensino fundamental ao mestrado) e profissões. É importante notar que nem todos os brasileiros entrevistados tiveram contato pessoal prévio com africanos; alguns basearam suas representações apenas em informações mediadas (mídia, educação, senso comum). Outros tiveram contato (por exemplo, estudantes com colegas africanos na universidade, fiéis em comunidades religiosas etc.). Essa distinção foi levada em consideração na análise.

7.5.1 Instrumentos e Procedimentos do Estudo 2:

Paralelamente ao Estudo 1, também foi utilizada a técnica de recordação livre, com o estímulo “imigrante africano”. Cada brasileiro forneceu cinco palavras associadas a essa expressão, seguidas de justificativas.

7.6 Considerações Éticas:

Todos os participantes, tanto imigrantes quanto brasileiros, foram informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e concordaram em participar mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. O anonimato dos entrevistados foi garantido, sendo identificados nos prontuários apenas por códigos. Temas delicados, como relatos de discriminação, foram tratados com cuidado, e os entrevistados tiveram a liberdade de não responder a perguntas que os incomodassem. A pesquisa respeitou os princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos e foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da instituição.

7.7 Análise dos Dados

Os dados coletados foram submetidos a diferentes técnicas de análise, dependendo de sua natureza. As evocações livres foram analisadas utilizando o software Iramuteq (Interface R para Análise Multidimensional de Textos e Questionários). Foi realizada uma análise prototípica, construindo uma tabela de quatro caixas para identificar elementos potencialmente centrais e periféricos das representações (ABRIC, 1994). Essa tabela leva em consideração a frequência de evocação e a ordem média de aparecimento de

cada termo evocado. Além disso, foi gerado um grafo de similaridade, ilustrando as coocorrências entre as palavras evocadas pelos participantes, destacando a estrutura associativa entre os elementos representacionais.

Questões abertas e justificativas para evocações livres foram processadas usando análise de conteúdo temática (BARDIN, 1990). Primeiramente, as questões foram transcritas na íntegra. Em seguida, foi realizada uma leitura rápida e criado um corpus textual unificado para imigrantes e outro para brasileiros. Usando o Iramuteq e análises manuais, categorias temáticas emergentes foram identificadas em cada corpus. Por exemplo, nos discursos de imigrantes africanos, emergiram categorias como “acolhimento vs. discriminação”, “Brasil idealizado vs. Brasil real”, “identidade e pertencimento”, entre outras. Nos discursos de brasileiros, emergiram categorias como “imagens da África (exotismo vs. precariedade)”, “atitudes de solidariedade vs. ameaça” e “ignorância/invisibilidade”. Trechos representativos de cada categoria foram destacados e codificados qualitativamente.

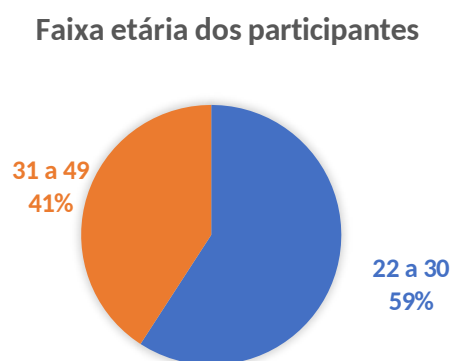
Este delineamento metodológico buscou uma compreensão abrangente das representações sociais. A combinação de abordagens quantitativas (frequências, similaridades) e qualitativas (discurso, conteúdo temático) permite a integração dos resultados e garante maior confiabilidade e profundidade interpretativa. Nos capítulos seguintes, apresentamos os resultados obtidos em cada estudo, seguidos de uma discussão integrativa à luz do referencial teórico.

8. RESULTADOS E DISCUSSÃO

8.1 Estudo 1: Os participantes africanos

- Caracterização da amostra

Figura 13: Faixa etária dos participantes

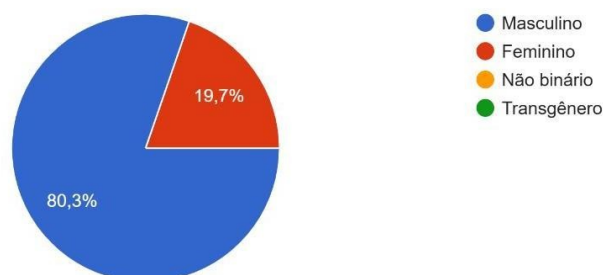


Fonte: Autor

A análise das faixas etárias revela que a maioria dos participantes da pesquisa tem entre 22 e 30 anos (59%), enquanto os demais têm entre 31 e 49 anos (41%). Essa concentração entre jovens adultos é consistente com o perfil de mobilidade internacional, visto que é nesse período da vida que muitos buscam melhores condições para estudar, trabalhar ou recomeçar. Além disso, segundo Jodelet (2021), os jovens tendem a ser mais flexíveis na construção de suas representações sociais, principalmente diante de experiências de deslocamento e adaptação cultural.

Figura 15: Identificação do gênero

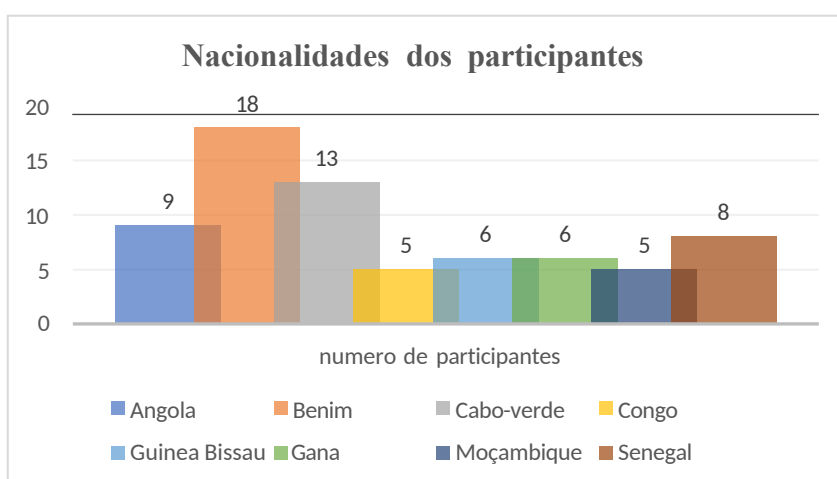
Identificação do Gênero (escolha uma opção)
71 réponses



Fonte: Autor

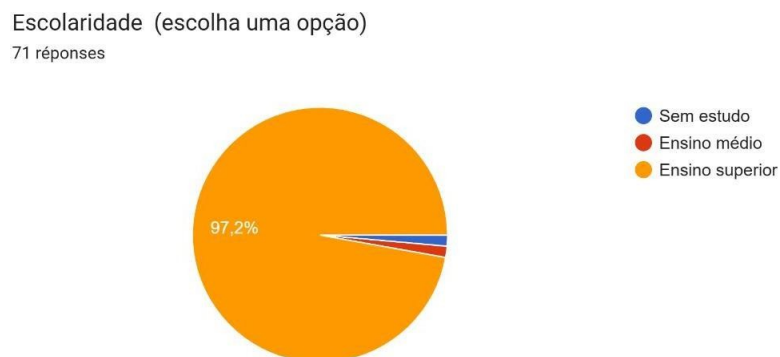
O gráfico que aborda a identificação de gênero dos participantes indica um equilíbrio entre homens e mulheres na amostra. A presença equitativa de ambos os gêneros é importante para a análise, pois permite compreender como as representações sociais do Brasil e da experiência migratória podem ser influenciadas por diferentes experiências de gênero. Segundo Moscovici (2015), as representações sociais são construídas de forma situada, e o gênero é um fator que estrutura as formas de ver, sentir e interpretar o mundo.

Figura 16: Nacionalidades dos participantes



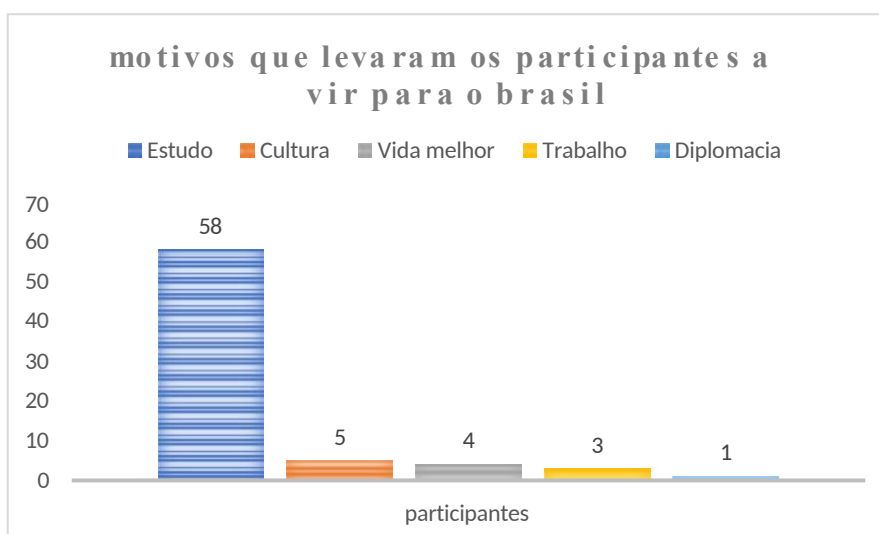
Fonte: Autor

A diversidade nacional dos participantes é notável. A participação de imigrantes de Angola, Benim, Cabo Verde, Congo, Guiné-Bissau, Gana, Moçambique e Senegal é notável. Essa diversidade enriquece a pesquisa, pois nos permite compreender como diferentes trajetórias coloniais, culturais e linguísticas influenciam as percepções do país anfitrião. Munanga (2019) enfatiza que a África não é um continente homogêneo, e reconhecer essa diversidade é essencial para superar generalizações e estereótipos no discurso sobre os africanos no Brasil.

Figura 17: Escolaridade dos participantes**Fonte: Autor**

Os níveis de escolaridade dos participantes variaram, destacando-se o ensino médio e o ensino superior incompleto. Isso indica que a maioria dos participantes possuía algum nível de escolaridade, o que pode ter impacto direto em suas representações sociais. Pessoas com ensino superior, embora não imunes ao preconceito, geralmente estão mais expostas a discursos formais e institucionais sobre imigração, o que pode influenciar suas opiniões (JODELET, 2021; MOSCOVICI, 2015). No entanto, é importante ressaltar que o conhecimento acadêmico não elimina os efeitos das experiências vividas de exclusão e preconceito.

8.1.2 Contextualização do objeto de estudo

Figura 18: Quais são motivos que te levaram a chegar no Brasil?**Fonte: Autor**

O gráfico mostra que o principal motivo citado pelos participantes para migrar para o Brasil foi a educação (58 respostas). Outros motivos citados incluem a busca por uma vida melhor, oportunidades de emprego, aspectos culturais e razões diplomáticas. Essa predominância de razões educacionais reforça o Brasil como um destino viável para jovens africanos que buscam qualificação, principalmente graças aos acordos de cooperação entre o país e nações africanas. No entanto, a busca por melhores condições de vida e a integração ao mercado de trabalho também são fatores relevantes que revelam a natureza multifacetada da migração (CASTLES; MILLER, 2014). A próxima pergunta perguntou aos participantes se eles achavam que preconceito e racismo existiam no Brasil. Os resultados indicam que 100% dos participantes reconheceram a existência de preconceito e racismo no Brasil.

8.1.3 Análise prototípica:

Esta seção apresenta os resultados da análise prototípica realizada com base nas evocações livres de 71 imigrantes africanos residentes no Brasil. O objetivo foi identificar os elementos centrais e periféricos das representações sociais do Brasil construídas por esse grupo, à luz da teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2015; JODELET, 2021).

Segundo Jodelet (2021), as representações sociais são formas de conhecimento socialmente desenvolvidas e compartilhadas que servem para orientar práticas e organizar a realidade de um grupo. Para Moscovici (2015), trata-se de um conhecimento de senso comum que emerge das interações sociais e auxilia os indivíduos a compreenderem fenômenos novos ou complexos. A análise foi realizada com o software Iramuteq, utilizando o método de evocação livre, no qual os participantes evocaram palavras associadas à sua imagem do Brasil. A estrutura dos dados está organizada em quatro quadrantes, conforme proposto por Vergès (1992), levando em consideração dois critérios: a frequência das palavras evocadas e sua ordem média de evocação (amplitude).

Figura 19: Evocação livre de palavras do termo indutor ‘’ que lhe vem à mente quando pensa em "**brasileiros**"

QUADRO DE QUATRO CASAS ANÁLISE PROTOTÍPICA (N=71) $\leq 5,46$ Rangs $> 5,46$	
Zona do núcleo: acolhedor - 25 - 1.9 alegria - 12 - 2.5 racismo - 10 - 1.9 futebol - 8 - 2.5	Primeira periferia: preconceituoso - 12 - 3.6 festa - 8 - 3.4
Elementos contrastados: gentil - 5 - 2.4 felicidade - 4 - 1.5 festeiro - 4 - 2.2 diversão - 4 - 1.8 legal - 3 - 2.0	Segunda periferia: hipócrita - 5 - 2.8 violência - 5 - 3.2 trabalhadores - 7 - 2.2 samba - 4 - 4.2 cultura - 4 - 3.0 cerveja - 4 - 2.8 praia - 4 - 3.5 pobreza - 3 - 2.7 carnaval - 3 - 3.7 diversidade - 3 - 2.7 discriminação - 3 - 3.7

Fonte: Autor

Zona do núcleo de central:

Este quadrante reúne os elementos mais estáveis, compartilhados e consensuais da representação social do Brasil. Os termos "acolhedor" (25-1,9), "alegria" (12-2,5), "racismo" (10-1,9) e "futebol" (8-2,5) foram mencionados com alta frequência e prioridade na ordem de evocação. Isso revela uma representação ambivalente, combinando aspectos positivos e negativos. Por um lado, há uma valorização do acolhimento e da alegria, indicando que muitos imigrantes percebem os brasileiros como receptivos e alegres. Por outro lado, a presença do "racismo" como termo central remete a experiências negativas significativas e recorrentes no cotidiano, reforçando a ideia de que a hospitalidade percebida pode coexistir com práticas discriminatórias.

Primeira periferia:

Este quadrante contém termos frequentemente evocados, mas de forma menos imediata, sugerindo elementos importantes, mas não centrais, na estrutura da representação. Os termos "preconceito" (12-3.6) e "celebração" (8-3.4) reforçam a dualidade da imagem construída. O primeiro aborda o núcleo negativo da representação, enquanto o segundo reafirma o caráter festivo e culturalmente vibrante associado ao Brasil.

Elementos contrastantes:

Termos neste quadrante são pouco frequentes, mas são lembrados precocemente, sugerindo a presença de subgrupos entre os participantes com opiniões específicas. Incluem adjetivos positivos como "gentileza", "alegria", "diversão". Esses elementos contrastantes revelam nuances importantes e destacam uma heterogeneidade de experiências vividas.

Segunda periferia:

Este quadrante inclui os termos menos frequentes e mais recentes. Embora periféricos, esses elementos contribuem para compor a paisagem simbólica da representação do Brasil. Termos como violência, pobreza, discriminação, trabalhador, samba, carnaval, praia e cerveja se destacam, evidenciando aspectos sociais e culturais. Referências à vida cotidiana (trabalho, pobreza, violência) e a estereótipos culturais amplamente disseminados (samba, carnaval, praia) são notadas, o que reforça a complexidade da imagem construída.

Tabela 2: Eixos temáticos das representações sociais do Brasil entre imigrantes africanos

Eixo Temático	Termos associados	Observações
Positivo	acolhedor, alegria, festa, diversão, gentil, legal	Imagem calorosa, receptiva e festiva do povo brasileiro
Negativo	racismo, preconceituoso, violência, pobreza, discriminação	Experiências de exclusão, desigualdade e preconceito

Cultural	futebol, samba, carnaval, cerveja, praia, cultura	Elementos da identidade cultural brasileira
Social/Crítico	trabalhador, trabalhadores, hipócrita, acolhedores, diversidade	Tensões sociais, contradições e percepção de ambiguidade

8.1.4 Discussão dos resultados

Os dados apresentados revelam uma representação social do Brasil marcada pela ambivalência, onde coexistem elementos positivos e negativos fortemente associados à experiência dos imigrantes africanos no país. Essa complexidade é consistente com a natureza polifásica das representações sociais (MOSCOVICI, 2015), que permite a presença simultânea de saberes contraditórios.

A presença dos termos "acolhedor" e "alegria" no núcleo central sugere uma valorização da hospitalidade e do afeto como características percebidas no comportamento dos brasileiros. Esse aspecto ecoa os estereótipos culturais frequentemente atribuídos ao Brasil como um país tropical, festivo e acolhedor, como aponta DaMatta (1997), evocando a ideia de "lar" como metáfora central da sociabilidade brasileira. Por outro lado, a inclusão de "racismo" no núcleo e "preconceito" na primeira periferia atesta a existência de experiências recorrentes de discriminação racial, em contradição com o ideal de cordialidade. Essa tensão atesta um distanciamento entre a imagem projetada do país e a experiência cotidiana dos imigrantes africanos, revelando o que Jodelet (2021) chama de "funcionamento contraditório" das representações. A percepção de uma "hipocrisia" entre os elementos contrastantes reforça essa ideia de ambivalência nas interações sociais.

Além disso, termos como "trabalhador", "pobreza", "violência" e "discriminação" demonstram que a representação social do Brasil não se limita ao plano simbólico e cultural, mas também incorpora dimensões estruturais do contexto social vivido. Isso sugere que os imigrantes não apenas internalizam discursos sociais dominantes, mas também constroem representações a partir de suas experiências concretas de integração ao mercado de trabalho, aos espaços urbanos e aos serviços públicos. Pode-se afirmar, portanto, que a representação do Brasil entre imigrantes africanos se constitui como um

sistema complexo de significados, articulando aspectos afetivos, culturais, sociais e críticos. A tensão entre os polos positivo e negativo da representação revela um processo de negociação simbólica diante da realidade vivida, onde coexistem elementos de identificação e exclusão.

A coexistência de elementos afetivos positivos e negativos nas representações sociais de imigrantes africanos evidencia um processo dinâmico de construção de significados, no qual os indivíduos buscam compreender e se posicionar diante de uma nova realidade social. Nesse sentido, as representações funcionam não apenas como formas de conhecimento, mas também como instrumentos simbólicos de posicionamento identitário (JOVCHELOVITCH, 2000).

A presença de termos como "festa", "samba", "carnaval" e "praia", mesmo na periferia, atesta a influência de uma imagem cultural hegemônica do Brasil, amplamente disseminada pela mídia e pelo turismo. Essas representações são, como observa Arruda (2002), reguladas por sistemas simbólicos coletivos, muitas vezes assimilados sem sequer corresponderem a experiências vividas. Isso reforça a ideia de que as representações sociais operam na interface entre o individual e o coletivo, entre o vivido e o imaginário.

Por outro lado, referências a "racismo", "preconceito", "violência" e "discriminação" revelam uma experiência concreta de exclusão social e racial, que contradiz o discurso de integração multicultural frequentemente associado ao Brasil. Como aponta Spink (1993), as representações sociais de grupos em situação de vulnerabilidade tendem a integrar tensões e contradições que refletem a ambiguidade das práticas sociais que os afetam.

A inclusão do termo "hipócrita" entre os elementos contrastantes pode, por sua vez, ser entendida como a expressão de uma representação crítica, que questiona o distanciamento entre o discurso oficial de acolhimento e a realidade discriminatória enfrentada por muitos imigrantes africanos no Brasil. Essa percepção pode estar ligada à ausência de políticas públicas efetivas de acolhimento e integração, bem como à falta de reconhecimento social da pluralidade étnico-racial presente no país. Além disso, termos como "trabalhador" e "trabalhadores" evocam a dimensão econômica da representação social do Brasil. Imigrantes africanos, frequentemente inseridos em setores informais ou precários do mercado de trabalho, também constroem sua visão do país a partir de suas condições materiais de vida. Essa dimensão é fundamental para compreender como as representações se articulam com processos de aculturação e estratégias de adaptação

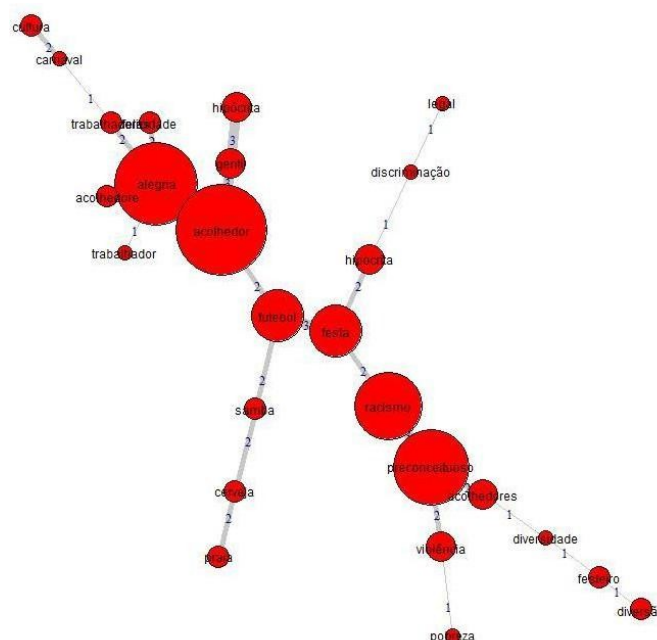
social (CAMARGO e JUSTO, 2013).

Assim, a análise prototípica revela uma representação social complexa, multifacetada e contextualizada que expressa as experiências, os afetos, as tensões e as resistências dos imigrantes africanos no Brasil. Embora se reconheça uma imagem acolhedora e alegre do país, permanece latente uma crítica às desigualdades, à violência simbólica e à persistência do racismo estrutural.

8.1.5 Análise de similitude:

Para realizar a análise, utilizamos o software Iramuteq (R Interface for Multidimensional Analysis of Texts and Questionnaires), uma ferramenta gratuita e de código aberto que interage com o R e é amplamente utilizada em análises textuais e estatísticas de dados qualitativos. A análise de similaridade, disponível no Iramuteq, permite identificar as ligações mais fortes entre palavras concorrentes, produzindo gráficos que destacam as estruturas das representações sociais (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Figura 20: análise de similitude das evocações livre dos africanos



A análise de similitude, aplicada às evocações de 71 imigrantes africanos no Brasil, revela uma representação social ambivalente do país, caracterizada pela coexistência de elementos positivos e negativos. O gráfico destaca dois grandes polos semânticos que organizam essa representação: o eixo positivo-afetivo e o eixo negativo-crítico, ambos enraizados nas experiências vividas pelos imigrantes. No eixo positivo-afetivo, o termo central "acolhedor" ocupa lugar de destaque, diretamente ligado a palavras como "alegria", "trabalhador", "gentil", "futebol" e "festa". Esse campo semântico remete à percepção do Brasil como um país acolhedor, festivo e culturalmente dinâmico. A presença de termos como "cultura", "carnaval" e "samba" reforça essa visão, evocando uma imagem positiva ligada à diversidade cultural e à convivência social. Essas representações parecem refletir o imaginário construído em torno da hospitalidade brasileira, como sugerido por estudos anteriores (BRANDÃO, 2017).

No entanto, o gráfico também destaca um eixo negativo-crítico, organizado em torno dos termos "preconceito" e "racismo", associados a termos como "hipócrita", "violência", "pobreza", "discriminação" e "falso". Essa estrutura revela uma crítica à contradição entre o discurso acolhedor e as práticas sociais excludentes frequentemente denunciadas pelos imigrantes africanos. A presença do termo "hipócrita" em ambos os polos (positivo e negativo) pode indicar uma percepção de ambiguidade nas atitudes sociais brasileiras, tanto acolhedoras quanto discriminatórias.

Essa dualidade de representações sociais pode ser interpretada como uma forma de dissonância cognitiva, na qual os sujeitos reconhecem aspectos positivos do país, mas também denunciam experiências de exclusão racial e social. Segundo Jodelet (2001), as representações sociais não são homogêneas, mas contraditórias e dinâmicas, particularmente em contextos marcados por desigualdades e diferenças culturais.

Tabela 3: Eixos temáticos extraídos da análise de similitude

Eixo Temático	Palavras associadas	Significado Sociopsicológico
Acolhimento e Cultura	acolhedor, alegria, gentil, trabalhador, futebol, festa, samba, carnaval, cultura	Representação do Brasil como país alegre, receptivo e culturalmente diverso.
Contradições e Hipocrisia	hipócrito, gentil, acolhedor, preconceituoso, falso	Indicam ambivalência entre discurso de acolhimento e experiências concretas de exclusão.
Preconceito e Racismo	Preconceituoso, racismo, discriminação, violência, pobreza	Denúncia das experiências de discriminação racial e exclusão social vividas pelos imigrantes.
Diversão e Estereótipos	diversão, carnaval, samba, futebol, festa	Elementos culturais que reforçam o estereótipo do Brasil como país festivo.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

8.1.6 Discussão dos resultados:

A análise de similitude realizada com as evocações dos 71 imigrantes africanos residentes no Brasil revela a complexidade e a ambivalência das representações sociais construídas sobre o país que os acolhe. Essa ambivalência é visível na organização do grafo, que apresenta dois polos principais: um focado na hospitalidade e em aspectos culturais positivos, e outro que destaca o preconceito, o racismo e a violência.

O núcleo semântico positivo, centrado na palavra "acolhedor", sugere que alguns

participantes percebem o Brasil como uma sociedade marcada pela cordialidade, celebração e alegria. Essa imagem parece corresponder ao imaginário construído em torno do país como terra de hospitalidade e mistura cultural (BRANDÃO, 2017). Termos como "alegria", "trabalhador", "gentil" e "cultura" reforçam a ideia de um espaço potencialmente integrador. Segundo Jodelet (2021), esses elementos são parte integrante da memória coletiva que estrutura as representações sociais de um grupo e orienta suas práticas sociais.

No entanto, essa imagem positiva é condicionada por outro núcleo, fortemente estruturado em torno das palavras "racismo" e "preconceito", associadas a "hipócrita", "violência", "discriminação" e "pobreza". Essa estrutura revela a experiência concreta de exclusão e preconceito racial vivenciada por muitos imigrantes africanos, revelando que o acolhimento percebido não é homogêneo nem incondicional. A presença da palavra "hipócrita" nos polos positivo e negativo revela uma contradição percebida entre o discurso acolhedor e a prática social discriminatória. Uma marca de representações ambivalentes, como aponta Moscovici (2015). Essas contradições evidenciam o que Abric (1994) chama de zonas periféricas das representações sociais, onde coexistem novos elementos (experiências de preconceito) e elementos do núcleo central (valores idealizados de aceitação e diversidade). Essa tensão evidencia uma possível instabilidade na estrutura representacional dos imigrantes, que ainda estão se adaptando e redefinindo suas experiências no contexto brasileiro.

Ao mesmo tempo, observa-se que elementos culturais como "samba", "futebol" e "carnaval", embora associados ao polo positivo, podem funcionar como estereótipos que mascaram desigualdades reais, participando de uma representação idealizada que contrasta com as experiências concretas dos indivíduos. Nesse sentido, a cultura brasileira é percebida tanto como um fator de integração quanto como um véu que oculta práticas de exclusão.

Assim, os dados sugerem que os imigrantes africanos no Brasil constroem representações sociais marcadas pela dissonância, alternando entre sentimentos de aceitação e experiências de rejeição. Essa complexidade deve ser compreendida à luz da interseccionalidade entre raça, classe social, nacionalidade e pertencimento, que molda as modalidades de integração desses indivíduos à sociedade brasileira.

8.1.7 Análise interseccional: raça, gênero e classe na experiência dos imigrantes africanos

Compreender os processos de preconceito e exclusão vivenciados por imigrantes africanos no Brasil requer uma perspectiva interseccional que considere a articulação entre as categorias de raça, gênero e classe social. Tal abordagem é essencial para compreender a complexidade das experiências vividas e evitar análises que invisibilizem as múltiplas formas de opressão.

Do ponto de vista racial, a cor da pele é um marcador social de diferença profundamente enraizado na sociedade brasileira. Os imigrantes negros africanos, em particular, carregam um estigma racial que os associa, no imaginário social, a imagens de pobreza, subordinação e violência. Essa racialização, como argumenta Fanon (2008), opera tanto em discursos simbólicos quanto em práticas sociais cotidianas, reforçando hierarquias raciais históricas.

O gênero surge como um vetor adicional de vulnerabilidade. Mulheres imigrantes africanas enfrentam dupla discriminação: como mulheres negras e como mulheres. Elas estão mais expostas a formas específicas de racismo e sexismo, como a hipersexualização de seus corpos, a desvalorização de suas habilidades profissionais e a exclusão em espaços públicos e privados. A análise das representações sociais revelou que, enquanto os homens africanos são frequentemente associados a imagens de ameaça ou marginalidade, as mulheres africanas são ora retratadas como frágeis e carentes de proteção, ora como exóticas e erotizadas, perpetuando estereótipos de gênero racializados.

A dimensão da classe social também é central. Muitos imigrantes africanos estão inseridos em segmentos precários do mercado de trabalho, apesar de um alto nível de escolaridade. O fenômeno da "desqualificação social" (GUIMARÃES, 2002) está presente: as habilidades profissionais dos africanos são sistematicamente desvalorizadas devido à sua origem racial e nacional, forçando-os a aceitar empregos mal remunerados e com pouco reconhecimento social. A interseccionalidade demonstra, portanto, que a experiência de preconceito entre imigrantes africanos não pode ser compreendida de forma unidimensional. Como argumentam Collins e Bilge (2020), os sistemas de opressão (racismo, sexismo e classismo) estão interligados e se reforçam mutuamente,

gerando efeitos cumulativos na vida dos indivíduos. Assim, a análise interseccional não apenas aprofunda nossa compreensão dos dados desta pesquisa, mas também destaca a necessidade de políticas públicas sensíveis às múltiplas dimensões da desigualdade. Programas de inclusão social devem levar em conta as especificidades de gênero e origem étnica, garantindo que mulheres negras imigrantes, por exemplo, tenham acesso a oportunidades de emprego decente, proteção contra a violência e reconhecimento social.

Adotar uma perspectiva interseccional na análise das representações sociais amplia a capacidade crítica do estudo e contribui para a construção de uma ciência social mais atenta à complexidade das relações de poder que estruturam o mundo contemporâneo.

8.1.8 Análise de conteúdo das questões abertas

A análise de conteúdo, conforme definida por Laurence Bardin (1990), é um método rigoroso e sistemático para o processamento de dados qualitativos. Essa técnica permite a categorização e a interpretação das expressões discursivas dos participantes, revelando significados implícitos e estruturando a compreensão das representações sociais (JODELET, 2021; MOSCOVICI, 2015). Neste estudo, utilizou-se a análise categorial temática, com categorias emergindo da codificação das falas de imigrantes africanos sobre suas percepções do Brasil antes e depois de sua chegada.

Nesta seção, três questões foram analisadas utilizando o método de análise de conteúdo de Bardin (1990), que visa apresentar uma avaliação crítica da análise de conteúdo como forma de tratamento em pesquisas qualitativas. Assim, os resultados das questões abertas foram classificados por aproximações de significado e conteúdo, de acordo com a proposta de Bardin.

Tabela 4: Questão 4, o que você pensava sobre o Brasil antes de chegar aqui no Brasil?

Esta questão teve como objetivo compreender as representações sociais prévias dos participantes sobre o Brasil. Os dados revelaram imagens idealizadas, enraizadas em estereótipos culturais e midiáticos do país, como futebol, carnaval, hospitalidade e ausência de racismo.

Categoria	Número de ocorrência	Percentagem %
País maravilhoso sem racismo e preconceito	41	26,12%
País de futebol	35	22,29%
País de oportunidades	35	22,29%
Mulheres bonitas e sexo	21	13,38%
Carnaval	15	9,55%
Perigoso	10	6,37%
Total	157	100%

Categoria 1: País maravilhoso sem racismo e sem preconceito

“Um país de paz sem racismo onde os negros e brancos vivem em harmonia”.

“ O Brasil é um país simpático e reunir povos de cores diferentes “

“ Eu pensava chegar no Brasil culturalmente e racialmente consciente, mais seguro socialmente.”

“ Lugar muito bom, maravilhoso e seguro com pouco imigrantes”

“ Eu achava que o Brasil por ser um país com uma maioria preta/negra não teria tanto racismo

“ País unificado, acolhedor e amado. já que quase todo mundo é negro, a vivência será fácil porque todo mundo aceitaria todo mundo”.

Categoria 2: País de futebol

“Eu sabia que Brasil é um país de futebol”.

“ Visto aquilo que aprendemos do Brasil vem da TV, pensava que Brasil é caracterizado por futebol”.

Categoria 3: País de oportunidades

“ Eu pensava o Brasil ofertas de possibilidades do estudar para conhecer outras coisas muito mais”.

“Eu pensava que o Brasil era um Paraíso no sentido de um país de oportunidade”.

“ Pensava que literalmente só tem coisas boas aqui no Brasil”.

“ Pensava que Brasil oferece bom salário”.

“ Pensava que o Brasil será um país muito diferente do meu país em termo de estrutura”.

“ Achava que era uma país maravilhoso, aqui não tem desemprego, a vida é super de boa. Só tinha Rio de Janeiro (Cristo Redentor) e Av. paulista e não sabia que existia favelas aqui. Porém, de fato, é muito bom morar aqui, mas as peripécias da vida e os problemas sociais são gritantes”.

Categoria 4: Mulheres bonitas e sexo

“Eu pensava que as mulheres andam peladas na rua”.

Eu pensava que o Brasil era um país de sexo”.

“Eu pensava que as mulheres brasileiras são muitas bonitas”.

Categoria 5: Carnaval

“ Pensava que o Brasil é associado a uma cultura vibrante e diversificada como o carnaval e música”.

“Pensava que o Brasil é um país de carnaval e de samba”.

Categoria 6: Perigoso

“Pensava que o Brasil é um país da violência”.

“Eu pensava que o Brasil era só violência e festas”.

“Eu pensava que as favelas são perigosas”

A percepção do Brasil como um país acolhedor e igualitário reflete um imaginário social influenciado por referências externas e simbólicas, segundo o conceito de ancoragem proposto por Moscovici (2012). Essas representações foram construídas a partir de elementos da cultura popular brasileira e reforçadas por discursos midiáticos internacionais.

Tabela 5: Questão 5 - O que você pensa agora estando no Brasil?

A experiência concreta do Brasil desencadeou um processo de reestruturação das representações sociais, revelando um país mergulhado na desigualdade, na violência e na discriminação racial. Segundo Jodelet (2001), as representações ocorrem na interface entre o vivido e o simbólico, sendo constantemente reinterpretadas em novos contextos.

Categoria	Número de ocorrência	Percentagem %
Violência	30	24,19%
Racismo e preconceito	23	18,55%
Hipocrisia	20	16,13%
País de oportunidade	15	12,10%
Instabilidade econômica e desigualdade social	15	12,10%
Contrário do que pensava	12	9,68%
País acolhedor	09	7,25%
Total	124	100%

Categoria 1: Violência

“ País com alto índice de violência”

“ A violência e a criminalidade em certas áreas podem causar uma sensação de insegurança, especialmente para quem não está acostumado com esse nível de risco”.

“ A insegurança é gritante principalmente roubo e furto”.

“ Ao vir no Brasil deparei com a insegurança na qual vive o povo brasileiro”.

“Eu sendo uma mulher preta me dar medo de anda na rua quando vejo policial pois com o jeito como os pretos são tratados sempre fico com

medo de ser tratada assim”.

Categoria 2: Racismo e preconceito

“ País de muito racismo.”

“ Pais de racismo e xenofobia”

“ O racismo aqui é demais pois existe leis, mas demora para justiça ser feita ou mesmo o culpado é visto as vezes como vítima parece que a leis só existem, mas não se aplicam”.

“ Acho que o Brasil é um país onde o preconceito e a segregação afetam a saúde mental das pessoas de cor”.

Categoria 3: Hipocrisia

“Acho que de forma geral, o povo brasileiro é muito hipócrita”.

“Hipocrisia demais”.

“Geralmente contar fofoca é coisa de mulher no meu país mais aqui tenho percebido homem fazendo fofocas”.

Categoria 4: País de oportunidades

“ Uma qualidade alta da educação, a política de saúde é boa”.

“ Um país que tem muitas oportunidades”.

“Mesmo com a moeda muito fraca, o Brasil oferece para nós estrangeiro muitas oportunidades como estudos, empregos, saúde e assistência social”.

Categoria 5: Instabilidade econômica e desigualdade social

“ A moeda é fraca”

“ Não tem oportunidade para pessoas pretas. Não existe união entre as pessoas pretas”.

“ O Brasil país de forte desigualdade. Difícil viver razoavelmente um salário mínimo até 2 as vezes”.

“ Um país com alta desigualdade sociais, marcado por um racismo estrutural. Com alto nível de pobreza e com muitos jovens sem graduação”.

“ Hoje, penso que o Brasil é um país onde o preto é oprimido e

perseguido em geral”.

Categoria 6: Contrário do que pensava

- “ A realidade não é tão diferente quanto à do Benin e de vários países africanos em questões de valores sociais”.
- “ Um pouco decepcionado”
- “ Situação econômica, social iguais alguns países africanos”.

Categoria 7: País acolhedor

- “ País aberto sempre para imigrantes”.
- “ O Brasil é um país simpático”
- “ O povo brasileiro é muito acolhedor e gente boa”.
- “ aqui eu não me sinto tão estrangeiro por ser acolhida”.

Tabela 6: Questão 7, no Brasil ou durante o percurso até aqui, sofreu algum tipo de violação de direitos humanos? Se sim, descreva em algumas linhas como foi.

A alta incidência de relatos de discriminação racial, abuso policial e xenofobia demonstra a experiência concreta de violações de direitos humanos por parte de imigrantes. Essas experiências reforçam a presença do racismo estrutural na sociedade brasileira (SILVA, 2009), afetando diretamente o bem-estar e a integração dos migrantes.

Categoria	Número de ocorrência	Percentagem %
Sim	38	53,52%
Não	33	46,48%
Total	71	100%

Categoria 1: Sim

- “ Eu lembro que na cidade de Vitoria-ES eu e meu amigo de mesmo país estávamos conversando debaixo do apartamento que ele morava quando um desconhecido, de cima do prédio jogou água em cima de nós. Nós não reagimos”.
- “ Eu fui atacado em uma farmácia em João Pessoa, Paraíba como um terrorista. A mulher dizia para mim e meu amigo que nós africanos somos terroristas e não merecemos

ficar no Brasil. Ou seja, a gente traz problemas para o Brasil sendo terroristas”.

- “ Sim, sempre acontece que os professores me trataram como se eu fosse burra”.

- “ Eu tive que sair de um hotel onde eu paguei pra minha estadia pois o casal de lado não gostava e vem outras coisas”.

- “ Foi em BELO Horizonte, a polícia me interpelou de uma forma muito violenta que nunca havia acontecido antes comigo. 2 vezes em seguidas e depois nem pediram desculpas. Isso suja a imagem dessa grande nação que é o Brasil”.

- “ Isso é frequente. Basta ir ao supermercado, entrar no ônibus, sair pelas ruas, cheio de racismo, xenofobia”.

Categoria 2: Não

- “ Eu não me lembro”.

- “ Eu particularmente não tive essa oportunidade, porém testemunhei isso com alguns amigos”.

- “ Graças a Deus não”

- “ Não sei se isso se encaixa, mas tivemos uma abordagem policial em público na época do Carnaval, logo após chegarmos, quando ainda não tínhamos muito conhecimento sobre a realidade e o tratamento dos negros no Brasil. Fomos nos divertir no Carnaval e, quando paramos para comprar cerveja, de repente fomos abordados pela polícia, que apontou armas para nós. Nossas mochilas foram revistadas e jogadas no chão, e essa foi uma situação que me abalou por muitos anos. No entanto, depois de entender a realidade das coisas, comecei a não deixar isso me incomodar, pois situações semelhantes se repetiram”.

8.9 Discussão dos Resultados das questões abertas

Representações inicialmente idealizadas, frequentemente veiculadas pela mídia e por narrativas culturais, não resistem à experiência cotidiana de exclusão, preconceito e negação de direitos vivenciada por imigrantes africanos no Brasil. A teoria das representações sociais, desenvolvida por Serge Moscovici (2012), demonstra como indivíduos e grupos constroem significados coletivos que moldam sua percepção de

mundo. No contexto da imigração, essas representações desempenham um papel crucial na forma como os indivíduos desenvolvem suas expectativas, constroem relacionamentos e atribuem significado às suas experiências de pertencimento e exclusão.

Conviver com o racismo estrutural e institucional no Brasil, muitas vezes invisível no discurso nacional, revela um paradoxo: um país que se apresenta como multicultural e acolhedor é, na prática, palco de persistente discriminação. Jodelet (2021) enfatiza que as representações sociais não são apenas cognitivas, mas também integram aspectos afetivos, normativos e simbólicos que influenciam diretamente o comportamento social. Assim, os depoimentos de medo, insegurança e frustração relatados pelos participantes ilustram claramente como essas representações evoluem diante dos obstáculos concretos encontrados cotidianamente. Além disso, observa-se que a redefinição de imagens do Brasil também envolve estratégias de resistência e adaptação. A manutenção de uma visão parcialmente positiva em alguns depoimentos, como a valorização das oportunidades educacionais e o acolhimento de uma parcela da população, revela um esforço constante de reconstrução identitária e de negociação entre sofrimento e esperança. Isso evidencia o caráter dinâmico e multifacetado das representações sociais, que oscilam entre a denúncia e a reconstrução simbólica de uma nova realidade vivida.

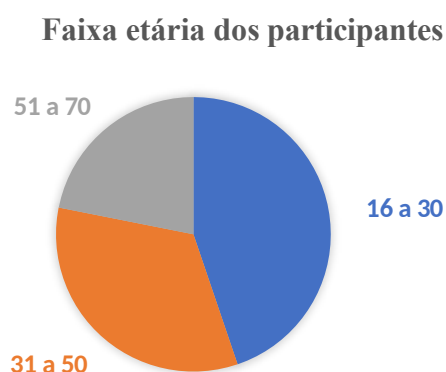
Em resumo, esta análise demonstra que o processo migratório envolve não apenas deslocamentos geográficos, mas também profundas transformações nas estruturas de significado, forçando os indivíduos a reinterpretarem suas expectativas e os limites impostos pelo contexto sociocultural que os acolhe. As representações sociais, portanto, constituem ferramentas potentes para a compreensão de modos de subjetivação e resistência no campo das migrações contemporâneas.

A análise de conteúdo revelou uma mudança significativa nas representações sociais dos imigrantes africanos sobre o Brasil. Enquanto imagens idealizadas e positivas predominavam anteriormente, a experiência concreta provocou uma reconfiguração marcada por percepções de exclusão, violência e desigualdade. As representações sociais, como argumentam Moscovici (2015) e Jodelet (2021), são processos dinâmicos e socialmente imbricados, sendo fundamentais para a compreensão de como os indivíduos interpretam e confrontam suas realidades sociais.

8.2 Estudo 2 com os participantes brasileiros:

8.2.1 Caracterização da amostra

Figura 21: Faixa etária dos participantes

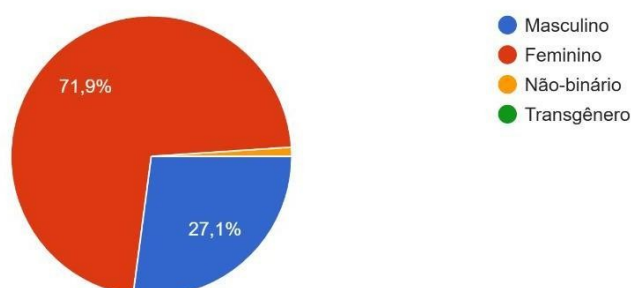


Fonte: Autor

Observando a faixa etária dos participantes, constatei que a maioria tinha entre 16 e 30 anos. Em seguida, vieram aqueles com idade entre 31 e 50 anos e, finalmente, em menor número, aqueles com idade entre 51 e 70 anos. Isso sugere que jovens e adultos jovens estão mais presentes e disponíveis para participar de pesquisas sobre imigração e questões sociais. Segundo Jodelet (2021), o envolvimento em representações sociais está intimamente ligado ao contexto sociogeracional, o que poderia explicar o papel predominante dos jovens neste estudo.

Figura 22: Identificação do Gênero

Identificação do Gênero (escolha uma opção)
96 réponses

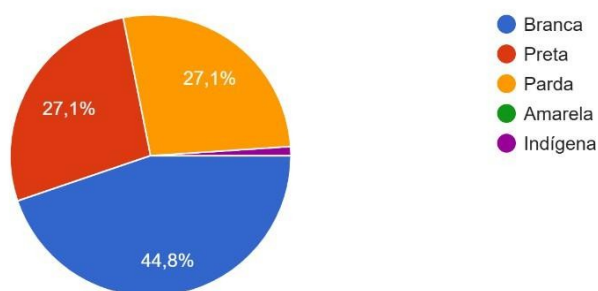


Fonte: Autor

O gráfico de gênero mostra uma distribuição quase equilibrada entre homens e mulheres, com leve predominância feminina. Isso me chamou a atenção porque estudos indicam que as mulheres tendem a se envolver mais em pesquisas sociais e comunitárias (SANTOS; SILVA, 2020). Esse equilíbrio é positivo porque permite uma análise que inclui percepções de diferentes perspectivas de gênero, o que pode influenciar diretamente as representações sociais construídas (MOSCOVICI, 2015).

Figura 23: Identificação da Raça/Etnia

Identificação da Raça/Etnia (escolha uma opção)
96 réponses

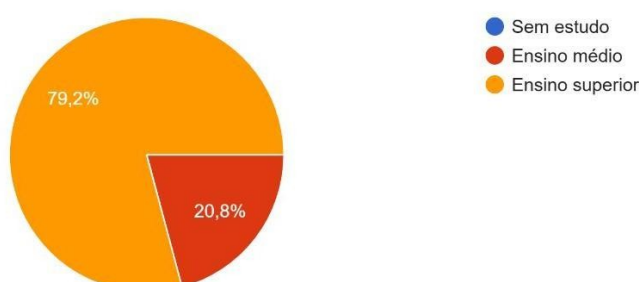


Fonte: Autor

Em relação à identificação étnico-racial, observei uma diversidade significativa entre os participantes. Esse ponto é relevante porque, segundo Munanga (2019), a racialização das relações sociais no Brasil interfere diretamente nas concepções que os indivíduos têm dos outros, particularmente em contextos de imigração. Portanto, a representação de diferentes grupos raciais amplia o escopo interpretativo da análise das representações sociais de africanos no Brasil.

Figura 24: Escolaridade

Escolaridade (escolha uma opção)
96 réponses



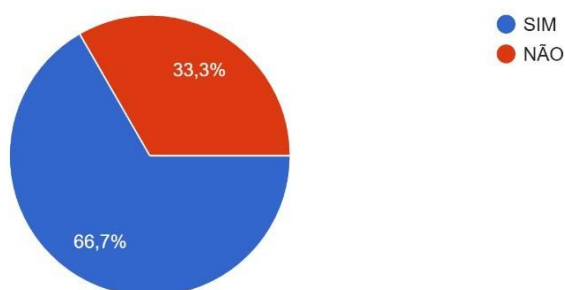
Fonte: Autor

O gráfico de escolaridade indica que a maioria dos participantes concluiu ou está concluindo o ensino superior. Essa informação me pareceu importante, visto que pessoas com maior escolaridade geralmente têm acesso a um conjunto mais amplo de informações. No entanto, isso não garante automaticamente representações isentas de viés, visto que essas construções simbólicas também são moldadas por valores culturais e históricos (JODELET, 2021; MOSCOVICI, 2015). Mesmo pessoas com alto nível de escolaridade podem reproduzir visões estereotipadas, consciente ou inconscientemente.

Contextualização do objeto de estudo

Figura 25: Você conhece algum africano?

3. Você conhece algum africano? (escolha uma opção)
96 réponses



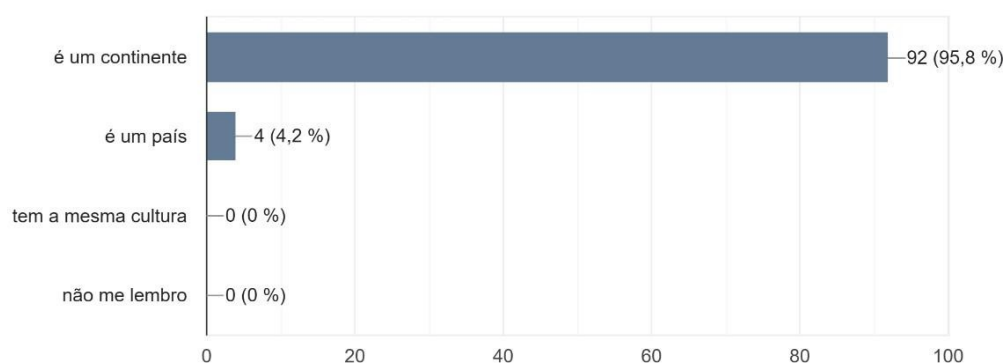
Fonte: Autor

Prestei especial atenção a este gráfico. Muitos participantes relataram conhecer um africano, o que, em teoria, poderia promover representações mais humanizadas e menos estereotipadas. Allport (1954) já argumentava, com base na teoria do contato, que o contato direto com "o outro" pode reduzir o preconceito, desde que certas condições sejam atendidas. No entanto, nem todo contato leva necessariamente à desconstrução de estereótipos, como também destacam os estudos de Jodelet (2021) sobre representações sociais resistentes à mudança.

Figura 26: Representação social sobre África

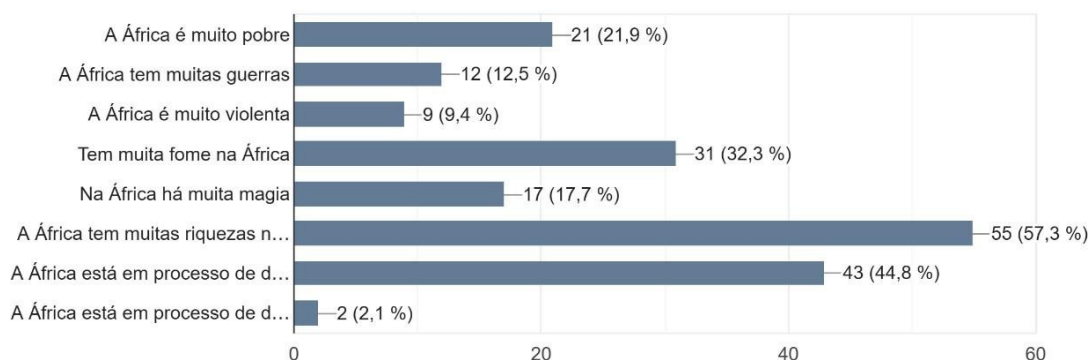
5- A África (escolha uma opção)

96 réponses

**Fonte:** Autor**Figura 27:** Representação Social sobre África

6- De acordo com você (escolha uma opção)

96 réponses

**Fonte:** Autor

Os dois gráficos dedicados às representações sociais da África revelam a complexidade do imaginário brasileiro sobre o continente. Observei que termos que estigmatizam a pobreza e a fome coexistem com termos mais positivos, como "cultura" ou "diversidade". Isso reflete o que Jodelet (2021) chama de um sistema de representações ambivalentes, onde coexistem imagens hegemônicas e contra-hegemônicas. Moscovici (2015) também enfatiza que a mídia exerce forte influência na cristalização dessas imagens, que nem sempre se baseiam em experiências diretas, mas frequentemente em

discursos socialmente ensaiados.

8.2.2 Análise prototípica

A análise aqui apresentada foi realizada a partir de evocações livres coletadas de 96 brasileiros, em resposta ao termo indutor relacionado a imigrantes africanos. Os dados foram processados utilizando o software Iramuteq, que gerou uma tabela de quatro casas, segundo o modelo prototípico de análise proposto por Vergès (1992). Essa técnica permite a identificação dos elementos mais centrais e periféricos das representações sociais, com base na frequência e na ordem média de evocação dos termos.

Figura 28: Evocação livre de palavras do termo indutor “levando em consideração a imigração africana atual no Brasil, escreva cinco (05) palavras que lhe vem à mente quando pensa em africanos”

QUADRO DE QUATRO CASAS ANÁLISE PROTOTÍPICA (N=96) $\leq 6,13$ Rangs $> 6,13$	
Zona do núcleo: cultura - 26 - 2.4 pobreza - 15 - 2.4 ancestralidade - 12 - 2.5 força - 10 - 2.6 diversidade - 10 - 2.8 oportunidade - 7 - 2.0	Primeira periferia: fome - 11 - 3.4 guerra - 10 - 3.2 preconceito - 10 - 3.6 racismo - 8 - 2.9 desigualdade - 8 - 3.1
Elementos contrastados: resiliência - 6 - 2.0 negro - 6 - 2.5 resistência - 6 - 1.8 inteligente - 5 - 2.2 dança - 5 - 2.0 beleza - 5 - 2.0 dificuldades - 4 - 1.8 conhecimento - 4 - 2.5 escravidão - 4 - 1.8 música - 3 - 2.7 comida - 3 - 1.7	Segunda periferia: alegria - 4 - 4.4 sotaque - 4 - 3.8 conflito - 4 - 5.5 inteligência - 4 - 4.4 violência - 4 - 4.2 determinação - 4 - 3.2 coragem - 3 - 3.8 história - 3 - 3.3 trabalhadores - 3 - 3.0 amor - 3 - 4.0 trabalho - 3 - 4.0 identidade - 3 - 3.3 dificuldade - 3 - 3.3 afro - 3 - 3.3 fé - 3 - 4.0 dor - 3 - 3.3

Fonte: Autor

Núcleo Central: valorização cultural e reconhecimento da luta

O núcleo central é composto por termos com alta frequência e baixa evocação média, ou seja, palavras que são mais facilmente lembradas e compartilhadas entre os participantes. Os termos em destaque foram: cultura (26-2,4), pobreza (15-2,4), ancestralidade (12-2,5), força (10-2,6), diversidade (10-2,8) e oportunidade (7-2). Segundo Abric (1994), os elementos centrais estruturam a representação e refletem seu conteúdo mais estável e consensual. No presente caso, observa-se uma valorização da cultura e ancestralidade africanas, ao lado da percepção de pobreza e força, indicando uma visão ambivalente que mistura admiração e estereótipos de privação socioeconômica.

Primeira Periferia: sofrimento e desigualdade como imagem associada

Na primeira periferia, aparecem termos como fome (11-3,4), guerra (10-3,2), preconceito (10-3,8), racismo (8-2,9) e desigualdade (8-3,1). Embora menos mencionados, esses termos são muito comuns e refletem a associação dos africanos a um contexto de sofrimento, exclusão e discriminação. Segundo Jodelet (2021), essas representações refletem o imaginário social historicamente construído, reforçado por estereótipos e práticas de desigualdade.

Elementos Contrastantes: discursos minoritários e singularidades

A zona de contraste inclui termos como resiliência, negro, resistência, inteligente, dança, beleza, escravidão e comida. Raros, mas facilmente evocados por certos grupos, esses termos revelam subjetividades e discursos alternativos que reconhecem tanto a resistência histórica quanto as contribuições culturais e intelectuais dos africanos. Segundo Moscovici (2015), essas vozes minoritárias também constituem o campo das representações sociais e revelam conflitos de sentido.

Segunda Periferia: aspectos emocionais e simbólicos

A segunda periferia inclui termos como alegria, sotaque, amor, fé, trabalho, identidade, história, dor e coragem. Esses elementos, embora menos centrais, remetem às

dimensões simbólica e afetiva da representação. Indicadores como fé, dor e amor sugerem que uma parcela da população reconhece a humanidade e as dificuldades dos imigrantes africanos, revelando uma dimensão empática importante para a compreensão do preconceito e das possibilidades de integração.

A estrutura da representação revela, assim, um imaginário coletivo oscilando entre a valorização cultural, o reconhecimento da resistência e uma forte presença de estereótipos ligados à pobreza, ao sofrimento e à exclusão. A análise destaca a importância de compreender como os brasileiros constroem suas imagens dos imigrantes africanos, a fim de combater preconceitos e promover uma convivência mais equitativa e respeitosa (JODELET, 2021; MOSCOVICI, 2015).

8.2.3 Discussão dos resultados

De acordo com os resultados da análise prototípica, a representação social dos imigrantes africanos entre os brasileiros é marcada por uma dualidade entre valorização cultural e estigmatização. Essa ambivalência pode ser compreendida à luz da teoria das representações sociais, particularmente no que se refere à coexistência de elementos consensuais e contraditórios que compõem o imaginário coletivo (MOSCOVICI, 2003). Segundo Jodelet (2001), as representações sociais são formas de conhecimento prático que orientam a relação dos sujeitos com o mundo e, nesse sentido, funcionam como mediadoras das interações com grupos socialmente marcados, como é o caso dos imigrantes africanos.

O núcleo central revela um reconhecimento da cultura e ancestralidade africanas como elementos estruturantes da identidade afro-brasileira. Esse reconhecimento está em consonância com os estudos de Santos (2002), que destacam a importância da herança africana na formação da sociedade brasileira, particularmente nas dimensões religiosa, linguística, gastronômica e artística. No entanto, a presença de termos como "pobreza" e "força" indica que essa valorização cultural ainda está intimamente ligada a estereótipos históricos que associam o continente africano à privação material e à resistência física. Como aponta Almeida (2019), o racismo estrutural no Brasil opera por meio da naturalização dessas associações, perpetuando hierarquias simbólicas entre grupos racializados.

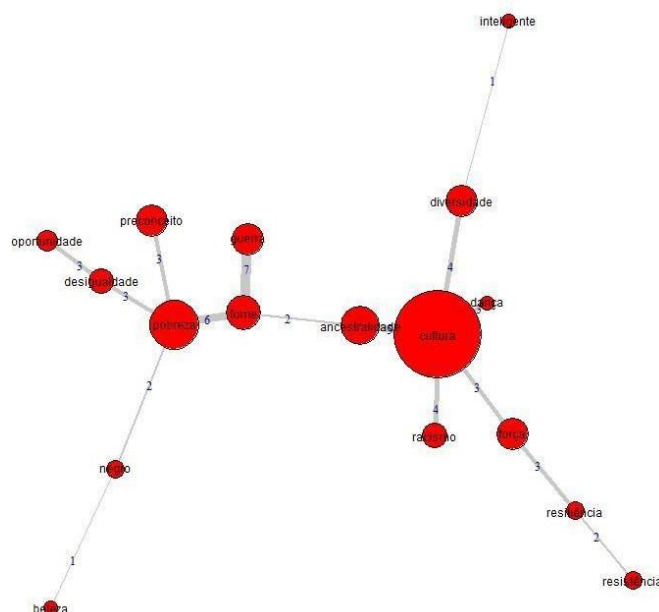
Na primeira periferia, a forte presença de termos como "racismo", "preconceito"

e "desigualdade" sugere que os brasileiros, embora reconheçam essas formas de opressão, nem sempre se posicionam como agentes ou cúmplices. Isso evidencia uma possível lacuna entre o reconhecimento teórico dos preconceitos e sua reprodução concreta na vida cotidiana. Esse fenômeno já foi abordado por Silva (2018), que destaca a existência de um "preconceito cordial" no Brasil, marcado pela negação do racismo explícito, mas pela reprodução de práticas discriminatórias sutis e persistentes.

Áreas contrastantes e periféricas refletem a existência de discursos mais afetivos e positivos, valorizando a resistência, a alegria, o amor e a contribuição cultural dos africanos. Esses elementos, embora menos consensuais, são fundamentais para a compreensão da complexidade das representações sociais e das possibilidades de transformação simbólica. Para Abric (1994), elementos periféricos da representação são mais sensíveis ao contexto e podem ser vetores de mudança durante mutações sociais ou ideológicas. Nesse sentido, a identificação dessas representações menos cristalizadas pode oferecer subsídios importantes para ações educacionais e políticas públicas voltadas à promoção da equidade racial e à valorização da diversidade.

8.2.4 Análise de similitude:

Figura 29: Análise de similitude das evocações livre dos brasileiros



A análise do grafo de similitude, gerado a partir das evocações de 96 brasileiros sobre imigrantes africanos no Brasil, destaca a centralidade do termo "cultura" no campo representacional. Esse termo tem maior peso e se articula com outras palavras, como "diversidade", "dança", "ancestralidade", "racismo" e "força", revelando a importância da dimensão cultural como eixo estruturante da representação social. Como propõe Moscovici (2015), as representações sociais funcionam como sistemas de interpretação que organizam saberes e orientam práticas. Nesse sentido, a presença predominante de "cultura" e "ancestralidade" pode ser entendida como uma tentativa de objetivar um conteúdo simbólico coletivo referente às raízes africanas, historicamente presentes na formação da identidade brasileira.

Entretanto, essa valorização simbólica coexiste com elementos associados ao estigma e à exclusão social, como “pobreza”, “fome”, “guerra” e “preconceito”. A ligação entre “cultura” e “pobreza”, mediada por termos como “ancestralidade” e “fome”, revela uma ambivalência representacional que, como aponta Jodelet (2021), é comum em representações sociais de grupos minoritários: enquanto um aspecto (a cultura) é

valorizado, um conjunto de estigmas pesa sobre o grupo, mantendo-o em posição inferior no imaginário social. Essa ambiguidade pode ser interpretada como um processo de ancoragem, por meio do qual os brasileiros interpretam os imigrantes africanos com base em categorias já familiares à alteridade africana, frequentemente marcadas por discursos de pobreza, sofrimento e conflito. Nesse sentido, assistimos a uma reatualização de representações coloniais e racistas que, segundo Memmi (2007), ainda estruturam a visão do "outro" racializado.

No entanto, o gráfico também destaca a presença de um núcleo de resistência simbólica, ilustrado pelos termos "força" e "resistência", diretamente ligados à "cultura". Essa configuração sugere que, apesar da marginalização, há reconhecimento da agência e das lutas dos imigrantes africanos. Como explica Sayad (1998), o imigrante não é apenas um corpo deslocado, mas um sujeito político que carrega consigo memórias, histórias e estratégias de sobrevivência.

O reconhecimento da luta também pode ser interpretado à luz de Spink (1995), que argumenta que as representações sociais, embora reflitam estruturas sociais, também são espaços de disputa simbólica. Assim, a emergência de termos como "resistência" e "força" atesta a existência de discursos contra-hegemônicos que buscam redefinir a figura do imigrante africano no Brasil. Por fim, palavras como "beleza", "negro", "oportunidade" e "interessante", embora periféricas, indicam novas possibilidades simbólicas de representação. Esses elementos podem sinalizar processos de mudança no imaginário coletivo, em consonância com os estudos de Bourdieu (2008), que destacam a importância dos conflitos simbólicos no campo social na constituição das representações.

Tabela 7: Eixos temáticos interpretativos do grafo de similitude

Eixo Temático	Palavras-chave	Interpretação
Valorização Cultural	cultura, diversidade, dança, ancestralidade	Reconhecimento da riqueza cultural africana; identidade como valor simbólico
Estigmatização Social	pobreza, fome, guerra, preconceito, desigualdade	Representações ancoradas em discursos históricos de exclusão e sofrimento
Resistência e Superação	força, resistência	Visão de agenciamento e luta por dignidade e afirmação identitária
Ambivalência Simbólica	Cultura ↔ pobreza	Convivência entre admiração cultural e estigmatização social
Elementos Emergentes	negro, beleza, interessante, oportunidade	Indícios de ressignificação e revalorização do imigrante africano

8.2.5 Discussão dos resultados

A análise do grafo de similitude evidencia a complexidade das representações sociais dos brasileiros em relação aos imigrantes africanos, marcadas por elementos contraditórios que oscilam entre a valorização cultural e a estigmatização social. Essa dualidade pode ser compreendida à luz da teoria das representações sociais, desenvolvida por Moscovici (2015), segundo a qual as representações são formas de conhecimento socialmente elaboradas que orientam comportamentos e permitem aos indivíduos interpretarem o mundo.

O termo central “cultura”, amplamente associado a expressões como “diversidade”, “ancestralidade” e “dança”, atesta a presença de um núcleo representacional que reconhece a riqueza simbólica da herança africana. Esse reconhecimento está vinculado ao processo de objetificação, por meio do qual conteúdos abstratos (como história e identidade) são transformados em imagens concretas e socialmente compartilhadas. No

entanto, essa valorização coexiste com a presença de termos como “pobreza”, “fome” e “guerra”, que refletem a ancoragem de significados negativos historicamente atribuídos à África e às populações negras.

Segundo Jodelet (2021), as representações sociais frequentemente reproduzem estruturas de poder, contribuindo para a manutenção de estigmas e desigualdades. O campo representacional analisado revela que os imigrantes africanos são percebidos tanto como sujeitos com uma rica cultura ancestral quanto como figuras associadas à miséria e ao sofrimento. Essa ambivalência simbólica reforça a natureza ideológica das representações, como explica Spink (1995), que enfatiza que elas não são neutras, mas carregadas de significados historicamente construídos e socialmente contestados.

Nesse contexto, a presença dos termos "resistência" e "força" se mostra relevante. Eles remetem a uma representação que não reduz os imigrantes à condição de vítimas, mas os reconhece como sujeitos de luta e superação. Essa perspectiva pode ser associada à análise de Sayad (1998) sobre a figura do imigrante, entendido não apenas como migrante, mas também como alguém que carrega em si memórias, lutas e modos de vida. A resistência, nesse caso, não é apenas física, mas também simbólica, à medida que os imigrantes desafiam estereótipos e afirmam sua identidade no novo território.

Além disso, a emergência de termos como "beleza", "negro" e "oportunidade" sugere a emergência de representações alternativas, ainda que periféricas, que podem estar associadas a processos recentes de revalorização das identidades negra e africana no Brasil. Segundo Bourdieu (2008) o campo simbólico é um espaço de disputas onde diferentes atores lutam pela legitimação de significados. Nesse sentido, esses termos podem representar lacunas simbólicas na construção de discursos mais positivos e inclusivos sobre imigrantes africanos. Por fim, é importante ressaltar que essas representações não são homogêneas nem estáticas. Elas refletem as tensões sociais, históricas e políticas presentes no imaginário coletivo brasileiro, imbuído dos vestígios do colonialismo, do racismo estrutural e da desigualdade social. Compreender essas representações sociais é, portanto, fundamental, não apenas para o campo acadêmico, mas também para o desenvolvimento de políticas públicas que combatam o preconceito e promovam uma convivência mais justa e plural.

8.2.6 Discussão crítica dos resultados: aproximações teóricas

Os resultados obtidos nesta pesquisa corroboram a compreensão de que as representações sociais dos imigrantes africanos no Brasil estão imbuídas de profundas dinâmicas históricas de racialização, exotização e exclusão, fenômenos amplamente discutidos por autores como Frantz Fanon, Achille Mbembe e Stuart Hall.

Frantz Fanon (2006), analisando a condição do colonizado, enfatiza que a inferiorização do “outro” negro é produzida não apenas por processos materiais de dominação, mas também por representações simbólicas desumanizantes e despersonalizantes. Essa perspectiva se reflete claramente nos dados desta pesquisa: apesar dos elementos positivos associados à cultura africana (como alegria e musicalidade), prevalecem representações sociais que reduzem os imigrantes africanos à pobreza, à ignorância e à marginalização. Essa é uma forma moderna de “violência simbólica” que Fanon descreve como sendo internalizada tanto pelo oprimido quanto reforçada pelo opressor. Achille Mbembe (2021) contribui para a análise ao destacar que as sociedades contemporâneas, ainda influenciadas pela lógica colonial, desenvolvem mecanismos sofisticados de “necropolítica” nos quais determinados corpos são sistematicamente desvalorizados e descartados. No contexto brasileiro, observamos que os imigrantes africanos, especialmente os de pele negra, enfrentam, além da exclusão econômica, uma forma de invisibilidade e marginalização simbólica que os coloca em posição socialmente subalterna. Esse processo é naturalizado tanto na vida cotidiana quanto nas narrativas midiáticas, revelando a persistência de uma hierarquia racial globalizada.

Stuart Hall (2022), por sua vez, alerta para a construção cultural da alteridade, enfatizando que a identidade é sempre construída em um processo de diferenciação: o “nós” só existe em oposição a um “outro”. Nesse sentido, as representações sociais negativas dos imigrantes africanos funcionam como um reforço simbólico das fronteiras do pertencimento nacional brasileiro, pautadas em uma ideia de brasilidade que, embora se proclame acolhedora e mestiça, na prática exclui aqueles percebidos como “diferentes” e “não pertencentes”.

A análise dos discursos midiáticos reforça essas conclusões: ao apresentar imigrantes africanos de forma sensacionalista ou com motivações sociais, a mídia

brasileira contribui para a cristalização de estereótipos que os desumanizam e os posicionam como sujeitos problemáticos. Essa prática midiática faz parte do que Hall (2022) define como a produção de "regimes representacionais", que visam legitimar certas visões de mundo e manter hierarquias sociais. Assim, a partir da articulação teórica com Fanon, Mbembe e Hall, entende-se que os preconceitos contra imigrantes africanos no Brasil não são apenas uma questão de atitudes individuais, mas um fenômeno estrutural e histórico, alimentado por processos de racialização, exotização e negação do outro. Combater essas representações, portanto, requer ações que vão além da promoção da tolerância, exigindo uma transformação crítica das formas de ver, representar e se relacionar com a alteridade.

8.2.7 Análise de conteúdo:

Nesta seção, uma questão aberta foi analisada utilizando o método de análise de conteúdo de Bardin (1990), que visa apresentar uma avaliação crítica da análise de conteúdo como forma de tratamento em pesquisas qualitativas. Assim, os resultados da questão aberta foram classificados por aproximações de significado e conteúdo, de acordo com a proposta de Bardin.

Tabela 8: Questão 4, escreva em algumas linhas o que você destacaria como característica física, psicológica ou cultural de um africano que você conhece.

Vale lembrar que a questão anterior questionava se os entrevistados conheciam um ou mais africanos; os dados indicam que 66,7% dos entrevistados conheciam pelo menos um africano.

Para compreender como os brasileiros representam os africanos com os quais tiveram contato ou convivência direta, foi realizada uma análise qualitativa a partir das respostas de 96 participantes a uma pergunta aberta. A metodologia utilizada baseou-se na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1990), que permite a categorização e a interpretação de depoimentos com base em significados latentes e explícitos. Essa abordagem metodológica fundamenta-se na teoria das representações sociais, conforme definida por Moscovici (2012) e desenvolvida por Jodelet (2005), que considera essas representações como formas de conhecimento socialmente construídas e compartilhadas, que influenciam comportamentos, valores e percepções dos outros. As respostas obtidas foram agrupadas por similaridade de significado, dando origem a seis categorias

principais, que representam os aspectos mais recorrentes nas percepções dos entrevistados.

Categoria	Número de ocorrência	Percentagem %
Psicológico forte e resiliente	14	21,54%
Inteligente	13	20%
Alegre e feliz	12	18,46%
Humilde	10	15,38%
Educado e estudioso	09	13,85%
Elegante e estiloso	07	10,77%
Total	65	100%

▪ **Categoria 1: Psicológico forte et resiliente**

- “Meu esposo é africano e tem um psicológico muito forte e não recua frente as dificuldades”.
- “ Um ser humano marcado por um sistema sub humano que nasceu e hoje luta com toda as suas forças pra mudar isso”.
- “ uma amiga sul africana que se casou com um alemão, viveu na Alemanha e agora no Brasil. pessoa amorosa e forte, amável e simpática”.
- “ Pessoas que têm que coragem de sair de seus países para conquistar uma vida melhor mesmo tendo dificuldades”.
- “ Fisicamente fortes, altos. Psicologicamente resilientes”.

▪ **Categoria 2: Inteligente**

- “ Eu destacaria a inteligência e consciência política e social como características psicológicas dessa pessoa”.
- “Meu esposo é um africano e mora aqui há pouco tempo e acho surreal a inteligência especialmente a forma de se adaptar rápido a mudança (língua e estudo)”.
- “ E u tive um professor africano, ele é extremamente inteligente e cheio de métodos”.
- “ Firme e assertiva em suas colocações, sempre com inteligência e formas

multíssimo interessantes de enxergar o mundo”.

▪ **Categoria 3: Alegre e feliz**

- “Ele tem um olhar feliz mesmo em meio aos obstáculos”.
- “Muito sorridentes animados e solícitos”.
- “Um ser humano incrível, de beleza ímpar, sempre sorridente”.
- “Geralmente negros, com uma cultura acima do nosso povo e aparentemente mais feliz”.
- “Pessoas com a alegria contagiante que sabem dançar. Possuem facilidade de convívio”.

▪ **Categoria 4: Humilde**

- “Pessoas muito humildes as vezes sem frescura”.
- “conheço vários africanos e são muito gente boa e são pessoas de cultura”.
- “São pessoas geralmente menos problemáticas e muito humildes”.
- “conheço vários bem reservado mas a conviver com eles dá para perceber muita humildade e são pessoas de caráter”.

▪ **Categoria 5: Educado e estudioso**

- “Determinação nos estudos e busca de novas informações”.
- “Determinado em alcançar seus sonhos e sempre seguro levando a sério os seus estudos”.
- “Pessoa extremamente educada e íntegro”.
- “Muitas vezes podemos perceber também um desejo de crescer mais forte do que o encontrado nos europeus nascidos e crescidos na Europa”.

▪ **Categoria 6: Elegante e estiloso**

- “Meu amigo africano é muito lindo, elegante e tem um estilo diferenciado”.
- “Um homem elegante, bem cuidado, vaidoso e merece todo respeito”.
- “Amam se vestir com roupas que destaquem sua origem”.
- “Às vezes veste roupas com umas estampas bem coloridas e fica bem elegante e estiloso”

Tabela 9: Categorias temáticas e interpretações das representações sociais sobre africanos

Categoria temática	Palavras-chave e expressões	Interpretação
Psicológico forte e resiliente	força mental, resistência, superação, não desiste, firmeza diante das dificuldades	Representação do africano como sujeito de luta, sobrevivência e enfrentamento. Enfatiza uma
		imagem de resistência frente à desigualdade e exclusão.
Inteligente	inteligência, adaptação, consciência crítica, raciocínio rápido, métodos inovadores	Ressignificação positiva que rompe com o estereótipo histórico de inferioridade intelectual, atribuindo ao africano qualidades cognitivas e adaptativas.
Alegre e feliz	sorridente, animado, felicidade, convivência fácil, contagiante	Associação do africano à afetividade e à alegria, por vezes vinculada a estereótipos culturais exotizados, mas também reconhecida como traço relacional positivo.
Humilde	humildade, simplicidade, gente boa, caráter, reservado	Traço valorizado socialmente, embora possa ocultar ambiguidades representacionais ligadas à subalternidade ou idealização do sofrimento.
Educado e estudioso	determinado, estudioso, busca por conhecimento, educado, íntegro	Imagem do africano como esforçado e comprometido com o crescimento pessoal e acadêmico, reforçando valores meritocráticos e de ascensão social.
Elegante e estiloso	elegante, vaidoso, roupas típicas, estilo diferenciado, cuidado com aparência	Valorização estética e cultural da identidade africana, reconhecendo a originalidade e o orgulho das origens através do vestuário e apresentação pessoal.

8.2.8 Interpretação e Discussão dos Resultados

Os dados revelam uma tendência majoritária a representações positivas ou ressignificadas dos africanos, marcadas por traços como força psicológica, inteligência, alegria e determinação. Essas representações, como sugere Jodelet (2021), não são neutras, mas sim socialmente construídas a partir de interações diretas e do contexto histórico e midiático em que estão inseridos. A categoria mais expressiva, "psicologicamente forte e resiliente", revela o reconhecimento da trajetória de luta dos migrantes africanos, configurando admiração por sua capacidade de superar adversidades estruturais e históricas (SAYAD, 1998). A presença de categorias como "inteligente" e "educado e estudioso" representa uma ruptura com os estigmas coloniais que associavam o continente africano à ignorância, reforçando discursos de empoderamento e de valorização das capacidades intelectuais.

No entanto, algumas categorias como "alegre e feliz" ou "humilde", embora carregadas de conotações positivas, exigem uma leitura crítica. Como aponta Hall (2016), tais representações podem reproduzir estereótipos sutis que colocam o africano em posições de erotização ou idealização da simplicidade, contribuindo para uma imagem romantizada que não reconhece as complexidades sociais, políticas e culturais da identidade africana. Consequentemente, as representações sociais reveladas por esta análise oscilam entre o reconhecimento autêntico e os resíduos de estereótipos historicamente construídos.

A análise de conteúdo revelou uma diversidade de percepções dos africanos pelos brasileiros, marcada principalmente pela admiração e pelo respeito, mas também por nuances que exigem atenção crítica. A convivência próxima parece favorecer representações mais humanizadas e positivas, destacando o potencial transformador do contato intergrupar (ALLPORT, 1954). Apesar disso, algumas imagens revelam ambivalências, demonstrando que as representações sociais não são estáticas, mas em constante negociação entre o que é vivenciado, o que é imaginado e o que é culturalmente herdado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo estudar as representações sociais e os preconceitos contra imigrantes africanos no Brasil a partir de uma perspectiva psicossocial, com base na teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2015; JODELET, 2001) e nos fundamentos da identidade social (TAJFEL, 1982; DESCHAMPS; MOLINER, 2009). A análise de dados empíricos coletados junto a dois públicos distintos, imigrantes africanos e cidadãos brasileiros, proporcionou uma compreensão aprofundada dos significados atribuídos à presença africana no território nacional, bem como dos estereótipos e preconceitos que permeiam essas relações.

Os resultados evidenciaram a complexidade dos processos representacionais envolvidos na recepção e integração de imigrantes africanos no Brasil. Por um lado, observam-se representações positivas associadas à alegria, à cultura, à resiliência e à força desses indivíduos. Por outro, evidencia-se a presença de representações estigmatizantes que associam os africanos à pobreza, ao subdesenvolvimento, à violência e à marginalização. Essa ambivalência revela o entrelaçamento de admiração e rejeição, aceitação e exclusão, que caracteriza a relação entre brasileiros e imigrantes africanos, expressando uma coexistência marcada por tensões simbólicas e práticas.

Do ponto de vista teórico, foi possível confirmar que as representações sociais não são apenas reflexões individuais, mas sobretudo construções coletivas decorrentes de interações sociais, moldadas por contextos históricos, políticos, culturais e midiáticos. As análises demonstraram que o núcleo central das representações de imigrantes brasileiros e africanos está fortemente ligado a valores identitários e crenças profundamente arraigadas que influenciam a construção de percepções mútuas. A presença de elementos estereotipados e discriminatórios nos discursos analisados atesta a existência de racismo estrutural e simbólico que persiste nas relações intergrupais, mesmo quando mascarado por discursos de cordialidade e hospitalidade.

O uso de análises prototípicas e grafos de similaridade permitiu mapear com clareza os elementos centrais e periféricos dessas representações, possibilitando uma interpretação sistemática do conteúdo evocado pelos sujeitos participantes. Além disso, a análise da mídia revelou o papel ativo da mídia na disseminação de imagens que reforçam estereótipos e preconceitos, contribuindo assim para a manutenção de desigualdades simbólicas entre grupos nacionais e estrangeiros. Em relação aos imigrantes africanos,

observou-se que suas representações do Brasil oscilam entre expectativas de aceitação e frustrações diante de experiências concretas de exclusão, discriminação e invisibilidade. Embora muitos deles expressem sentimentos de gratidão e pertencimento, especialmente aqueles que tiveram acesso à educação e a redes de apoio, também relatam com frequência experiências de racismo, xenofobia e dificuldades de integração profissional e social. Esses achados reforçam a importância de políticas públicas eficazes que garantam direitos, promovam a inclusão e combatam todas as formas de discriminação.

Numa perspectiva prática e social, esta pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento de estratégias de combate ao preconceito e à exclusão social, promovendo o reconhecimento das múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira. A valorização da diversidade, o diálogo intercultural e a educação em direitos humanos devem ser pilares fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e plural. Além disso, os resultados desta tese podem servir para fortalecer ações institucionais voltadas à integração de imigrantes, considerando suas trajetórias, saberes e subjetividades.

Em suma, compreender como os indivíduos constroem significados sobre os outros também significa compreender como eles se constroem. Assim, estudar as representações sociais de e sobre imigrantes africanos representa um passo importante para a descolonização do conhecimento, das práticas sociais e do imaginário coletivo. Esperamos, portanto, que este trabalho inspire novas pesquisas, contribua para o debate acadêmico e sirva de base para ações concretas que visem à equidade e à justiça social em um mundo cada vez mais plural e interdependente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, Jean-Claude. *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF, 1994.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Relatório Anual sobre Refugiados no Brasil. Brasília: ACNUR, 2023.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALLPORT, Gordon W. *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1954.

ALMA PRETA. Movimento negro convoca ato contra assassinato de Moïse Kabagambe. [S.l.], 2 fev. 2022. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/movimento-negro-convoca-ato-contra-assassinato-de-moise-kabagambe/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127–147, nov. 2002.

BAENINGER, Rosana. *Migrações internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2017.

BENTO, Rafael. *Xenofobia e racismo: experiências de imigrantes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2020.

BRASIL, Ana; CABECINHAS, José. *Preconceito e desigualdade: estudos sobre racismo e imigração*. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Dispõe sobre os refugiados políticos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. Relatório sobre ações de proteção a refugiados e imigrantes. Brasília: MDHC, 2023.

BRASIL DE FATO. Educação no Brasil: o retorno de políticas públicas como proposta de inclusão. 26 jan. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/historia-publica-narrativas-negras/2024/01/26/educacao-no-brasil-o-retorno-de-politicas-publicas-como-proposta-de-inclusao/>. Acesso em: 6 set. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BRANDÃO, Luiz Roberto. Imaginários sociais e identidade cultural no Brasil. São Paulo: Editora Cultura, 2017.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CARNEIRO, João. Racismo e exclusão social: experiências de imigrantes africanos no Brasil. São Paulo: Editora Exemplar, 2021.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. The age of migration: international population movements in the modern world. 5. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Intersectionality. Cambridge: Polity Press, 2020.

_____. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. 'Diferença' através da interseccionalidade 1. In: Teoria feminista dalit . Routledge Índia, 2019. p.139-149.

CONARE. Relatório anual de refugiados 2020. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. La identité en psychologie sociale. 2. éd. Paris: Armand Colin, 2009.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2022.

FERES JÚNIOR, Francisco. A xenofobia e o preconceito contra imigrantes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 102, p. 45-60, 2021.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. São Paulo: Global, 2006.

GALINARI, Daniel. Imigração africana no Brasil: fluxos, desafios e resistências. Belo Horizonte: UFMG, 2022.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Carlos. Desqualificação social e relações de poder. São Paulo: Editora Acadêmica, 2002.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2016.

_____. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2022.

HONNETH, Axel. The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts. Cambridge: Polity Press, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JODELET, Denise. (org.). Loucuras, vozes e representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e espaço público: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Editora Vozes, 2000.

LIMA, Maria Aparecida. Preconceito, estigma e discriminação: desafios para a inclusão. São Paulo: Cortez, 2022.

LIMA, João; SOUZA, Maria; CARVALHO, Pedro. Identidades e representações sociais: interdependências e transformações. São Paulo: Editora Acadêmica, 2018.

MAGALHÃES, Fernanda; SILVEIRA, Inês. Migração e políticas públicas no Brasil. Curitiba: Appris, 2020.

MARKOVÁ, Ivana. Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAZZOTTI, Luiz. Resistência simbólica e mudança social: estudos sobre representações e poder. São Paulo: Editora Acadêmica, 2021.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2018.

_____, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MENDES, Luciano. Representações sociais e exclusão: perspectivas críticas. São Paulo: Cortez, 2023.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado: ensaio sobre a questão colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOSCOVICI, Serge. A psicanálise, sua imagem e seu público. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. Representações sociais: investigações em psicologia social. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

OBMIGRA. Observatório das Migrações Internacionais. Relatório Anual. Brasília: OBMigra, 2023.

PEREIRA, Maria Luiza. Preconceito e intolerância: expressões e enfrentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

PEREIRA, Cícero Roberto; SOUZA, Eduardo César Pereira. Fatores legitimadores da discriminação: uma revisão teórica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. 2, p. 1-10, abr./jun. 2016.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

PONTE JORNALISMO. Ato por Moïse em SP expõe más condições de trabalho e violência contra africanos. São Paulo, 5 fev. 2022. Disponível em: <https://ponte.org/ato-por-moise-em-sp-expoe-mas-condicoes-de-trabalho-e-violencia-contra-africanos/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. São Paulo: Cortez, 2022.

SÁ, Celso Pereira de. Núcleo central das representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Luiz Carlos dos. Herança africana e cultura brasileira. São Paulo: Editora Cultura, 2002.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração: ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

SANTOS, Luiz Carlos dos; SILVA, João da. Participação feminina em pesquisas sociais e comunitárias. São Paulo: Editora Exemplar, 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo: Veneta, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SILVA, João da. Racismo e sociedade brasileira: o preconceito cordial. São Paulo: Editora Exemplar, 2018.

SPINK, M. J. P. O estudo das representações sociais no Brasil. *Revista Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 187-207, 1995.

TAJFEL, Henri. Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

TAJFEL, Henri; TURNER, John C. An integrative theory of intergroup conflict. In: WORCHEL, S.; AUSTIN, W. G. (Ed.). *The social psychology of intergroup relations*. Monterey: Brooks/Cole, 1979. p. 33-47.

TECHIO, Claudio. Representações sociais: fundamentos e aplicações. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2018.

TYLER, Imogen. Stigma: the machinery of inequality. London: Routledge, 2018.

VERGÈS, Pierre. Les représentations sociales: théories et méthodes. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

VERKUYTEN, Maykel. The social psychology of ethnic identity. 2. ed. Oxon: Routledge, 2018a.

_____. Diversity ideologies and intergroup attitudes: When multiculturalism is beneficial for majority group members. *Group Processes & Intergroup Relations*, v. 21, n. 2, p. 336-350, 2018b.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael Pecly. Representações sociais: fundamentos teóricos e aplicações. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

WOLTER, Rafael Pecly; WACHELKE, João; NAIFF, Denis. A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica. *Temas em Psicologia*, v. 24, n. 3, p. 1139-1152, 2016.